



PESQUISA NACIONAL POR
AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

ACESSO À INTERNET E À TELEVISÃO E POSSE DE
TELEFONE MÓVEL, CELULAR PARA USO PESSOAL

2014



IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Presidenta da República
Dilma Rousseff

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Valdir Moysés Simão

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidenta
Wasmália Bivar

Diretor-Executivo
Fernando J. Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Roberto Luís Olinto Ramos

Diretoria de Geociências
Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática
José Sant`Anna Bevilaqua (em exercício)

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Trabalho e Rendimento
Cimar Azeredo Pereira

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Trabalho e Rendimento

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

**Acesso à Internet e à Televisão e
Posse de Telefone Móvel Celular para
Uso Pessoal**

2014

Rio de Janeiro
2016

Sumário

Apresentação

Introdução

Notas técnicas

Evolução histórica da pesquisa

Principais alterações metodológica, conceitual e processual

Alterações na operação de coleta e na apuração dos dados

Comparabilidade dos resultados da série histórica

Plano amostral

Tamanho da amostra

Indicadores-chave das Tecnologias de Informação e
Comunicação - TIC

Análise dos resultados

Referências

Anexos

1 - Estimativas da população para o cálculo dos pesos para a
expansão da amostra da PNAD 2014

2 - Grupamentos e subgrupos principais ocupacionais

3 - Grupamentos e divisões de atividade

Glossário

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE divulga, com a presente publicação, os principais indicadores sobre a utilização da Internet, a posse de telefone móvel celular para uso pessoal e o acesso ao sinal digital de televisão aberta, obtidos a partir das informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2014, realizada em convênio com o Ministério das Comunicações.

Os dados de TIC coletados pela PNAD são de interesse de toda a sociedade e, especificamente, dos segmentos envolvidos na produção, prestação de serviços, mensuração e regulamentação do setor, e constituem importante subsídio para elaboração, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

Os temas relacionados à Internet e ao telefone móvel celular foram investigados nas PNADs 2005 e 2008, em forma de suplemento. A partir de 2009, um conjunto básico de perguntas passou a integrar o questionário da pesquisa. A disponibilidade de dados para os anos de 2005, 2008, 2009, 2011, 2012 e 2013 propicia a comparação longitudinal desses indicadores. Portanto, com os resultados desta pesquisa, o IBGE dá continuidade à investigação de informações que contribuem para o conhecimento de aspectos das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC relacionados ao seu acesso nos domicílios e uso individual pelas pessoas.

A partir de 2013, a PNAD passou a investigar, de maneira mais ampla, aspectos da tecnologia da informação e comunicação, com foco na Internet em banda larga e, também, na recepção de diferentes modalidades de sinais de televisão, importante para orientar a transição do sistema analógico de TV para o digital. Desde a edição de 2013, passou-se a distinguir os aparelhos eletrônicos utilizados para acessar

a Internet (microcomputador, telefone móvel celular, *tablet* e outros) e a identificar os domicílios com *tablets*, assim como aqueles nos quais os moradores acessam à Internet em banda larga, tanto com tecnologias fixas (DSL, cabo de televisão por assinatura, cabo de fibra óptica, satélite e rádio) quanto móveis (3G e 4G). Além disso, a pesquisa passou a captar os domicílios com televisão de tela fina, serviço de televisão por assinatura, televisão com recepção de sinal digital de televisão aberta e antena parabólica.

Esta publicação apresenta, inicialmente, uma breve visão da pesquisa, o plano de amostragem, esclarecimentos sobre os indicadores-chave das TIC, uma análise das informações produzidas sobre esse tema e o Glossário com os termos e conceitos necessários para a compreensão desses resultados.

Roberto Luís Olinto Ramos
Diretor de Pesquisas

Introdução

O sistema de pesquisas domiciliares, implantado progressivamente no Brasil a partir de 1967, com a criação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, tem como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Trata-se de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas e demográficas, umas de caráter permanente nas pesquisas, como as características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação, e outras com periodicidade variável, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar e outros temas que são incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação para o País. A partir de 2013, a pesquisa investigou diversos meios de acesso à Internet e sinais de televisão, bem como a posse de telefone móvel celular para uso pessoal, de *tablet* e de televisão de tela fina.

Com os resultados desta pesquisa, o IBGE dá continuidade, de forma ampliada, à investigação de informações que contribuem para o conhecimento de aspectos das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC relacionados com o seu uso pelas pessoas. Os dados oriundos desta pesquisa são de interesse de toda a sociedade e, especificamente, dos segmentos envolvidos na produção, prestação de serviços, mensuração e regulamentação do setor, e constituem importante subsídio para o estudo, planejamento e definição de políticas públicas.

Em relação à existência de *tablet* e de televisão de tela fina e ao acesso à Internet e a sinais de televisão no domicílio, foram observadas as variáveis de localização geográfica (Grande Região, Unidade da Federação e Região Metropolitana), situação (rural ou urbana) e

rendimento mensal domiciliar *per capita*. Além dessas variáveis, para o acesso à Internet por pessoas de 10 anos ou mais de idade, foram verificadas a idade, o sexo, os anos de estudo, a condição de estudante e a rede de ensino (pública ou privada), a residência em domicílio com acesso à Internet em banda larga, entre outras. Sobre a posse do telefone móvel celular, são exploradas as relações com a idade, o sexo, os anos de estudo e os rendimentos domiciliares *per capita*, permitindo comparações entre 2005, 2008, 2009, 2011, 2012 e 2013.

A PNAD teve início no segundo trimestre de 1967, sendo os seus resultados apresentados com periodicidade trimestral até o primeiro trimestre de 1970. A partir de 1971, os levantamentos passaram a ser anuais, com realização no último trimestre. A pesquisa foi interrompida para a realização dos Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. No período de 1974-1975, foi levada a efeito uma pesquisa especial, denominada Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF, que, além dos temas anteriores, investigou consumo alimentar e orçamentos familiares. Durante a realização do ENDEF, o levantamento básico da PNAD foi interrompido. Em 1994, por razões excepcionais, não foi realizado o levantamento da PNAD. A partir de 2004, os resultados agregam as informações das áreas urbana e rural para todas as Unidades da Federação, Grandes Regiões e Brasil.

As **Notas técnicas**, a seguir, trazem considerações de natureza metodológica que permitem conhecer os principais aspectos da evolução histórica da pesquisa, bem como uma lista de indicadores-chave das TIC.

Notas técnicas

Evolução histórica da pesquisa

As ilustrações, a seguir, sintetizam alguns aspectos da realização da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD ao longo de sua existência. A primeira permite acompanhar, visualmente, a evolução da área de abrangência geográfica coberta pela pesquisa; a segunda destaca a população-alvo nos temas básicos investigados; e a terceira reúne todos os temas das pesquisas suplementares e especiais já realizadas no âmbito deste levantamento.

Evolução da abrangência geográfica da PNAD - 1967/2014

(continua)

1967



1968



I e II trimestres



III trimestre



IV trimestre

1969



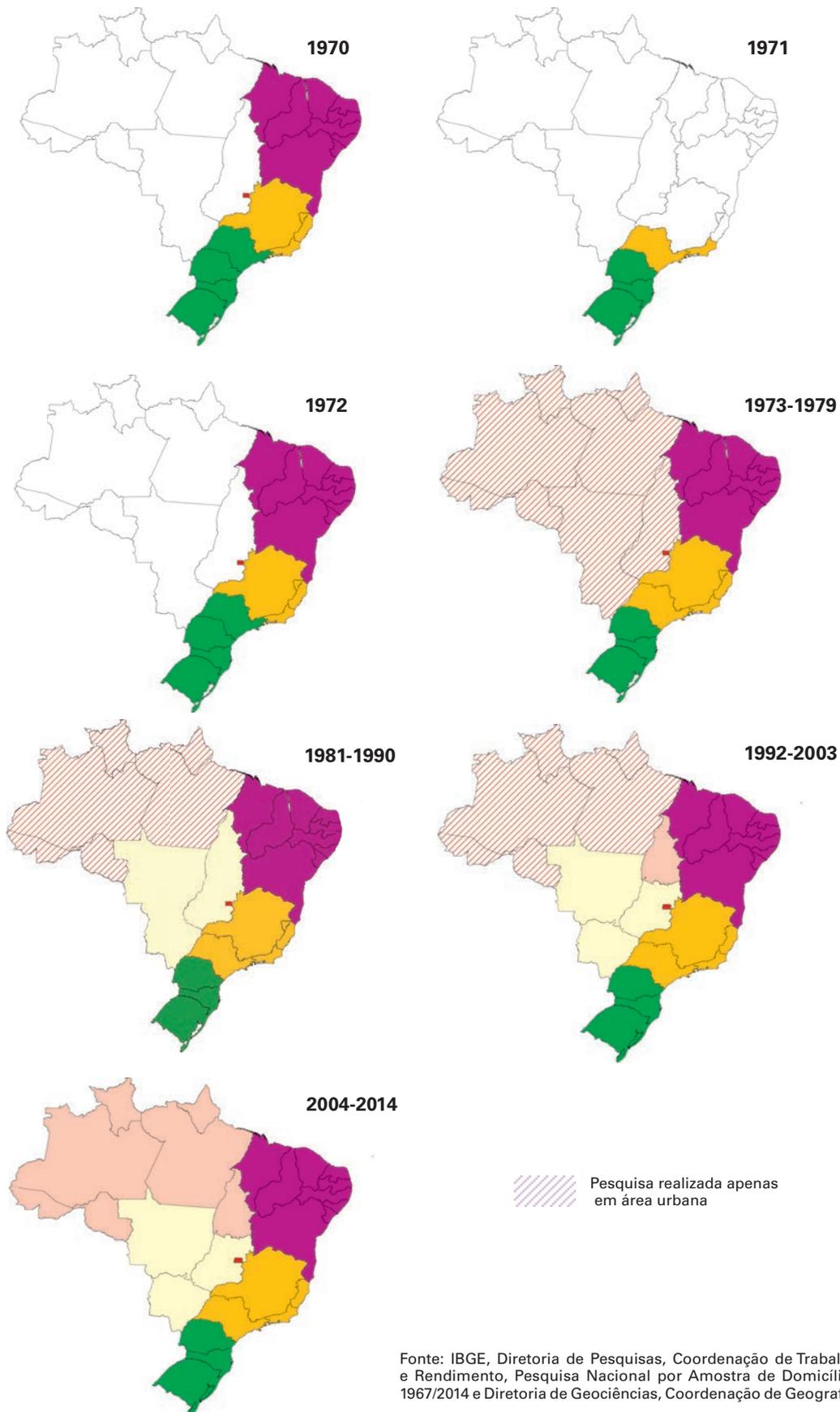
I, II e III trimestres



IV trimestre

Evolução da abrangência geográfica da PNAD - 1967/2014

(conclusão)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1967/2014 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Quadro 1 - Populações abrangidas nos temas básicos da PNAD - 1967/2014

Ano	Habitação	Aspectos demográficos	Educação	Trabalho e rendimento	Ano	
1967 a 1970	Todos os domicílios	Todas as pessoas	Pessoas de 5 anos ou mais de idade	Pessoas de 14 anos ou mais de idade	1967 a 1970	
1971 a 1993				Pessoas de 10 anos ou mais de idade	1971 a 1993	
1995 a 1999			Todas as pessoas	Todas as pessoas	Pessoas de 5 anos ou mais de idade	1995 a 1999
2001					Pessoas de 5 anos ou mais de idade	2001
2002 a 2014					Pessoas de 10 anos ou mais de idade	2002 a 2014

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1967/2014.

Principais alterações metodológica, conceitual e processual

Alteração do conceito de trabalho

A partir da PNAD 1992, para captar determinados grupos de pessoas envolvidas em atividade econômica que, anteriormente, não eram incluídas na população ocupada, o conceito de trabalho tornou-se mais abrangente, incluindo, na captação como pessoa ocupada, os trabalhadores na produção para o próprio consumo e os trabalhadores na construção para o próprio uso.

Na classificação das pessoas ocupadas por posição na ocupação, adotada a partir da PNAD 1992, definiram-se, além das duas categorias novas (trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso), uma categoria específica, que recebeu a denominação de “trabalhadores domésticos” para abarcar as pessoas ocupadas no serviço doméstico remunerado separadamente dos demais empregados.

Reestruturação do instrumento de coleta

O questionário da pesquisa foi estruturado de forma que possibilita, por meio da realocação das parcelas correspondentes à ampliação do conceito de trabalho, gerar resultados harmonizados conceitualmente com os obtidos nos levantamentos da PNAD anteriores ao de 1992.

Classificações de ocupações e de atividades

A partir da PNAD 2002, a Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar - CBO-Domiciliar e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar - CNAE-Domiciliar passaram a ser adotadas, respectivamente, para a classificação das ocupações e atividades investigadas na PNAD (ver “classificação de ocupações” e “classificação de atividades” no **Glossário**, ao final da publicação).

Ajuste na investigação do tema educação

Para acompanhar a implantação da mudança da duração do ensino fundamental regular de 8 para 9 anos, com matrícula obrigatória aos 6 anos de idade, estabelecida na Lei n.11.274, de 06.02.2006, foram feitos ajustes na investigação da parte de educação da PNAD 2007. Foi incluída na investigação uma pergunta sobre a duração do curso (8 ou 9 anos).

Alterações na operação de coleta e na apuração dos dados

Introdução do coletor eletrônico na pesquisa

A partir da PNAD 2007, foi introduzido o uso do coletor eletrônico PDA para a realização das operações de coleta, possibilitando aprimorar o sistema operacional da pesquisa.

Adoção de sistema de imputação

Em 2007, foi utilizado o sistema DIA - DetECCIÓN e Imputación Automática de Errores para Datos Cualitativos, que é um aplicativo computacional, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estadística - INE, da Espanha, que tem o objetivo de facilitar a depuração de censos e grandes pesquisas estatísticas. A partir da PNAD 2008, utiliza-se o Canadian Census Edit and Imputation System - CANCEIS.

Comparabilidade dos resultados da série histórica

A comparação dos resultados da PNAD desta década com os das anteriores deve levar em conta as seguintes questões:

- A classificação das áreas urbana e rural é feita de acordo com a legislação vigente por ocasião dos Censos Demográficos;
- Ainda que a legislação tenha alterado a classificação de determinadas áreas, no que diz respeito à situação do domicílio, no período intercensitário, a definição estabelecida por ocasião do Censo Demográfico 2000 foi mantida para as pesquisas da PNAD realizadas de 2001 a 2009 e, também, a classificação vigente por ocasião do Censo Demográfico 2010 permanecerá para as pesquisas da PNAD desta década;
- Em consequência dos itens anteriores, as estatísticas por situações urbana e rural não captam integralmente a sua evolução, sendo que as diferenças se intensificam à medida que os resultados obtidos se afastam do ano de realização do Censo Demográfico que serviu de marco para a classificação da situação do domicílio;
- Em 1988, o antigo Estado de Goiás foi desmembrado para constituir os atuais Estados de Goiás e do Tocantins, passando este último a fazer parte da Região Norte. Por razões de ordem técnica, essas alterações somente foram incorporadas a partir da PNAD 1992. Consequentemente, para os levantamentos da PNAD realizados de 1988 a 1990, as estatísticas produzidas para a Região Norte não incluíram a parcela correspondente ao atual Estado do Tocantins, que permaneceu incorporada à Região Centro-Oeste;
- No período de 1992 a 2003, visando a manter a homogeneidade dos resultados produzidos, as estatísticas da PNAD apresentadas para a Região Norte referiram-se somente à sua parcela urbana, não agregando, portanto, as informações da área rural do Estado do Tocantins, única Unidade da Federação dessa Grande Região em que o levantamento não se restringiu às áreas urbanas nesse período;

- As estatísticas do período de 1992 a 2003 apresentadas para o Brasil foram obtidas considerando as informações de todas as áreas pesquisadas, representando, portanto, a totalidade do País, com exceção somente das áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; e
- A partir de 2004, os resultados apresentados agregam as informações das áreas urbana e rural para todas as Unidades da Federação, Grandes Regiões e Brasil.

Plano amostral

A PNAD é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios obtida em três estágios de seleção: unidades primárias - municípios; unidades secundárias - setores censitários; e unidades terciárias - unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos).

Na seleção das unidades primárias e secundárias (municípios e setores censitários) da PNAD da segunda década deste século, foram adotadas a divisão territorial e a malha setorial vigentes na data de referência do Censo Demográfico 2010.

Processo de seleção da amostra

No primeiro estágio, as unidades (municípios) foram classificadas em duas categorias: autorrepresentativas (probabilidade 1 de pertencer à amostra) e não autorrepresentativas. Os municípios pertencentes à segunda categoria passaram por um processo de estratificação e, em cada estrato, foram selecionados com reposição e com probabilidade proporcional à população residente obtida no Censo Demográfico 2010.

No segundo estágio, as unidades (setores censitários) foram selecionadas, em cada município da amostra, também com probabilidade proporcional e com reposição, sendo utilizado o número de unidades domiciliares existentes por ocasião do Censo Demográfico 2010 como medida de tamanho.

No último estágio, foram selecionados, com equiprobabilidade, em cada setor censitário da amostra, os domicílios particulares e as unidades de habitação em domicílios coletivos para investigação das características dos moradores e da habitação.

Em 2004, a inclusão das áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá foi efetivada segundo uma metodologia que partiu dos municípios já selecionados no primeiro estágio do processo de seleção. Os setores rurais foram selecionados da mesma forma que os setores urbanos, mantendo-se a mesma fração de amostragem utilizada para os urbanos. Para alguns municípios, a aplicação direta dessa fração de amostragem resultaria em uma enorme quantidade de unidades domiciliares a serem entrevistadas sem o benefício equivalente no nível de precisão das estimativas. Por essa razão, foram adotados fatores de subamostragem variados para esses municípios.

A partir de 2011, a seleção da amostra de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá seguiu a mesma metodologia adotada para as demais Unidades da Federação.

Cadastro de unidades domiciliares

Anualmente, com a finalidade de manter atualizado o cadastro básico de unidades domiciliares e, desta forma, preservar as frações de amostragem prefixadas, realiza-se, em todos os setores da amostra, a operação de listagem, que consiste em relacionar, ordenadamente, todas as unidades residenciais e não residenciais existentes na área.

Na Tabela 1, apresentam-se as frações de amostragem, o número de unidades domiciliares, de setores censitários e de municípios selecionados nas diversas áreas em 2014.

Tabela 1 - Fração de amostragem e composição da amostra, segundo as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2014

Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Fração de amostragem	Composição da amostra			
		Municípios	Setores	Unidades domiciliares	Pessoas
Brasil		1 100	9 166	151 291	362 627
Rondônia	1/200	23	170	2 856	6 961
Acre	1/150	11	94	1 629	4 721
Amazonas	1/250	23	240	3 835	12 404
Roraima	1/150	5	57	1 009	2 631
Pará	1/350	61	563	8 684	22 341
Região Metropolitana de Belém	1/150	6	264	4 335	10 111
Amapá	1/200	6	60	934	2 926
Tocantins	1/200	23	148	2 484	5 885
Maranhão	1/600	35	205	3 215	8 945
Piauí	1/500	20	127	2 335	5 704
Ceará	1/600	48	457	7 860	18 451
Região Metropolitana de Fortaleza	1/250	15	289	5 044	11 303
Rio Grande do Norte	1/550	19	129	2 129	5 064
Paraíba	1/550	23	146	2 424	6 339
Pernambuco	1/600	50	581	9 095	21 642
Região Metropolitana de Recife	1/200	14	390	6 287	14 434
Alagoas	1/500	18	128	2 021	5 559
Sergipe	1/300	22	155	2 506	6 157
Bahia	1/600	88	731	11 880	26 899
Região Metropolitana de Salvador	1/250	13	330	5 554	12 189
Minas Gerais	1/650	129	813	13 940	33 384
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1/400	35	297	5 242	12 805
Espírito Santo	1/450	24	187	3 079	6 626
Rio de Janeiro	1/550	47	689	11 369	25 468
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1/550	19	495	8 154	18 711
São Paulo	1/950	126	1 023	17 256	41 057
Região Metropolitana de São Paulo	1/850	37	489	8 256	20 184
Paraná	1/600	67	457	7 673	19 144
Região Metropolitana de Curitiba	1/400	18	174	3 001	7 436
Santa Catarina	1/550	45	278	4 484	9 701
Rio Grande do Sul	1/600	83	756	12 336	26 761
Região Metropolitana de Porto Alegre	1/200	32	472	7 666	16 821
Mato Grosso do Sul	1/350	21	158	2 679	6 235
Mato Grosso	1/350	31	204	3 321	7 547
Goias	1/350	51	397	6 600	14 687
Distrito Federal	1/250	1	213	3 658	9 388

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Nota: A composição da amostra da Unidade da Federação inclui a Região Metropolitana e as áreas urbanas e rurais.

Processo de expansão da amostra

A expansão da amostra utiliza estimadores de razão cuja variável independente é a projeção da população residente de cada Unidade da Federação, segundo o tipo de área (região metropolitana e não metropolitana de divulgação da pesquisa).

Até 2003, utilizou-se a projeção da população residente urbana como variável independente para a expansão da amostra das seis Unidades da Federação (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá) em que a pesquisa não cobria a área rural. A partir de 2004, a pesquisa passou a cobrir tanto as áreas urbanas como as rurais dessas seis Unidades da Federação. Considerando essa situação especial, unicamente para Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, adotou-se a projeção da população residente, segundo a situação do domicílio (urbana e rural), como variável independente para expansão da amostra. A partir de 2011, a expansão da amostra dessas seis Unidades da Federação seguiu o mesmo procedimento adotado para as demais.

Precisão das estimativas

Com o objetivo de fornecer mais subsídios para a interpretação dos resultados da PNAD, são apresentadas, a seguir, algumas considerações que possibilitam avaliar o grau de confiabilidade das estimativas constantes neste volume.

Em pesquisas de múltiplos propósitos e de grande abrangência em termos de extensão territorial, como é o caso da PNAD, torna-se praticamente impossível isolar os erros provenientes das diversas fontes que influem nos resultados finais. Tais erros podem advir de flutuações aleatórias (erros de amostragem) ou ter origem não probabilística (erros alheios à amostragem), sendo que estes últimos podem ser introduzidos em qualquer uma das fases de realização da pesquisa.

Os erros alheios à amostragem não são influenciados pelo desenho da amostra e a sua mensuração, quando possível, exige análises mais complexas e de custo elevado, com maior demora na obtenção de resultados do que para os erros de amostragem.

Tendo em vista o processo de expansão adotado para a PNAD, cumpre destacar que o grau de precisão está fortemente ligado ao das hipóteses feitas para as taxas de fecundidade, mortalidade e migração. O cálculo do erro de amostragem deveria, portanto, levar em conta duas fontes de variação:

- O erro de amostragem proveniente da seleção das unidades domiciliares para a amostra; e
- O erro proveniente do modelo matemático empregado para projetar a população.

Os resultados apresentados referem-se, apenas, aos erros de amostragem.

Estimativas dos erros amostrais

A utilização do plano de amostragem da PNAD para estimar populações pequenas em números absolutos ou concentradas geograficamente pode gerar estimativas com erros de amostragem elevados.

Nesse sentido, visando facilitar a avaliação da precisão das estimativas divulgadas, foram calculados os erros de amostragem expressos pelos coeficientes de variação, para todas as variáveis (células) constantes do plano tabular de divulgação.

Para cada tabela de resultados apresentada nesta divulgação, segue outra com os correspondentes coeficientes de variação.

Tamanho da amostra

Na PNAD 2014, foram pesquisadas 362 627 pessoas e 151 291 unidades domiciliares distribuídas por todas as Unidades da Federação. Para este Suplemento, foram pesquisadas 311 761 pessoas de 10 anos ou mais de idade.

Indicadores-chave das Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC

As estatísticas sobre bens e serviços que contribuem para o acesso à informação e comunicação são instrumentos valiosos para subsidiar o planejamento nacional e as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do País.

Os avanços das TIC vêm-se refletindo em todo o mundo, embora com intensidade diferenciada em função do nível de desenvolvimento das sociedades ou de outros fatores (políticos, culturais etc.). Tendo em vista o impacto dessas tecnologias como fatores propulsores do desenvolvimento econômico e social dos países, cada vez mais se torna necessário acompanhar a sua evolução. Nesse sentido, a Sociedade para a Medição das TIC para o Desenvolvimento (Partnership on Measuring ICT for Development), que é uma iniciativa internacional para harmonizar as estatísticas sobre essas tecnologias, elaborou uma lista de indicadores-chave. Essa lista, que tem o objetivo de servir de base para a elaboração padronizada de estatísticas para obtenção de indicadores comparáveis internacionalmente sobre a sociedade da informação, resultou de um intenso processo de consultas a organismos de estatística e contou com a aprovação dos participantes do Encontro Temático sobre Medição da Sociedade da Informação da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (World Summit on the Information Society, WSIS Thematic Meeting on Measuring the Information Society)¹, realizado em Genebra, em fevereiro de 2005². A produção dos indicadores-chave não tem caráter de obrigatoriedade e deve ajustar-se às condições e necessidades dos países. Ademais, essa lista é periodicamente revista com o objetivo de seu contínuo aprimoramento. Em 2010, foi publicada pela União Internacional de Telecomunicações - UIT (International Telecommunication Union - ITU) a primeira revisão da lista de indicadores-chave, que foi adaptada a mudanças tecnológicas e também passou a

¹ A Sociedade para a Medição das TIC para o Desenvolvimento é constituída pelos seguintes membros: Statistical Office of the European Communities - EUROSTAT; União Internacional de Telecomunicações - UIT (International Telecommunication Union - ITU); Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organization for Economic Co-operation and Development - OECD); Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (United Nations Conference on Trade and Development - UNCTAD); quatro comissões regionais das Nações Unidas: Comissão Econômica para a África (United Nations Economic Commission for Africa - ECA), Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (United Nations Economic Commission for Latin America and the Caribbean - ECLAC), Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific - ESCAP) e Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental (United Nations Economic and Social Commission for Western Asia - ESCWA); Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO Institute for Statistics); Departamento das Nações Unidas de Assuntos Econômicos e Sociais (United Nations Department of Economic and Social Affairs); Secretariado da Convenção da Basileia do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Secretariat of the Basel Convention - SBC of the United Nations Environment Programme - UNEP); Instituto para o Estudo Avançado da Sustentabilidade e da Paz da Universidade das Nações Unidas (United Nations University Institute for the Advanced Study of Sustainability and Peace - UNU-ISP) e Banco Mundial (World Bank).

² Para informações mais detalhadas sobre o documento resultante, consultar: WSISTHEMATIC MEETING ON MEASURING THE INFORMATION SOCIETY, 2005, Geneva. *Final conclusions*. Geneva: World Summit on the Information Society - WSIS, 2005. 10 p. Disponível em: <<https://www.itu.int/wsis/docs2/thematic/unctad/final-conclusions.PDF>>. Acesso em: mar. 2016.

contemplar indicadores relacionados à educação³. Em 2011, além de revisões de algumas definições e categorias de resposta de indicadores já existentes, a lista foi acrescida de indicadores de governo eletrônico, pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (United Nations Economic Commission for Africa - ECA)⁴. A mais recente atualização da lista foi efetivada em 2014, por meio da publicação de um manual para a medição do acesso a TIC nos domicílios e do uso de TIC por pessoas, pela União Internacional de Telecomunicações - UIT (International Telecommunication Union - ITU)⁵.

A lista de indicadores-chave abrange sete conjuntos de indicadores:

- 1 - Indicadores-chave de infraestrutura de TIC e de acesso a TIC;
- 2 - Indicadores-chave de acesso a TIC nos domicílios e de uso de TIC por pessoas;
- 3 - Indicadores-chave de uso de TIC por empresas;
- 4 - Indicadores-chave do setor produtivo de bens e serviços de TIC;
- 5 - Indicadores-chave de comércio internacional de bens de TIC;
- 6 - Indicadores-chave de TIC na educação; e
- 7 - Indicadores-chave de governo eletrônico.

O segundo conjunto é formado por 16 indicadores, geralmente obtidos por meio de pesquisas por amostra de domicílios:

- HH1 - Proporção de domicílios com rádio;
- HH2 - Proporção de domicílios com televisão;
- HH3 - Proporção de domicílios com telefone: telefone fixo convencional; telefone celular; somente telefone fixo convencional; somente telefone celular; telefones fixo convencional e celular; qualquer tipo de telefone;
- HH4 - Proporção de domicílios com microcomputador;
- HH5 - Proporção de pessoas utilizando microcomputador;
- HH6 - Proporção de domicílios com Internet;
- HH7 - Proporção de pessoas utilizando a Internet;
- HH8 - Proporção de pessoas utilizando a Internet, por local de utilização: domicílio de residência; local de trabalho; estabelecimento de ensino; domicílio de outra pessoa; centro de acesso público pago (comercial); centro de acesso público gratuito; em mobilidade;
- HH9 - Proporção de pessoas utilizando a Internet, por tipo de atividade realizada: obter informações sobre bens ou serviços; obter informações sobre saúde; marcar consulta médica; obter informações de organizações governamentais;

³ Para informações mais detalhadas sobre a primeira revisão da lista de indicadores-chave efetuada em 2010, consultar: CORE ICT indicators 2010. Geneva: International Telecommunication Union - ITU, 2010. 94 p. Preparado no âmbito da Partnership on Measuring ICT for Development. Disponível em: <http://www.itu.int/dms_pub/itu-d/opb/ind/D-IND-ICT_CORE-2010-PDF-E.pdf>. Acesso em: mar. 2016.

⁴ Para informações mais detalhadas sobre a revisão e os acréscimos ocorridos em 2011, consultar: FRAMEWORK for a set of e-government core indicators. Addis Ababa: United Nations Economic Commission for Africa - ECA, 2011. 41 p. Preparado no âmbito da Partnership on Measuring ICT for Development. Disponível em: <http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/coreindicators/Framework_for_a_set_of_E-Government_Core_Indicators_Final_rev1.pdf>. Acesso em: mar. 2016.

⁵ Para informações mais detalhadas sobre a atualização ocorrida em 2014, consultar: MANUAL for measuring ICT access and use by households and individuals. Geneva: International Telecommunication Union - ITU, 2014. 207 p. Preparado no âmbito da Partnership on Measuring ICT for Development. Disponível em: <http://www.itu.int/dms_pub/itu-d/opb/ind/D-IND-ITCMEAS-2014-PDF-E.pdf>. Acesso em: mar. 2016.

interagir com organizações governamentais; enviar ou receber *e-mail*; realizar chamadas de voz (VoIP); participar de redes sociais; acessar *sites* de mensagem instantânea (*chats*), *blogs* ou de fóruns de discussão; comprar ou encomendar bens ou serviços; vender bens ou serviços; usar serviços relacionados a viagens ou a hospedagem para viagens; serviços bancários (banco eletrônico); fazer um curso; consultar *wikis*, enciclopédias ou outros *sites* com o propósito de aprendizado; ouvir rádio; assistir à televisão; acessar por meio de *streaming* ou baixar imagens, filmes, vídeos ou música; jogar ou baixar programas ou aplicativos; ler ou baixar jornais, revistas e livros; procurar emprego ou submeter uma solicitação de emprego; participar de redes profissionais; administrar página própria; carregar conteúdo próprio em uma página para compartilhamento; manter ou adicionar conteúdos em um *blog*; postar opiniões sobre questões políticas; participar de consultas ou votações para definir questões políticas; utilizar espaços de armazenamento para salvar documentos, fotos, música, vídeo ou outros arquivos; usar programas executados pela Internet para editar documentos de texto, planilhas ou apresentações;

- HH10 - Proporção de pessoas utilizando telefone móvel;
- HH11 - Proporção de domicílios com acesso à Internet, por tipo de serviço: discado; banda larga fixa com fio; banda larga fixa sem fio e terrestre; banda larga fixa via satélite; banda larga móvel conjugada à telefonia celular; banda larga móvel sem telefonia celular;
- HH12 - Proporção de pessoas utilizando a Internet, por frequência: ao menos uma vez por dia; ao menos uma vez por semana, mas não todo dia; menos de uma vez por semana;
- HH13 - Proporção de domicílios com acesso a programação televisiva por meios diferentes da televisão analógica aberta⁶, por tipo: televisão por assinatura a cabo⁷; televisão via satélite⁸; IPTV (televisão por IP)⁹; televisão digital aberta;
- HH14 - Proporção de domicílios sem Internet, segundo barreiras ao acesso: a Internet não é necessária; tem acesso em outro local; falta de confiança, conhecimento ou habilidade para usar a Internet; o custo do equipamento é muito alto; preocupações de privacidade ou segurança; o serviço de acesso à Internet não está disponível na área; o serviço de acesso à Internet está disponível na área, mas não atende às necessidades do domicílio; razões culturais.
- HH15 - Proporção de usuários de microcomputador, segundo habilidades: copiar ou mover arquivo ou pasta; duplicar ou mover informação em um documento; enviar *e-mails* com arquivos anexos; usar fórmulas aritméticas simples em uma planilha; conectar e instalar novos dispositivos; encontrar, baixar e instalar programas de configuração; criar apresentações eletrônicas; transferir arquivos de um computador para outros dispositivos; escrever um programa de computador usando uma linguagem de programação especializada; e
- HH16 - Proporção do total da despesa domiciliar destinada a bens e serviços de TIC.

⁶ Recepção gratuita de sinal aberto de televisão, com tecnologia analógica e transmitido por antenas terrestres.

⁷ Recepção paga de sinal fechado (com acesso restrito por código) de televisão transmitido por cabos coaxiais.

⁸ Inclui tanto a televisão por assinatura via satélite quanto a televisão por antena parabólica. A televisão por assinatura via satélite é a recepção paga de sinal fechado (com acesso restrito por código) de televisão transmitido via satélite. A televisão por antena parabólica é a recepção gratuita de sinal de televisão transmitido via satélite.

⁹ Apesar de distribuir programação televisiva usando o protocolo de comunicação típico da Internet (Internet Protocol - IP), a IPTV não deve ser confundida com o acesso a programação televisiva disponibilizada na Internet.

De 2001 a 2013, dos 16 indicadores-chave, cinco indicadores foram gerados em todas as edições: HH1, HH2, HH3, HH4 e HH6. Cumpre destacar que, até 2012, a PNAD gerava uma estimativa mais limitada do indicador HH6, qual seja: “proporção de domicílios com microcomputador com acesso à Internet”. A partir de 2013, passou-se a identificar não somente o acesso domiciliar à Internet por meio de microcomputador, mas também por telefone móvel celular, *tablet*, televisão e outros equipamentos eletrônicos. Entretanto, diferentemente da definição do indicador HH6 estabelecida na edição 2014 do Manual da UIT, a PNAD não circunscreve o acesso domiciliar à Internet àquele realizado por meio de equipamentos eletrônicos que “estão geralmente disponíveis para utilização de todos os moradores do domicílio a qualquer tempo” (MANUAL..., 2014, p. 53, tradução nossa)¹⁰. Outra observação importante diz respeito ao indicador de existência de microcomputador nos domicílios. A PNAD, ao contrário da definição do indicador HH4 da edição 2014 do Manual da UIT (MANUAL..., 2014, p. 49), não considera o *tablet* como um tipo de microcomputador¹¹. Não obstante, os dados coletados a partir da PNAD 2013, que verificam a existência de *tablet* nos domicílios, permitem gerar precisamente o indicador HH6.

Além disso, os indicadores-chave HH8 e HH9 foram produzidos apenas nos anos de 2005 e 2008; uma aproximação do HH10 (“proporção de pessoas com 10 anos ou mais de idade que possuem telefone móvel para uso pessoal”) foi gerada em 2005 e de 2008 em diante; o indicador HH11 está disponível para os anos de 2005, 2008, 2013 e 2014; o indicador HH12 foi gerado na edição de 2005; e o HH13 foi incluído a partir da edição de 2013, tendo sido a primeira vez que a PNAD mediu o acesso domiciliar a diferentes tipos de sinais de televisão¹². Somente quatro indicadores-chave não foram considerados em nenhuma das edições da PNAD: HH5, HH14, HH15 e HH16, sendo que os últimos três foram incluídos à lista de indicadores-chave somente em 2014, e o último não é objeto da PNAD, mas da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, também realizada pelo IBGE.

Por fim, é oportuno salientar duas outras importantes modificações, na estrutura conceitual dos indicadores-chave de uso de TIC por pessoas, promovidas pela edição 2014 do Manual da UIT e sua relação com os padrões adotados pela PNAD. A primeira é a mudança do período de referência de 12 para três meses, que já era parâmetro da PNAD. A segunda é a mudança do escopo de idade recomendado: de 15 a 74 anos para 5 anos ou mais. O escopo da PNAD continua a ser pessoas com 10 anos ou mais de idade.

¹⁰ Essa qualificação não fazia parte da definição original do indicador HH6, tampouco das revisões publicadas em 2010 e 2011, que vigoraram até 2013.

¹¹ O *tablet* não fazia parte da definição original do indicador HH4, tampouco das revisões publicadas em 2010 e 2011, que vigoraram até 2013.

¹² Alguns dos indicadores produzidos a partir da PNAD comportam menos categorias de resposta do que as recomendadas na edição 2014 do Manual da UIT (MANUAL..., 2014, p. 55-67). A maioria das categorias não contempladas pela PNAD não integrava as recomendações associadas aos indicadores originais e as revisões publicadas em 2010 e 2011, que vigoraram até 2013.

Tabela 2 - Domicílios particulares permanentes, total e com alguns bens e serviços de acesso à informação e comunicação, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2014

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares permanentes (1 000 domicílios)						
	Total	Bens e serviços de acesso à informação e comunicação					
		Rádio	Televisão	Microcomputador		Telefone	
				Total	Ligado à Internet	Fixo convencional	Móvel celular
Brasil	67 039	48 321	65 122	32 539	28 218	24 897	61 060
Norte	4 939	2 455	4 606	1 488	1 111	687	4 269
Rondônia	575	287	540	239	190	104	526
Acre	223	93	199	76	55	36	194
Amazonas	1 037	527	963	372	277	162	901
Roraima	155	63	146	61	42	31	139
Pará	2 264	1 123	2 107	513	380	245	1 884
Região Metropolitana de Belém	645	346	632	238	192	170	617
Amapá	201	111	195	74	50	32	180
Tocantins	484	252	455	153	117	77	444
Nordeste	17 562	12 161	16 914	5 764	4 870	2 917	15 357
Maranhão	1 917	888	1 808	399	301	217	1 464
Piauí	963	596	901	240	176	114	836
Ceará	2 768	2 094	2 673	848	706	450	2 450
Região Metropolitana de Fortaleza	1 182	890	1 161	494	432	325	1 129
Rio Grande do Norte	1 071	695	1 052	396	346	154	978
Paraíba	1 221	912	1 192	468	409	162	1 106
Pernambuco	2 961	2 268	2 902	1 102	969	585	2 635
Região Metropolitana de Recife	1 261	978	1 248	629	571	418	1 190
Alagoas	993	682	959	305	254	112	889
Sergipe	694	520	671	221	181	106	630
Bahia	4 974	3 506	4 755	1 784	1 529	1 017	4 370
Região Metropolitana de Salvador	1 381	980	1 361	753	677	531	1 331
Sudeste	29 131	22 042	28 584	16 960	15 085	15 435	26 933
Minas Gerais	6 965	5 423	6 800	3 469	2 939	2 376	6 358
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 753	1 436	1 728	1 058	913	948	1 665
Espírito Santo	1 321	949	1 290	693	597	442	1 251
Rio de Janeiro	5 989	4 785	5 922	3 398	3 040	3 525	5 494
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 453	3 655	4 410	2 653	2 402	2 947	4 105
São Paulo	14 856	10 885	14 572	9 400	8 509	9 092	13 831
Região Metropolitana de São Paulo	7 011	5 129	6 905	4 647	4 285	4 845	6 576
Sul	10 274	8 336	10 056	5 747	4 975	4 122	9 586
Paraná	3 820	2 997	3 709	2 160	1 857	1 620	3 547
Região Metropolitana de Curitiba	1 184	924	1 159	754	685	693	1 110
Santa Catarina	2 380	1 847	2 342	1 364	1 201	1 027	2 189
Rio Grande do Sul	4 074	3 493	4 005	2 224	1 917	1 476	3 851
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 534	1 255	1 516	952	831	766	1 472
Centro-Oeste	5 133	3 326	4 961	2 579	2 176	1 735	4 914
Mato Grosso do Sul	885	587	856	429	351	263	852
Mato Grosso	1 094	640	1 023	500	398	238	1 028
Goiás	2 218	1 496	2 159	991	828	710	2 120
Distrito Federal	936	602	924	659	600	524	915

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Tabela 3 - Percentual de domicílios com alguns bens e serviços de acesso à informação e comunicação no total de domicílios particulares permanentes, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2014

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Percentual de domicílios com bens e serviços de acesso à informação e comunicação no total de domicílios particulares permanentes (%)					
	Rádio	Televisão	Microcomputador		Telefone	
			Total	Ligado à Internet	Fixo convencional	Móvel celular
Brasil	72,1	97,1	48,5	42,1	37,1	91,1
Norte	49,7	93,3	30,1	22,5	13,9	86,4
Rondônia	50,0	94,0	41,6	33,1	18,0	91,6
Acre	41,6	89,5	34,0	24,7	16,2	87,2
Amazonas	50,8	92,9	35,9	26,7	15,7	86,9
Roraima	40,7	94,6	39,2	26,9	20,3	89,7
Pará	49,6	93,1	22,6	16,8	10,8	83,2
Região Metropolitana de Belém	53,6	97,9	37,0	29,8	26,4	95,7
Amapá	55,0	96,7	36,8	24,7	15,8	89,5
Tocantins	52,0	94,0	31,6	24,2	15,9	91,6
Nordeste	69,2	96,3	32,8	27,7	16,6	87,4
Maranhão	46,3	94,3	20,8	15,7	11,3	76,3
Piauí	61,9	93,5	24,9	18,3	11,9	86,8
Ceará	75,6	96,6	30,6	25,5	16,3	88,5
Região Metropolitana de Fortaleza	75,3	98,2	41,8	36,5	27,5	95,5
Rio Grande do Norte	64,9	98,2	37,0	32,3	14,4	91,2
Paraíba	74,7	97,7	38,4	33,5	13,3	90,6
Pernambuco	76,6	98,0	37,2	32,7	19,8	89,0
Região Metropolitana de Recife	77,5	99,0	49,9	45,3	33,2	94,3
Alagoas	68,7	96,6	30,7	25,6	11,3	89,5
Sergipe	74,9	96,6	31,9	26,0	15,2	90,8
Bahia	70,5	95,6	35,9	30,7	20,5	87,9
Região Metropolitana de Salvador	71,0	98,6	54,5	49,0	38,4	96,4
Sudeste	75,7	98,1	58,2	51,8	53,0	92,5
Minas Gerais	77,9	97,6	49,8	42,2	34,1	91,3
Região Metropolitana de Belo Horizonte	81,9	98,6	60,4	52,1	54,1	95,0
Espírito Santo	71,9	97,7	52,5	45,2	33,5	94,7
Rio de Janeiro	79,9	98,9	56,7	50,8	58,9	91,7
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	82,1	99,0	59,6	53,9	66,2	92,2
São Paulo	73,3	98,1	63,3	57,3	61,2	93,1
Região Metropolitana de São Paulo	73,2	98,5	66,3	61,1	69,1	93,8
Sul	81,1	97,9	55,9	48,4	40,1	93,3
Paraná	78,5	97,1	56,5	48,6	42,4	92,9
Região Metropolitana de Curitiba	78,1	97,9	63,7	57,9	58,5	93,8
Santa Catarina	77,6	98,4	57,3	50,5	43,1	92,0
Rio Grande do Sul	85,7	98,3	54,6	47,1	36,2	94,5
Região Metropolitana de Porto Alegre	81,9	98,8	62,0	54,2	50,0	96,0
Centro-Oeste	64,8	96,7	50,2	42,4	33,8	95,7
Mato Grosso do Sul	66,3	96,7	48,4	39,6	29,7	96,2
Mato Grosso	58,5	93,5	45,7	36,3	21,7	94,0
Goiás	67,5	97,4	44,7	37,3	32,0	95,6
Distrito Federal	64,4	98,7	70,4	64,1	56,0	97,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Tabela 4 - Domicílios particulares permanentes com televisão, total e com acesso a televisão por assinatura, com recepção de sinal de televisão por antena parabólica e com sinal digital de televisão aberta, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2014

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares permanentes com televisão							
	Valores absolutos (1 000 domicílios)				Valores relativos (%)			
	Total	Com recepção de sinal digital de televisão aberta	Com acesso a televisão por assinatura	Com recepção de sinal de televisão por antena parabólica	Total	Com recepção de sinal digital de televisão aberta	Com acesso a televisão por assinatura	Com recepção de sinal de televisão por antena parabólica
Brasil	65 122	25 912	20 913	24 742	100,0	39,8	32,1	38,0
Norte	4 606	1 481	911	2 015	100,0	32,1	19,8	43,7
Rondônia	540	207	94	326	100,0	38,4	17,4	60,4
Acre	199	56	38	100	100,0	28,1	19,0	50,4
Amazonas	963	438	340	267	100,0	45,5	35,3	27,7
Roraima	146	67	29	53	100,0	45,7	20,1	36,4
Pará	2 107	557	309	910	100,0	26,4	14,7	43,2
Região Metropolitana de Belém	632	307	140	53	100,0	48,6	22,1	8,4
Amapá	195	74	46	46	100,0	37,8	23,6	23,6
Tocantins	455	82	55	312	100,0	18,1	12,1	68,5
Nordeste	16 914	5 175	2 765	8 723	100,0	30,6	16,3	51,6
Maranhão	1 808	435	202	1 135	100,0	24,1	11,2	62,7
Piauí	901	198	89	557	100,0	22,0	9,9	61,9
Ceará	2 673	662	421	1 364	100,0	24,8	15,8	51,0
Região Metropolitana de Fortaleza	1 161	507	304	126	100,0	43,7	26,2	10,8
Rio Grande do Norte	1 052	423	251	493	100,0	40,2	23,9	46,9
Paraíba	1 192	419	180	625	100,0	35,1	15,1	52,4
Pernambuco	2 902	1 022	463	1 319	100,0	35,2	16,0	45,5
Região Metropolitana de Recife	1 248	699	344	152	100,0	56,0	27,6	12,1
Alagoas	959	223	123	494	100,0	23,3	12,9	51,5
Sergipe	671	241	94	407	100,0	35,9	14,0	60,7
Bahia	4 755	1 552	941	2 329	100,0	32,6	19,8	49,0
Região Metropolitana de Salvador	1 361	696	535	149	100,0	51,1	39,3	11,0
Sudeste	28 584	13 055	12 477	7 863	100,0	45,7	43,6	27,5
Minas Gerais	6 800	2 746	1 945	3 245	100,0	40,4	28,6	47,7
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 728	1 025	792	181	100,0	59,4	45,8	10,5
Espírito Santo	1 290	521	414	463	100,0	40,4	32,1	35,9
Rio de Janeiro	5 922	2 511	3 013	1 219	100,0	42,4	50,9	20,6
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 410	2 002	2 414	567	100,0	45,4	54,7	12,9
São Paulo	14 572	7 277	7 105	2 936	100,0	49,9	48,8	20,2
Região Metropolitana de São Paulo	6 905	3 975	3 733	831	100,0	57,6	54,1	12,0
Sul	10 056	4 177	3 272	4 094	100,0	41,5	32,5	40,7
Paraná	3 709	1 521	1 069	1 489	100,0	41,0	28,8	40,2
Região Metropolitana de Curitiba	1 159	635	482	161	100,0	54,8	41,6	13,9
Santa Catarina	2 342	913	764	1 244	100,0	39,0	32,6	53,1
Rio Grande do Sul	4 005	1 743	1 439	1 361	100,0	43,5	35,9	34,0
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 516	922	727	190	100,0	60,8	48,0	12,5
Centro-Oeste	4 961	2 024	1 489	2 047	100,0	40,8	30,0	41,3
Mato Grosso do Sul	856	295	239	406	100,0	34,4	27,9	47,4
Mato Grosso	1 023	304	274	452	100,0	29,7	26,8	44,2
Goiás	2 159	847	483	1 106	100,0	39,2	22,4	51,2
Distrito Federal	924	578	492	84	100,0	62,6	53,3	9,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Tabela 5 - Domicílios particulares permanentes, por existência de utilização da Internet no domicílio, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2014

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares permanentes					
	Valores absolutos (1 000 domicílios)			Valores relativos (%)		
	Total	Existência de utilização da Internet no domicílio		Total	Existência de utilização da Internet no domicílio	
		Havia	Não havia		Havia	Não havia
Brasil	67 039	36 814	30 225	100,0	54,9	45,1
Norte	4 939	2 202	2 737	100,0	44,6	55,4
Rondônia	575	278	297	100,0	48,3	51,7
Acre	223	93	130	100,0	41,6	58,4
Amazonas	1 037	528	509	100,0	50,9	49,1
Roraima	155	89	66	100,0	57,4	42,6
Pará	2 264	936	1 328	100,0	41,3	58,7
Região Metropolitana de Belém	645	400	245	100,0	62,0	38,0
Amapá	201	99	102	100,0	49,1	50,9
Tocantins	484	181	304	100,0	37,3	62,7
Nordeste	17 562	7 412	10 151	100,0	42,2	57,8
Maranhão	1 917	606	1 311	100,0	31,6	68,4
Piauí	963	352	611	100,0	36,6	63,4
Ceará	2 768	1 116	1 652	100,0	40,3	59,7
Região Metropolitana de Fortaleza	1 182	672	510	100,0	56,8	43,2
Rio Grande do Norte	1 071	534	538	100,0	49,8	50,2
Paraíba	1 221	593	628	100,0	48,6	51,4
Pernambuco	2 961	1 300	1 661	100,0	43,9	56,1
Região Metropolitana de Recife	1 261	716	545	100,0	56,8	43,2
Alagoas	993	380	613	100,0	38,3	61,7
Sergipe	694	360	334	100,0	51,9	48,1
Bahia	4 974	2 170	2 804	100,0	43,6	56,4
Região Metropolitana de Salvador	1 381	862	519	100,0	62,4	37,6
Sudeste	29 131	18 317	10 813	100,0	62,9	37,1
Minas Gerais	6 965	3 834	3 131	100,0	55,0	45,0
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 753	1 180	572	100,0	67,3	32,7
Espírito Santo	1 321	773	548	100,0	58,5	41,5
Rio de Janeiro	5 989	3 624	2 365	100,0	60,5	39,5
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 453	2 820	1 633	100,0	63,3	36,7
São Paulo	14 856	10 086	4 770	100,0	67,9	32,1
Região Metropolitana de São Paulo	7 011	4 998	2 013	100,0	71,3	28,7
Sul	10 274	5 981	4 293	100,0	58,2	41,8
Paraná	3 820	2 178	1 642	100,0	57,0	43,0
Região Metropolitana de Curitiba	1 184	777	406	100,0	65,7	34,3
Santa Catarina	2 380	1 399	981	100,0	58,8	41,2
Rio Grande do Sul	4 074	2 403	1 671	100,0	59,0	41,0
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 534	1 035	498	100,0	67,5	32,5
Centro-Oeste	5 133	2 903	2 231	100,0	56,5	43,5
Mato Grosso do Sul	885	502	383	100,0	56,7	43,3
Mato Grosso	1 094	560	534	100,0	51,2	48,8
Goiás	2 218	1 137	1 081	100,0	51,3	48,7
Distrito Federal	936	703	233	100,0	75,1	24,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Tabela 6 - Domicílios particulares permanentes com utilização da Internet, total e equipamentos utilizados para acessar a Internet no domicílio, segundo as Grandes Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2014

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares permanentes com utilização da Internet							
	Valores absolutos (1 000 domicílios)				Valores relativos (%)			
	Total	Equipamentos utilizados para acessar a Internet no domicílio			Total	Equipamentos utilizados para acessar a Internet no domicílio		
		Micro compu- tador	Tele- fone móvel celular	Tablet		Micro compu- tador	Tele- fone móvel celular	Tablet
Brasil	36 814	28 218	29 612	8 071	100,0	76,6	80,4	21,9
Norte	2 202	1 111	2 036	265	100,0	50,5	92,5	12,0
Rondônia	278	190	213	33	100,0	68,4	76,8	11,8
Acre	93	55	82	7	100,0	59,5	89,1	8,0
Amazonas	528	277	508	72	100,0	52,5	96,2	13,6
Roraima	89	42	86	13	100,0	46,9	96,8	14,1
Pará	936	380	892	96	100,0	40,6	95,3	10,2
Região Metropolitana de Belém	400	192	383	50	100,0	48,0	95,8	12,5
Amapá	99	50	96	14	100,0	50,4	97,1	14,6
Tocantins	181	117	159	30	100,0	65,0	88,1	16,5
Nordeste	7 412	4 870	6 106	1 413	100,0	65,7	82,4	19,1
Maranhão	606	301	524	89	100,0	49,6	86,3	14,7
Piauí	352	176	316	48	100,0	50,0	89,6	13,5
Ceará	1 116	706	904	216	100,0	63,2	81,0	19,3
Região Metropolitana de Fortaleza	672	432	564	152	100,0	64,3	84,0	22,6
Rio Grande do Norte	534	346	450	120	100,0	64,9	84,3	22,5
Paraíba	593	409	481	106	100,0	69,0	81,1	17,9
Pernambuco	1 300	969	1 021	314	100,0	74,5	78,5	24,2
Região Metropolitana de Recife	716	571	595	204	100,0	79,8	83,1	28,5
Alagoas	380	254	316	72	100,0	66,8	83,3	18,9
Sergipe	360	181	339	43	100,0	50,1	94,0	11,9
Bahia	2 170	1 529	1 755	406	100,0	70,5	80,9	18,7
Região Metropolitana de Salvador	862	677	715	202	100,0	78,5	83,0	23,5
Sudeste	18 317	15 085	14 558	4 542	100,0	82,4	79,5	24,8
Minas Gerais	3 834	2 939	2 965	690	100,0	76,7	77,3	18,0
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 180	913	993	254	100,0	77,4	84,1	21,5
Espírito Santo	773	597	643	151	100,0	77,3	83,2	19,5
Rio de Janeiro	3 624	3 040	2 922	1 004	100,0	83,9	80,6	27,7
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	2 820	2 402	2 305	798	100,0	85,2	81,7	28,3
São Paulo	10 086	8 509	8 028	2 697	100,0	84,4	79,6	26,7
Região Metropolitana de São Paulo	4 998	4 285	4 057	1 507	100,0	85,7	81,2	30,2
Sul	5 981	4 975	4 406	1 260	100,0	83,2	73,7	21,1
Paraná	2 178	1 857	1 615	482	100,0	85,3	74,2	22,1
Região Metropolitana de Curitiba	777	685	627	214	100,0	88,1	80,7	27,5
Santa Catarina	1 399	1 201	1 033	277	100,0	85,8	73,8	19,8
Rio Grande do Sul	2 403	1 917	1 758	500	100,0	79,8	73,1	20,8
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 035	831	800	260	100,0	80,3	77,2	25,1
Centro-Oeste	2 903	2 176	2 506	592	100,0	75,0	86,3	20,4
Mato Grosso do Sul	502	351	437	86	100,0	69,8	86,9	17,2
Mato Grosso	560	398	478	76	100,0	71,0	85,4	13,5
Goiás	1 137	828	959	192	100,0	72,8	84,4	16,9
Distrito Federal	703	600	632	237	100,0	85,3	89,8	33,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Análise dos resultados

Os resultados sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC, resultantes do Suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2014 sobre o tema, foram analisados levando-se em conta um elenco de variáveis consideradas principais e a comparação com os dados obtidos nas pesquisas de 2005, 2008, 2011 e 2013.

Foram estimados indicadores para os domicílios e para as pessoas de 10 anos ou mais de idade, nos níveis geográficos Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Com relação aos domicílios, foram analisados o acesso à televisão digital aberta, televisão por assinatura e televisão por antena parabólica; a existência e o número de aparelhos de televisão de tubo e de tela fina; a existência de *tablet*; o acesso à Internet e os tipos de aparelhos eletrônicos utilizados (microcomputador, telefone móvel celular, *tablet*, televisão e outros); e, ainda, se o acesso à Internet foi discado, em banda larga fixa ou em banda larga móvel.

Sobre a utilização da Internet e a posse de telefone móvel celular para uso pessoal da população de 10 anos ou mais de idade, foram observados o acesso por estudantes e não estudantes; o uso da rede segundo a condição de ocupação das pessoas, a categoria de emprego e as formas de inserção no mercado de trabalho; e foram exploradas as relações com a idade, o sexo, os anos de estudo, o nível de instrução e o rendimento mensal domiciliar *per capita*.

Posse e acesso à televisão

Em 2014, o País tinha 67,0 milhões de domicílios particulares permanentes, dos quais 65,1 milhões (97,1%) possuíam aparelho de televisão, apresentando crescimento de 2,9% em relação a 2013.

Além da posse, o Suplemento TIC da PNAD 2014 investigou como os domicílios utilizavam os aparelhos de televisão para acessar programação televisiva, distinguindo três modalidades de acesso:

- Televisão digital aberta, entendida como a recepção gratuita de sinal aberto de televisão, com tecnologia digital e transmitido por antenas terrestres;
- Televisão por assinatura, entendida como a recepção paga de sinal fechado (com acesso restrito por código) de televisão;
- Televisão por antena parabólica, entendida como a recepção gratuita de sinal de televisão transmitido via satélite.

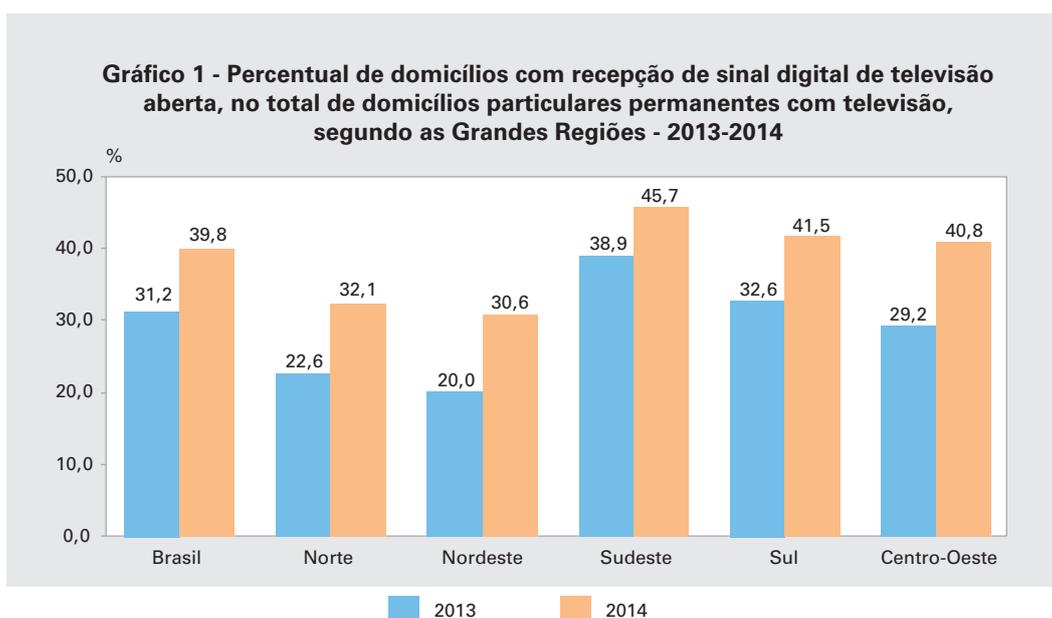
Para os domicílios sem nenhuma dessas três modalidades, a alternativa de acesso à programação televisiva é a televisão analógica aberta, que é em tudo igual à televisão digital aberta, à exceção da tecnologia do sinal, que é analógica. Esse grupo de domicílios merece atenção especial, pois ficaria impossibilitado de acessar programação televisiva por meios convencionais quando concluído o processo, em curso, de desligamento do sinal analógico e concomitante substituição pelo sinal digital em todo o Território Nacional.

É importante destacar que o Suplemento TIC 2014 não apura o acesso à programação televisiva por meio da Internet.

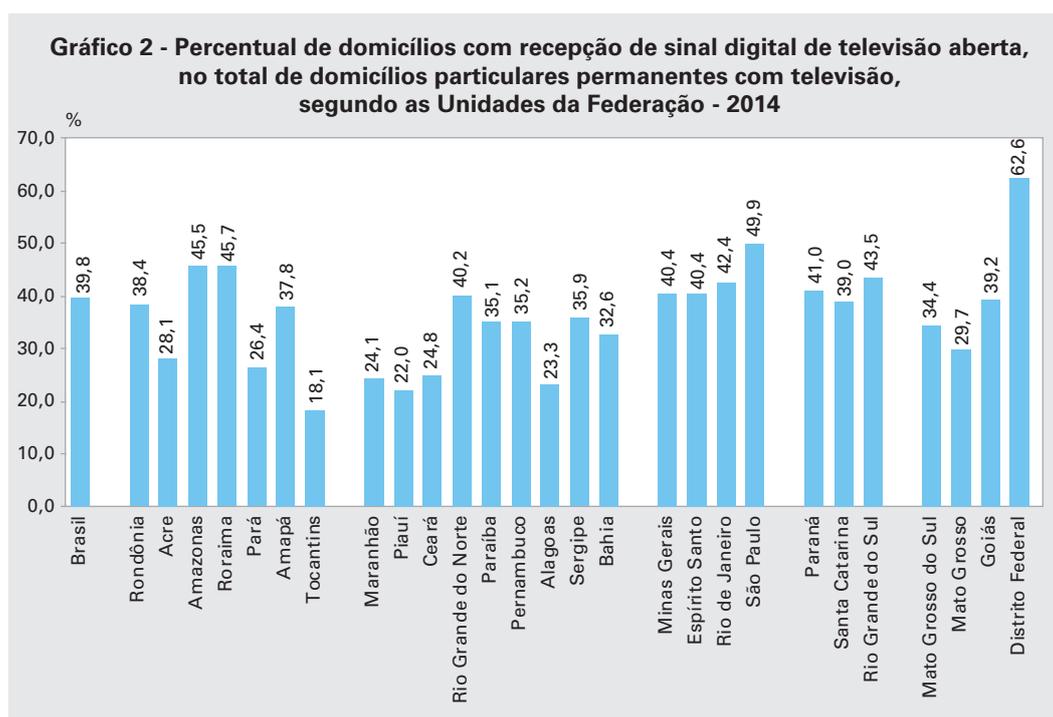
Televisão digital aberta

O total de domicílios com acesso ao serviço de televisão digital aberta apresentou aumento de 8,6 pontos percentuais em 2014, atingindo 39,8% dos domicílios com televisão. A televisão digital aberta se expandiu tanto nos domicílios da área rural, como nos da área urbana, alcançando 15,7% e 43,5%, respectivamente.

A Região Sudeste, assim como em 2013, registrou a maior proporção de domicílios com televisão digital aberta (45,7%), seguida das Regiões Sul (41,5%) e Centro-Oeste (40,8%). As Regiões Norte e Nordeste alcançaram, aproximadamente, 30%, o que corresponde a 1,5 milhão e 5,2 milhões de domicílios, respectivamente.



Todas as Unidades da Federação registraram aumento da proporção de domicílios com televisão digital aberta. Roraima, que em 2013 foi a 10ª Unidade da Federação com a menor proporção de domicílios com essa característica, mostrou forte expansão (23,4 pontos percentuais), alcançando a terceira posição no País, atrás apenas do Distrito Federal (62,6%) e de São Paulo (49,9%). Enquanto isso, o Rio de Janeiro (42,4%) foi a Unidade da Federação que registrou o menor crescimento (2,1 pontos percentuais), passando da terceira para a sexta posição. Tocantins continuou a registrar a menor proporção (18,1%), seguido de Piauí (22,0%) e Alagoas (23,3%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

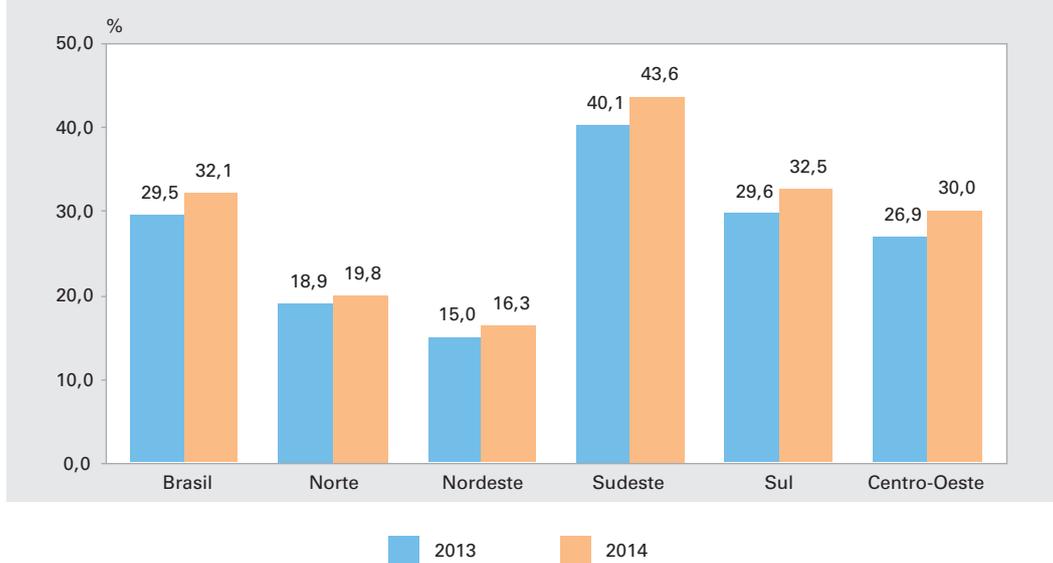
Nos domicílios pertencentes às classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* até 2 salários mínimos, as proporções de domicílios com televisão digital aberta foram inferiores a 50,0%. Os domicílios pertencentes às classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* de 2 salários mínimos ou mais apresentaram patamares superiores a 50,0%, variando de 54,2% (para os com mais de 2 a 3 salários mínimos) a 74,6% (para os com mais de 5 salários mínimos). A Região Sudeste registrou a maior proporção de domicílios com televisão digital aberta até as classes de rendimento de 2 salários mínimos. A partir da classe de rendimento de 2 salários mínimos ou mais, as maiores proporções ocorreram na Região Nordeste.

Televisão por assinatura

O número de domicílios com televisão por assinatura registrou aumento de 12,0% em relação ao ano anterior, alcançando 32,1% dos domicílios com aparelho de televisão. Assim como para a televisão digital aberta, a televisão por assinatura era mais presente nos domicílios da área urbana (35,9%) do que da rural (7,5%).

No que diz respeito às Grandes Regiões, o retrato de 2014 se manteve semelhante ao de 2013. A Região Sudeste continuou registrando a maior proporção de domicílios com televisão por assinatura (43,6%), seguida das Regiões Sul (32,5%) e Centro-Oeste (30,0%). As menores proporções continuaram nas Regiões Norte (19,8%) e Nordeste (16,3%), correspondendo a 911 mil e 2,8 milhões de domicílios, respectivamente.

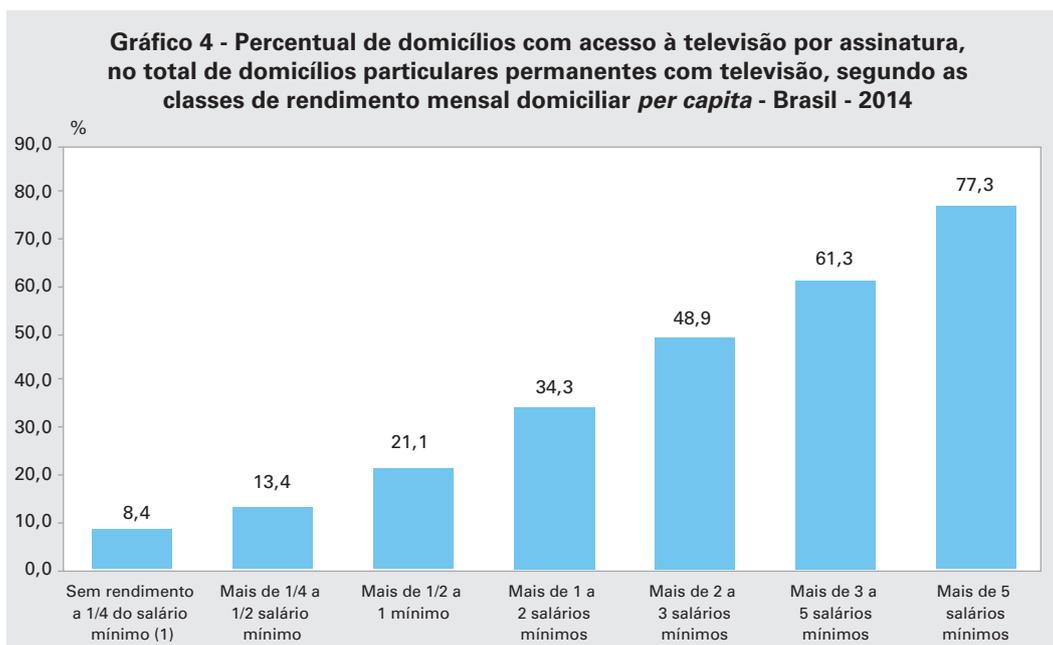
Gráfico 3 - Percentual de domicílios com acesso à televisão por assinatura, no total de domicílios particulares permanentes com televisão, segundo as Grandes Regiões 2013-2014



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

Quanto mais elevada a classe de rendimento mensal domiciliar *per capita*, maior foi a proporção de domicílios com televisão por assinatura. Para os domicílios com rendimento mensal domiciliar *per capita* até 3 salários mínimos, as proporções foram inferiores a 50,0%, tendo variado de 8,4%, nos domicílios sem rendimento a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, a 48,9%, nos domicílios com mais de 2 a 3 salários mínimos. As maiores proporções foram registradas nos domicílios classificados nas seguintes classes: 3 a 5 salários mínimos (61,3%) e mais de 5 salários mínimos (77,3%). Para qualquer classe de rendimento mensal domiciliar *per capita* considerada, a Região Sudeste apresentou a maior proporção desse serviço em relação às demais regiões.

Como observado anteriormente, a relação diretamente proporcional com a classe de rendimento mensal domiciliar *per capita* também foi observada na televisão digital aberta. Contudo, a proporção de domicílios com televisão por assinatura foi menor que a proporção de domicílios com televisão digital aberta, na classe até 5 salários mínimos. Nos domicílios com rendimento mensal domiciliar *per capita* superior a 5 salários mínimos, o comportamento se inverteu: a proporção de domicílios com televisão digital aberta foi inferior à de domicílios com televisão por assinatura.

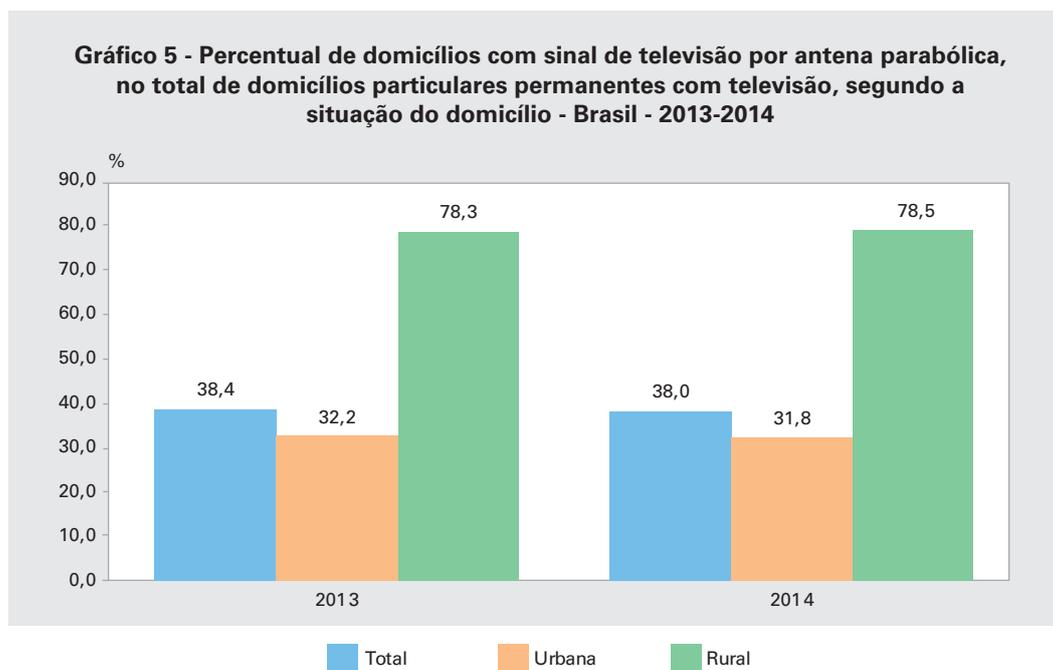


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

(1) Inclusive os domicílios cujos componentes recebiam somente em benefícios.

Televisão por antena parabólica

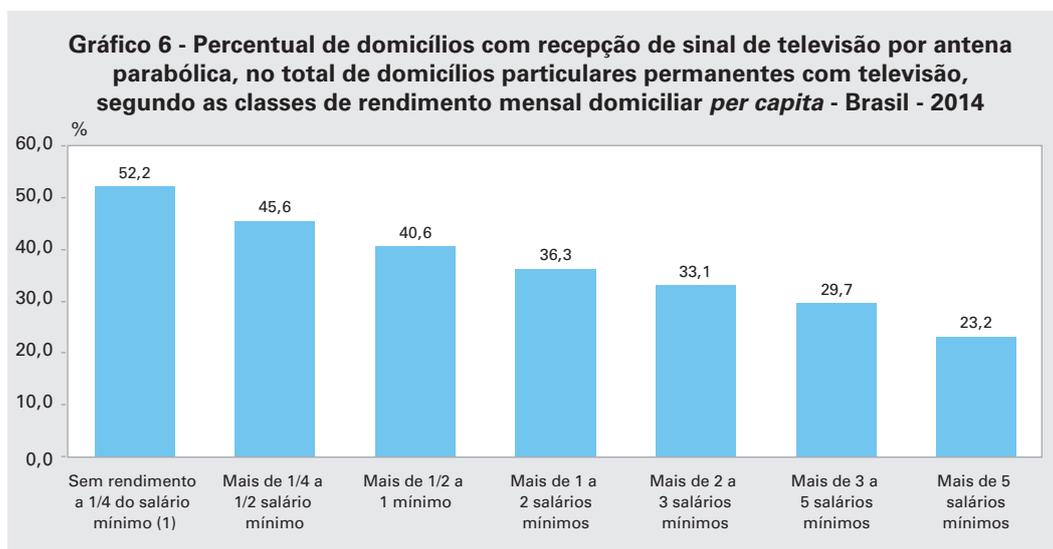
A televisão por antena parabólica estava presente em 38,0% dos domicílios com aparelho de televisão, sendo a presença na área rural (78,5%) superior à urbana (31,8%), ao contrário do observado para a televisão digital aberta e a televisão por assinatura.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

A menor proporção de domicílios com televisão por antena parabólica, assim como em 2013, ocorreu na Região Sudeste (27,5%), enquanto a Região Nordeste continuou atingindo a maior proporção (51,6%). Nas demais Grandes Regiões, situou-se em torno de 40%.

Ao contrário da televisão digital aberta e da televisão por assinatura, as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* mais baixas apresentaram as maiores proporções de domicílios com televisão por antena parabólica: sem rendimento a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (52,2%), mais de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo (45,6%) e mais de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo (40,6%). Por outro lado, as observadas nas classes de rendimento de mais de 3 a 5 salários mínimos (29,7%) e mais de 5 salários mínimos (23,2%) foram as menores. A Região Nordeste registrou a maior proporção de domicílios com televisão por antena parabólica em quase todas as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* analisadas, mas não para aqueles com mais de 3 a 5 salários mínimos, que apresentaram proporções maiores nas Regiões Norte (36,0%), Centro-Oeste (36,3%) e Sul (37,6%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

(1) Inclusive os domicílios cujos componentes recebiam somente em benefícios.

Domicílios sem televisão por antena parabólica, televisão por assinatura e televisão digital aberta

Em 2014, do total de domicílios com aparelho de televisão, 32,1% não tinham televisão digital aberta, mas contaram com pelo menos uma modalidade alternativa de acesso a programação televisiva: 22,6% tinham somente televisão por antena parabólica; 7,4% tinham somente televisão por assinatura; e 2,1% tinham televisão por antena parabólica e televisão por assinatura.

Foi estimada queda de 5,4 pontos percentuais no total de domicílios particulares permanentes com aparelho de televisão que não tinham acesso a nenhuma dessas três modalidades de acesso à programação televisiva (nem televisão por antena parabólica, nem televisão por assinatura, nem televisão digital aberta), passando de 28,5%, em 2013, para 23,1%, em 2014, o equivalente a 15,1 milhões de domicílios.

A Região Norte continuou apresentando a maior proporção de domicílios sem nenhuma dessas três modalidades de acesso à programação televisiva (27,7%); a menor foi registrada na Região Sudeste (21,8%).

Tabela 7 - Distribuição dos domicílios particulares permanentes com televisão, por Grandes Regiões, segundo o acesso à recepção de sinal digital de televisão aberta, televisão por assinatura e a recepção de sinal de televisão por antena parabólica - 2014

Recepção de sinal digital de televisão aberta, acesso a televisão por assinatura e recepção de sinal de televisão por antena parabólica	Distribuição dos domicílios particulares permanentes com televisão (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nor-deste	Su-deste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)(2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com recepção de sinal digital de televisão aberta	39,8	32,1	30,6	45,7	41,5	40,8
Sem recepção de sinal digital de televisão aberta	55,2	64,2	65,4	48,0	53,6	56,0
Com televisão por assinatura e antena parabólica	2,1	1,9	1,2	2,2	2,7	2,8
Com televisão por assinatura e sem antena parabólica	7,4	3,9	2,9	11,0	6,4	6,3
Sem televisão por assinatura e com antena parabólica	22,6	30,7	36,5	13,0	22,6	23,4
Sem televisão por assinatura ou antena parabólica	23,1	27,7	24,8	21,8	21,9	23,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

(1) Inclusive os domicílios em que não se sabia se havia recepção de sinal de televisão por antena parabólica. (2) Inclusive os domicílios em que não se sabia se havia recepção de sinal digital de televisão aberta.

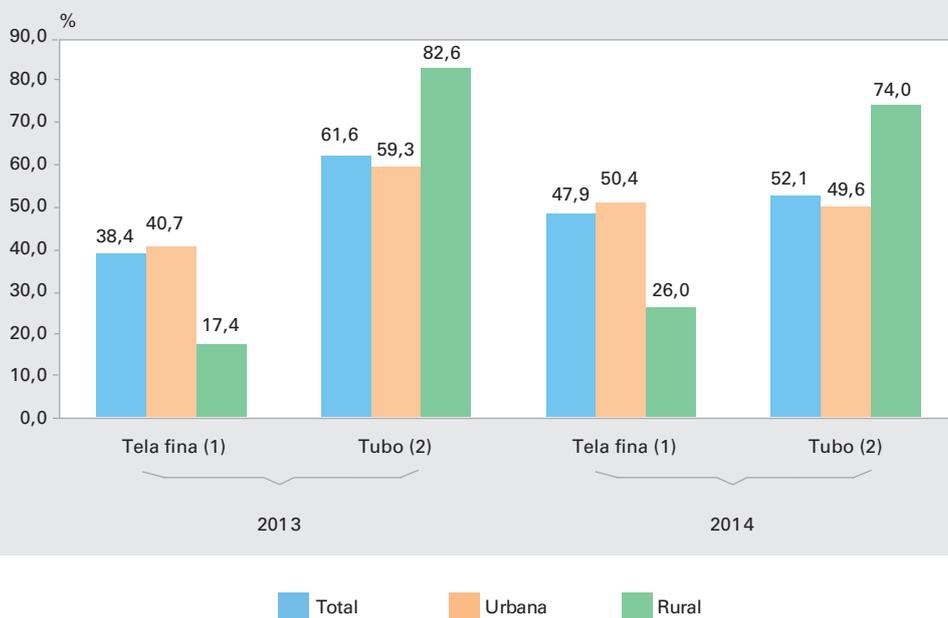
Tipos de aparelhos de televisão

Em 2014, o número total de aparelhos de televisão existentes no País foi de 106,8 milhões: 55,6 milhões (52,1%) de tubo e 51,2 milhões (47,9%) de tela fina. O número de televisões de tela fina aumentou 9,5 pontos percentuais em relação a 2013. Em relação à situação do domicílio, a área rural registrou maior proporção de televisões de tubo (74,0%) enquanto a área urbana apresentou maior proporção de televisões de tela fina (50,4%), passando a ter mais da metade do total.

Dos 65,1 milhões de domicílios particulares permanentes com televisão, 33,6% possuíam somente televisão de tela fina, 44,3% registraram somente televisão de tubo, e 22,1%, ambos os tipos. Em 70,1% dos domicílios em que havia televisão de tela fina existia apenas um aparelho desse tipo; proporção semelhante foi registrada com relação à televisão de tubo: 76,1%.

A Região Nordeste apresentou a maior proporção de domicílios com apenas televisão de tubo (56,7%); a Região Centro-Oeste, a maior proporção de domicílios com somente televisão de tela fina (38,5%); e a Região Sul, a maior proporção de domicílios com ambos os tipos (28,7%).

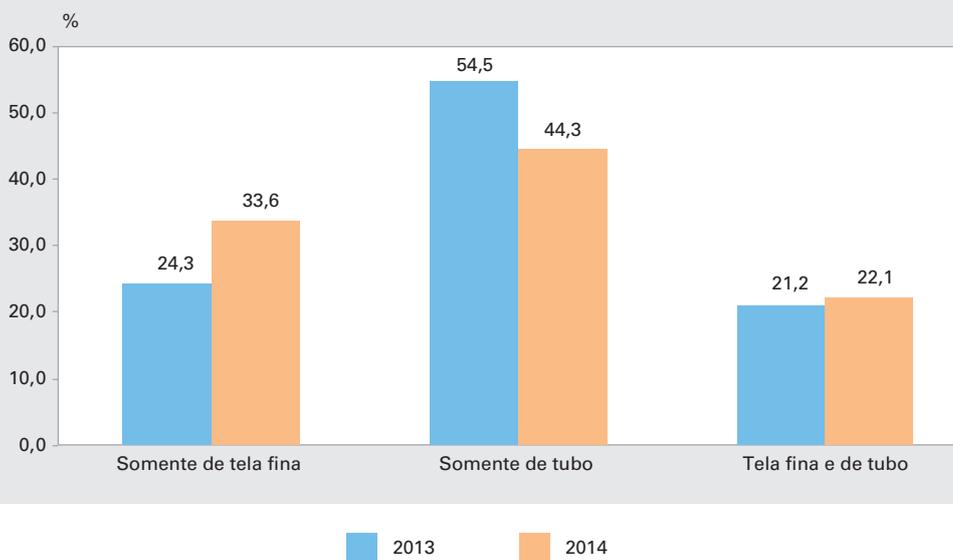
Gráfico 7 - Percentual de televisões existentes nos domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio, segundo o tipo de televisão existente no domicílio Brasil - 2013-2014



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

(1) Televisão de tela de cristal líquido (*Liquid Crystal Display - LCD*), cristal líquido com diodo emissor de luz (*Light Emitting Diode - LED*) ou plasma. (2) Televisão de tubo de raios catódicos (*Cathode Ray Tube - CRT*).

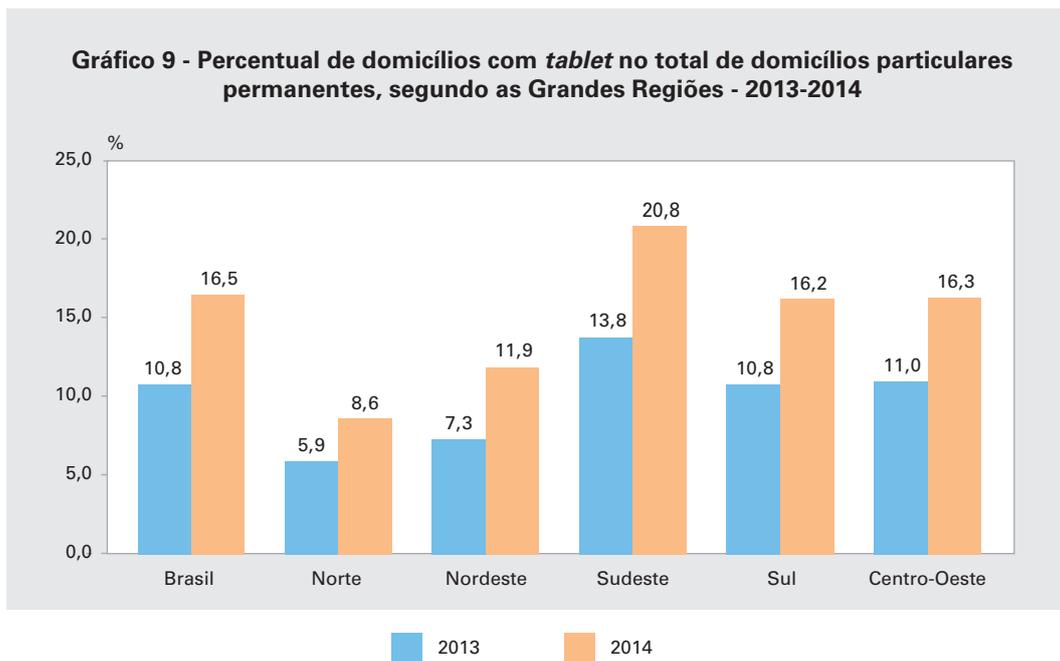
Gráfico 8 - Distribuição dos domicílios particulares permanentes com televisão, segundo o tipo de televisão - Brasil - 2013-2014



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

Existência de *tablet* no domicílio

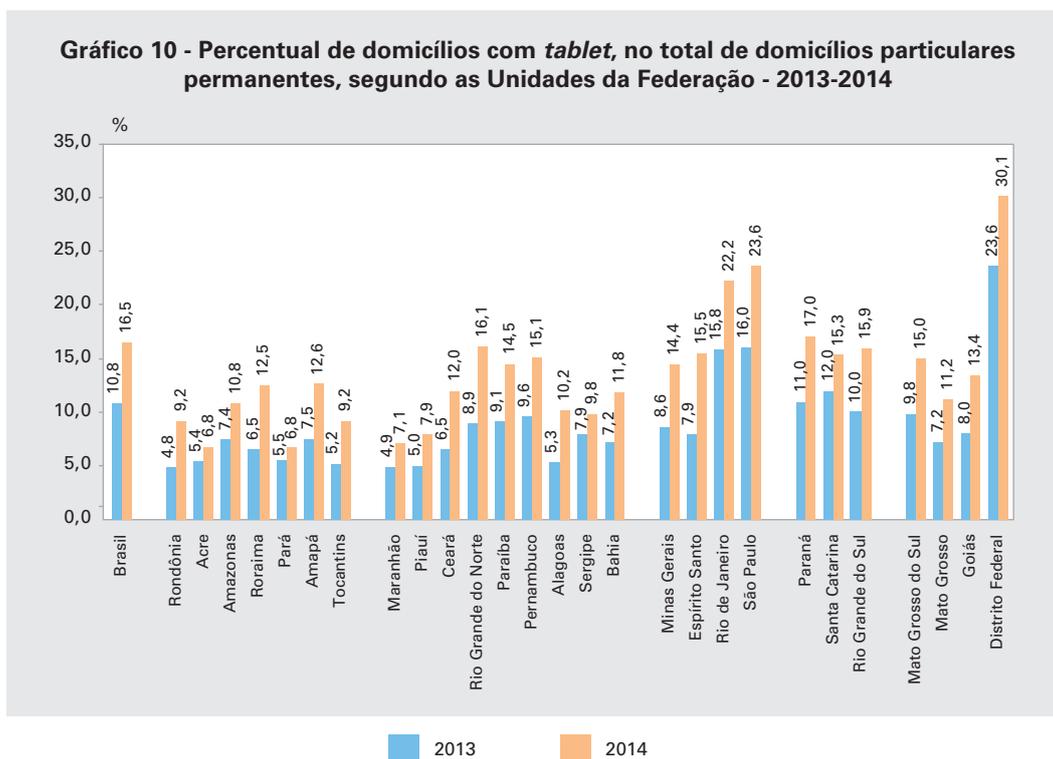
Segundo dados do Suplemento TIC 2014, 11,1 milhões (16,5%) de domicílios particulares permanentes do País tinham *tablet*, o que representa um aumento de 5,7 pontos percentuais em relação a 2013. Dentre aqueles com *tablet*, mais da metade (6,1 milhões) situava-se na Região Sudeste, onde a proporção de domicílios com esse aparelho era de 20,8%, o mais alto registrado entre as Grandes Regiões. A menor proporção foi estimada para a Região Norte (8,6%).



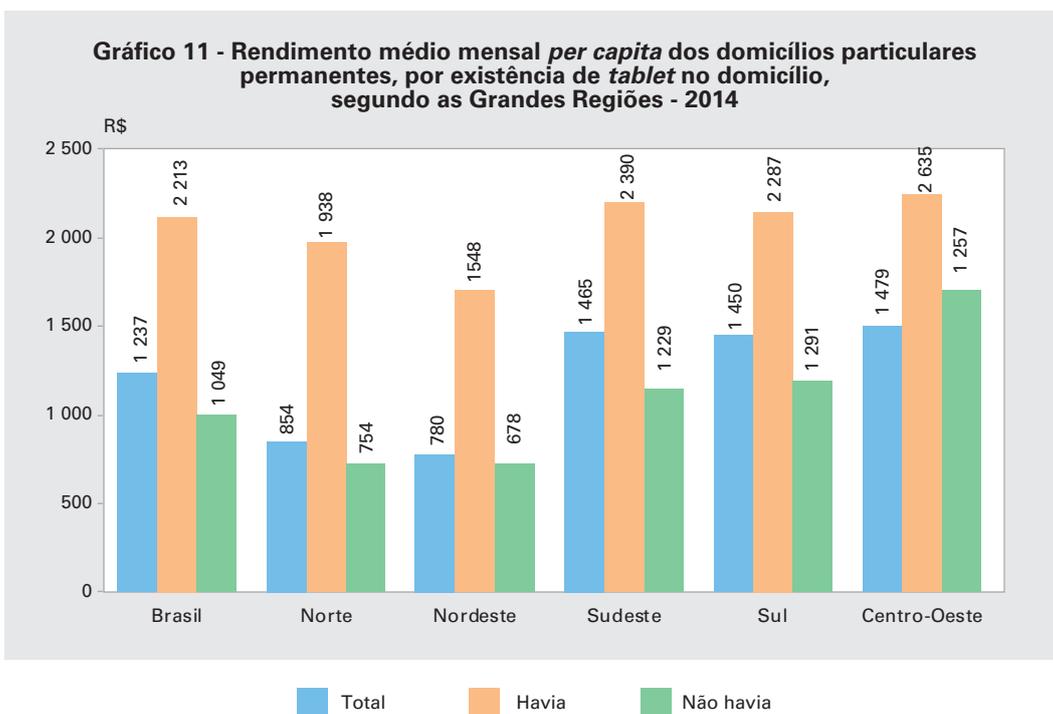
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

As Unidades da Federação com as maiores proporções de domicílios com *tablet* foram Distrito Federal (30,1%), São Paulo (23,6%) e Rio de Janeiro (22,2%). Por outro lado, Acre (6,8%), Pará (6,8%) e Maranhão (7,1%) apresentaram as menores proporções desse equipamento. São Paulo registrou, juntamente com o Espírito Santo, o maior aumento da proporção de domicílios com esse aparelho em 2014 (7,6 pontos percentuais, cada um).

A posse de *tablet* estava associada a um maior rendimento médio mensal domiciliar *per capita*, que chegou a ser 2,1 vezes maior nos domicílios com esse aparelho. Enquanto os domicílios com *tablet* apresentavam rendimento médio mensal domiciliar *per capita* de R\$ 2 213, aqueles que não o possuíam registravam R\$ 1 049. Apesar de essa diferença ainda ser grande, diminuiu em relação a 2013, quando alcançou 2,5 vezes, denotando que o *tablet* passou a ser um bem mais acessível aos domicílios de menores rendimentos. As Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste registraram valores de rendimento médio mensal domiciliar *per capita* acima da média nacional, tanto para os domicílios com *tablet* como para aqueles que não possuíam o aparelho. A Região Sul registrou a menor diferença de rendimento, em termos proporcionais, na comparação entre os domicílios em que havia ou não *tablet* (1,8 vez).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Acesso à Internet no domicílio, por tipo de equipamento e conexão

Desde 2004, o acesso à Internet no domicílio por meio de microcomputador vem aumentando, variando de 6,3 milhões, em 2004, a 25,7 milhões em 2012. O acesso à Internet por meio de equipamentos eletrônicos diferentes do microcomputador (telefone móvel celular, *tablet*, televisão e outros) passou a ser investigado em 2013. Assim, o resultado do Suplemento TIC 2014 pode ser comparado ao do ano anterior.

Em 2014, mais da metade dos domicílios particulares permanentes passaram a ter acesso à Internet, saindo de 48,0%, em 2013, para 54,9%, em 2014, o equivalente a 36,8 milhões de domicílios. As proporções eram muito distintas, considerando a situação do domicílio: 60,8% na área urbana e 18,5% na área rural.

Quanto maior a classe de rendimento mensal domiciliar *per capita*, maior foi a proporção de domicílios com Internet. Os domicílios pertencentes às classes de rendimento domiciliar *per capita* até 1 salário mínimo estavam abaixo da média nacional, enquanto nas demais classes apresentaram proporções superiores à média nacional, alcançando 88,9% dos domicílios com mais de 5 salários mínimos. A menor proporção foi registrada nos domicílios pertencentes à classe sem rendimento a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (25,3%).

O número de domicílios particulares permanentes com acesso à Internet por meio de microcomputador aumentou 2,2%, passando de 27,6 milhões, em 2013, para 28,2 milhões em 2014. Entretanto, em termos relativos, houve uma redução da proporção de domicílios com acesso à Internet por meio de microcomputador, que passou de 88,4% para 76,6% do total de domicílios com acesso à Internet. Enquanto isso, o número de domicílios com acesso à Internet somente por meio de outros equipamentos cresceu 137,7%, passando de 3,6 milhões para 8,6 milhões, no mesmo período, o que representa quase $\frac{1}{4}$ dos domicílios com acesso à Internet em 2014.

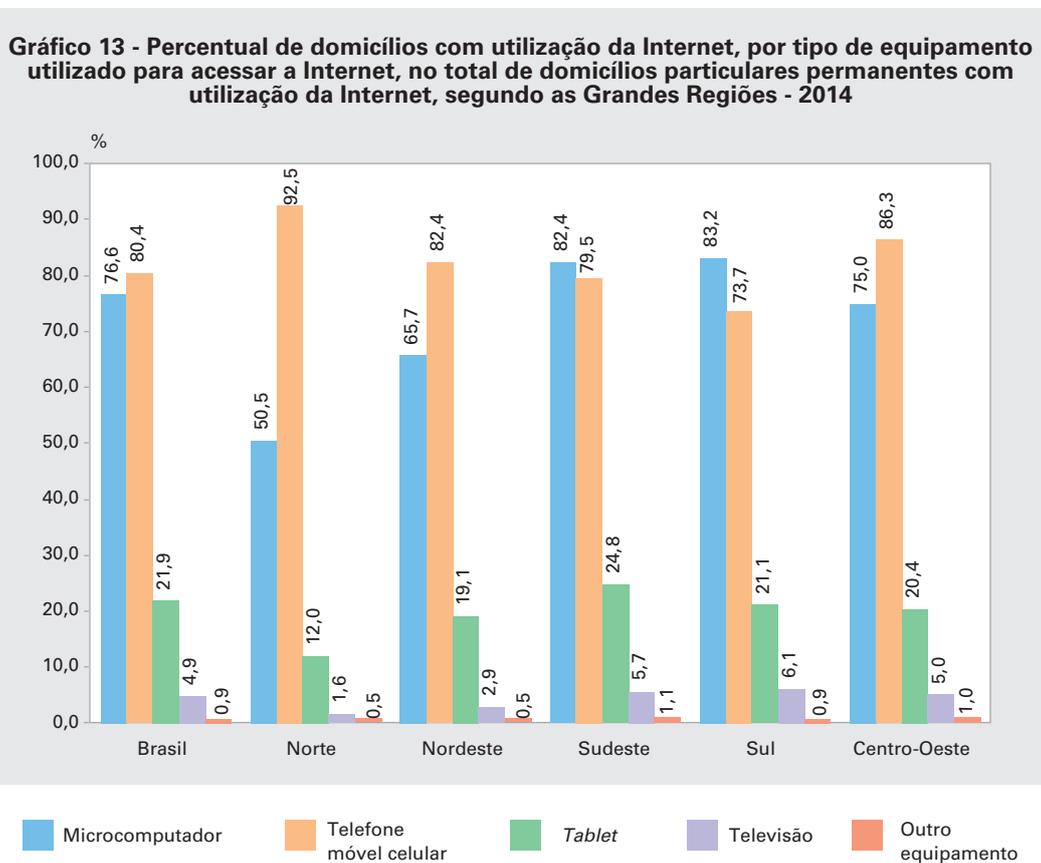


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.

(1) A partir de 2013, ampliou-se a investigação da utilização da Internet por meio de diversos equipamentos (microcomputador, telefone móvel celular, *tablet* e outros).

Dentre os domicílios com acesso à Internet, 80,4% (29,6 milhões) tinham acesso por meio de telefone celular; 21,9% (8,1 milhões), por *tablet*; 4,9% (1,8 milhões), por televisão; e 0,9% (0,3 milhão), por outros equipamentos eletrônicos. Vale destacar o acesso à Internet por meio de *tablet*, telefone celular e televisão, com aumentos de 50,4%, 76,8% e 116,34% no número de domicílios, respectivamente, em relação a 2013.

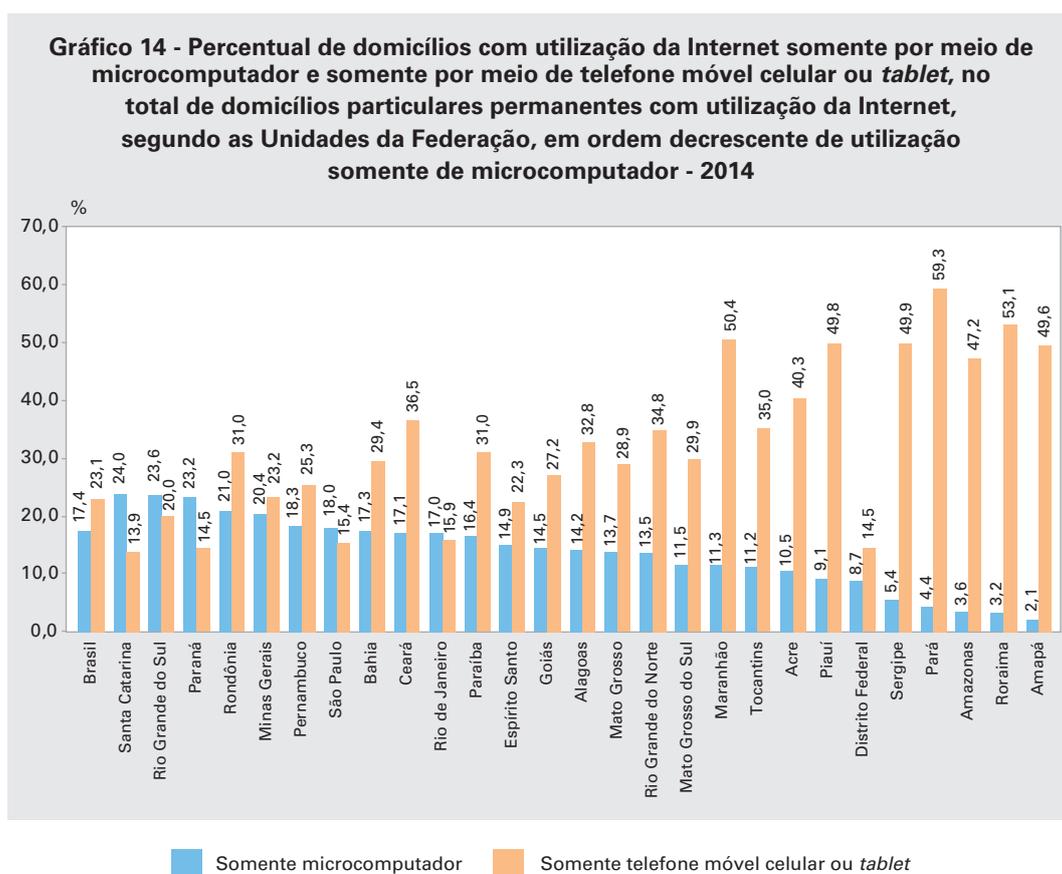
O uso do telefone celular para acessar a Internet ultrapassou o uso do microcomputador nos domicílios brasileiros, destacando-se a Região Norte, que apresentou a maior proporção desse uso (92,5%). Em 2013, o uso do microcomputador predominava em todas as Grandes Regiões, com exceção da Norte. Em 2014, apenas nas Regiões Sudeste e Sul ainda predominava o microcomputador, com proporções de 82,4% e 83,2%, respectivamente. O uso do *tablet* era maior na Região Sudeste (24,8%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

A utilização do microcomputador como único equipamento para acesso à Internet não mais prevalece na maioria dos domicílios das Unidades da Federação. No Brasil, em 2014, 17,4% dos domicílios tinham, como único equipamento para acesso à Internet, o microcomputador, o que representa uma redução de 25,0 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Em 2013, apenas Sergipe, Pará, Roraima, Amapá e Amazonas apresentaram proporções de domicílios onde o acesso feito

exclusivamente pelo telefone celular ou *tablet* foi maior do que o realizado somente por microcomputador. Em 2014, o quadro se inverteu – apenas cinco Unidades da Federação registraram proporções de domicílios onde o acesso feito exclusivamente pelo telefone celular ou *tablet* foi inferior ao exclusivo por microcomputador: Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. O Amapá apresentou a menor proporção de acesso exclusivo por meio de microcomputador (2,1%), enquanto Santa Catarina registrou a menor proporção de acesso exclusivo por telefone celular ou *tablet* (13,9%).

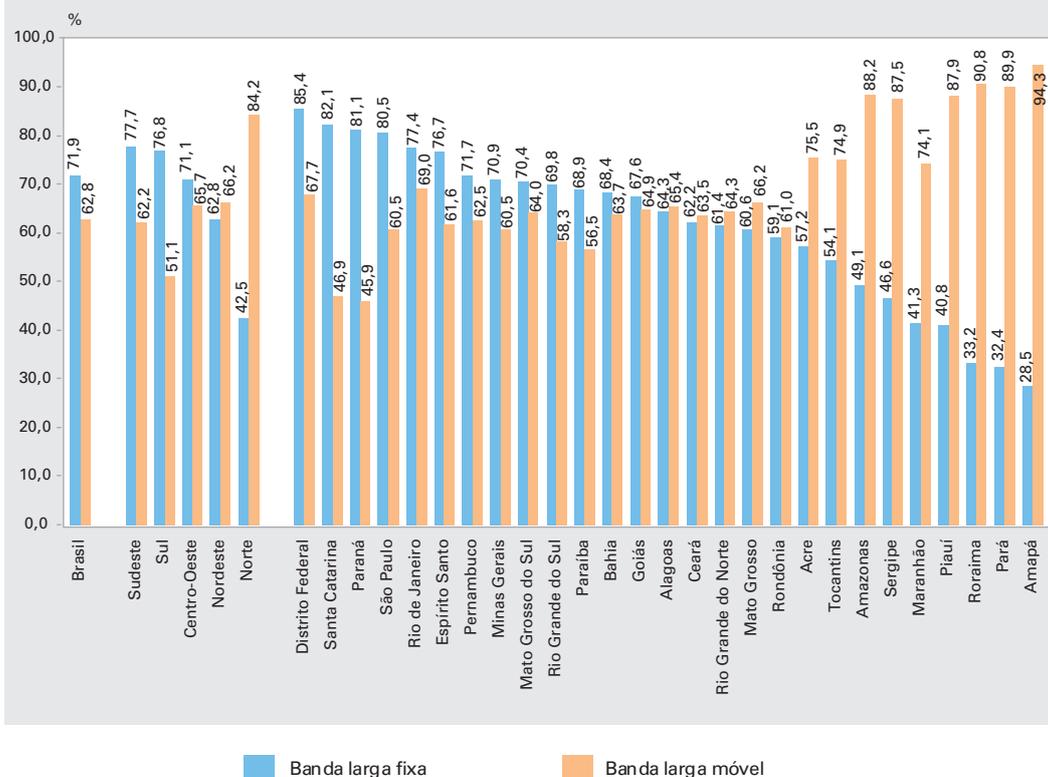


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Foi investigado se o acesso à Internet era realizado por meio de conexão discada, em banda larga fixa ou em banda larga móvel. Dos 36,8 milhões de domicílios com acesso à Internet em 2014, 0,8% possuía exclusivamente a conexão discada e 99,2%, a conexão em banda larga. Em termos absolutos, a conexão em banda larga fixa cresceu 9,9% em relação a 2013, mas a sua representatividade diminuiu 5,2 pontos percentuais, atingindo 71,9% dos domicílios com Internet. Enquanto isso, a banda larga móvel registrou expansão de 70,0%, passando a estar presente em 62,8% dos domicílios com Internet – um ganho de 19,3 pontos percentuais em relação a 2013. Ficou mais frequente a coexistência dos dois tipos de banda larga, com crescimento de 82,2%, alcançando patamar de 35,5% dos domicílios com Internet.

Em todas as Grandes Regiões, o acesso à Internet em banda larga ultrapassou 99,0% dos domicílios. Assim como em 2013, na Região Norte, a conexão em banda larga móvel (84,2%) foi maior do que a conexão em banda larga fixa (42,5%). Em 2014, o Nordeste seguiu este mesmo comportamento, com 66,2% dos domicílios com conexão em banda larga móvel e 62,8% em banda larga fixa. Nas demais Grandes Regiões, a banda larga fixa ultrapassou a móvel. Nos Estados do Amazonas, Sergipe, Piauí, Roraima, Pará e Amapá, a banda larga móvel foi superior a 80,0%. No Distrito Federal e em Santa Catarina, Paraná e São Paulo, a banda larga fixa atingiu esse patamar, superior a 80,0%. O Piauí apresentou a maior variação em relação ao acesso à Internet em banda larga móvel, com aumento de 28,4 pontos percentuais. Em todos os estados ocorreu redução na proporção de domicílios com conexão em banda larga fixa, à exceção do Acre, Tocantins e Amapá. O Amapá registrou a maior diferença entre as proporções de domicílios com conexão em banda larga fixa ou móvel (65,8 pontos percentuais): enquanto 28,5% dos domicílios com Internet possuíam banda larga fixa, 94,3% tinham acesso à Internet em banda larga móvel.

Gráfico 15 - Percentual de domicílios com utilização da Internet por banda larga fixa e por banda larga móvel, no total de domicílios particulares permanentes com utilização da Internet, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação, em ordem decrescente de utilização por banda larga fixa - 2014

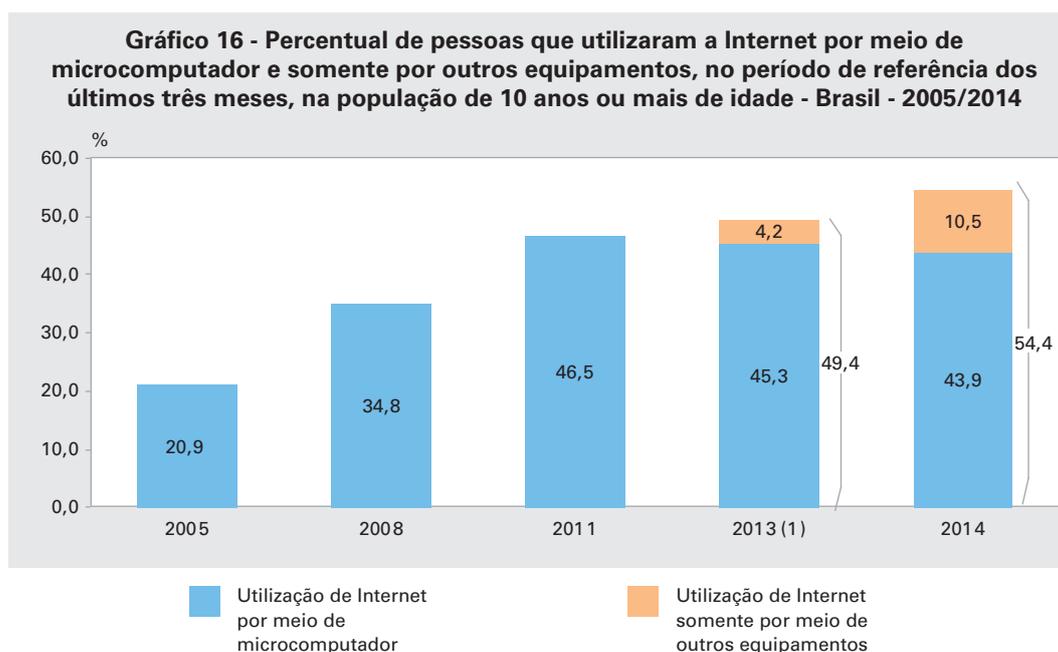


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Utilização da Internet por pessoas

Além de ser investigado o acesso à Internet no domicílio, também foi estimada a utilização da Internet na população com 10 anos ou mais de idade. Em 2014, estimou-se em 95,4 milhões (54,4% da população) o contingente de pessoas de 10 anos ou mais de idade que utilizaram a Internet, pelo menos uma vez, no período de referência dos últimos três meses (últimos 90 dias que antecederam ao dia da entrevista), o que representa um aumento de 5,0 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

O Gráfico 16 mostra a evolução da utilização pessoal da Internet por meio de microcomputador. Observa-se o crescimento da proporção de usuários até 2011, quando alcançou 46,5% da população. Em 2013, contudo, registrou-se uma retração para 45,3% e o crescimento da importância de outros dispositivos para a utilização da Internet. Em 2014, o movimento de retração permaneceu, com a proporção reduzindo-se para 43,9%. Em comparação a 2013, houve um crescimento de 155,6% (11,2 milhões) no número de pessoas que acessaram a Internet por equipamentos eletrônicos diferentes do microcomputador: em 2013, esse contingente representava 4,2% das pessoas de 10 anos ou mais de idade, enquanto, em 2014, alcançou 10,5%.



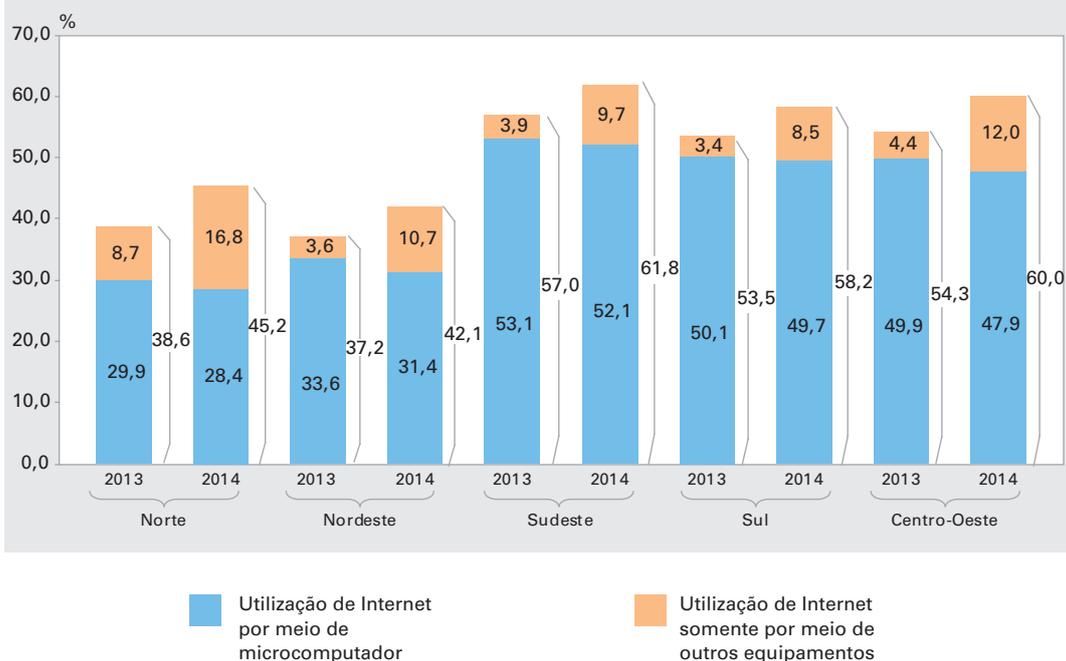
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2014.

(1) A partir de 2013, ampliou-se a investigação da utilização da Internet por meio de diversos equipamentos (microcomputador, telefone móvel celular, *tablet* e outros).

Esse movimento foi diferente do que aconteceu em relação ao acesso à Internet nos domicílios. Conforme analisado na seção anterior, houve avanço na proporção e no número absoluto de domicílios com acesso à Internet por meio de microcomputador. Logo, apesar do acesso à Internet por meio de microcomputador estar mais presente nos domicílios do País, é menor a proporção de pessoas que o utilizam para acessar a Internet. Além disso, diminuiu o número de pessoas que utilizaram o microcomputador para acessar a Internet: de 78,3 milhões, em 2013, para 76,9 milhões em 2014.

Em 2014, houve expansão da utilização da Internet em todas as Grandes Regiões, mas essa expansão ocorreu por meio de equipamentos diferentes do microcomputador. A utilização por meio de microcomputador apresentou retração em todas as Grandes Regiões, quando comparada com 2013. As Regiões Sudeste (61,8%), Sul (58,2%) e Centro-Oeste (60,0%) permaneceram registrando as maiores proporções de utilização da Internet, considerando-se todos os equipamentos. Em relação a 2013, a Região Norte evidenciou o maior acréscimo de pessoas de 10 anos ou mais de idade que utilizaram a Internet somente por meio de outros equipamentos (8,1 pontos percentuais).

Gráfico 17 - Percentual de pessoas que utilizaram a Internet por meio de microcomputador e somente por outros equipamentos, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões - 2013-2014

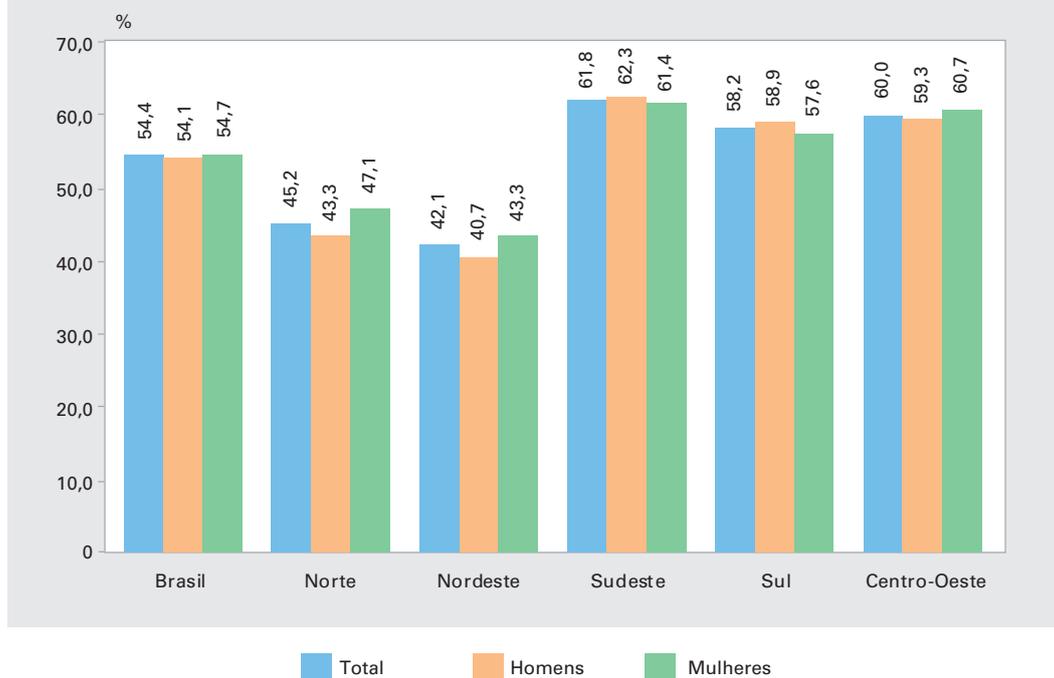


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

Utilização da Internet, segundo o sexo, os grupos de idade e os anos de estudo

A análise por sexo mostrou que, em 2014, as mulheres (54,7%) apresentaram proporção de utilização da Internet praticamente igual à dos homens (54,1%). Em todas as Grandes Regiões, tanto homens como mulheres registraram aumento da utilização da Internet, sendo que a Região Norte registrou o maior crescimento (6,6 pontos percentuais) para ambos os sexos. Nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, as proporções de utilização da Internet pelas mulheres (47,1%, 43,3% e 60,7%, respectivamente) foram maiores do que as observadas entre os homens (43,3%, 40,7% e 59,3%, na mesma ordem). Por outro lado, na Região Sudeste, os homens registraram 62,3%, enquanto as mulheres, 61,4%; e, na Região Sul, as proporções foram de 58,9% entre os homens e de 57,6% entre as mulheres.

Gráfico 18 - Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2014

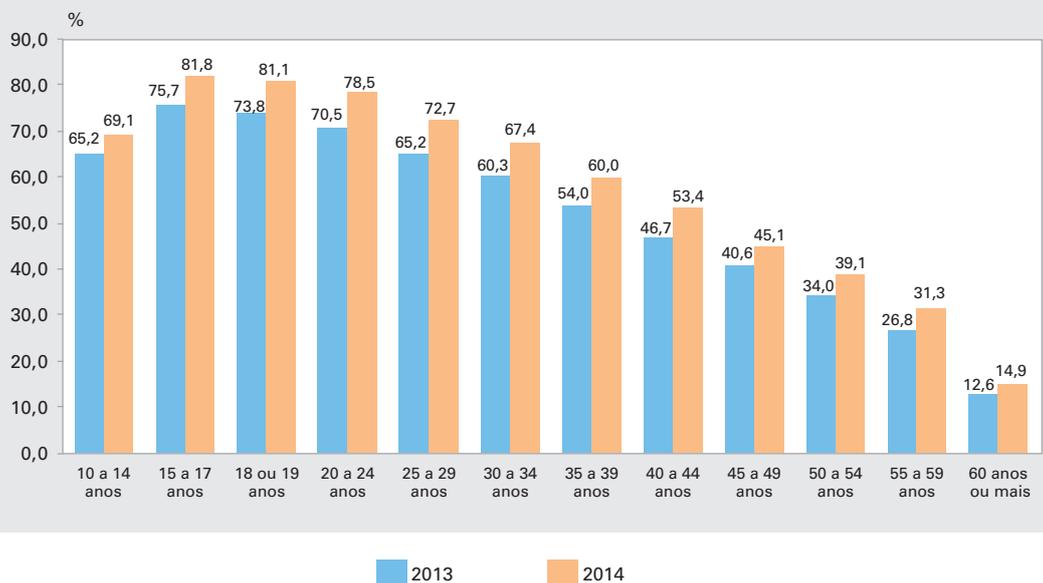


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Observou-se, na análise por distribuição etária, que os grupos mais jovens registraram as maiores proporções de utilização da Internet. A partir dos 15 anos de idade, essas proporções decrescem com a elevação da idade, observando-se a menor entre as pessoas de 60 anos ou mais de idade (14,9%). Em relação a 2013, todos os grupos de idade registraram aumento da utilização da Internet, com destaque para as pessoas de 20 a 24 anos de idade, que apresentaram crescimento de 8,0 pontos percentuais. O grupo formado pelas pessoas de 15 a 17 anos de idade alcançou a maior proporção (81,8%). Em todos os grupos compreendidos na faixa de 10 a 44 anos de idade, o uso da Internet ultrapassava 50%. Em 2013, esse patamar foi alcançado pelas pessoas de 10 a 39 anos de idade. Em todos os grupos de idade, a proporção de mulheres utilizando a Internet foi superior ao dos homens, exceto no grupo de 60 anos ou mais de idade.

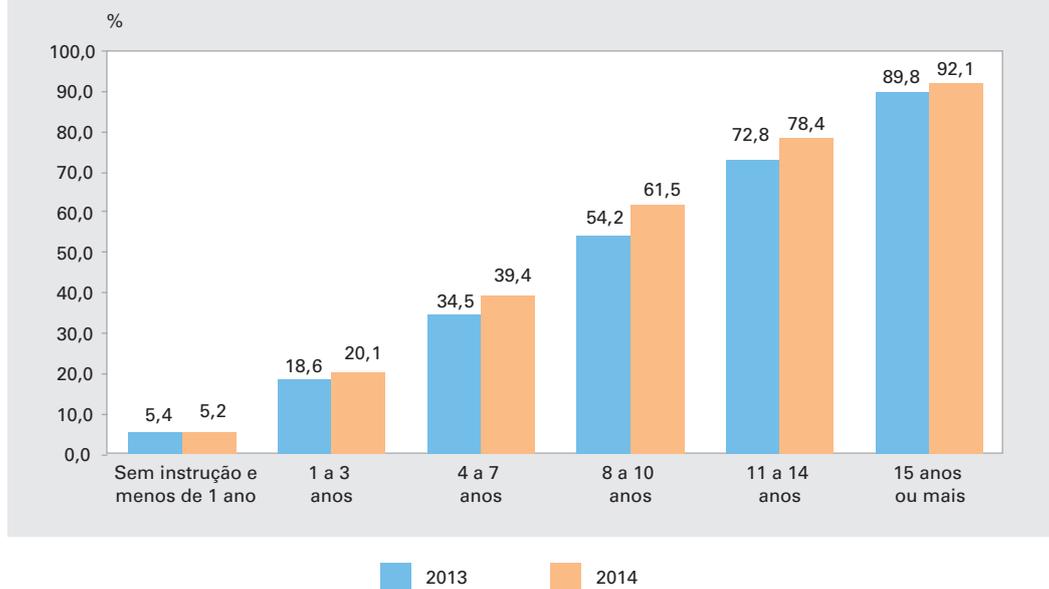
A utilização da Internet mostrou relação direta com os anos de estudo, indicando proporções crescentes entre os mais escolarizados. Em relação a 2013, todos os níveis de instrução apresentaram aumento da utilização da Internet, com exceção do grupo sem instrução e menos de 1 ano de estudo, que passou de 5,4%, em 2013, para 5,2% em 2014. Para as pessoas com até 7 anos de estudo, a proporção foi inferior à média nacional (54,4%), enquanto para aquelas com 8 anos ou mais de estudo a proporção foi superior. A maior foi observada na população com 15 anos ou mais de estudo (92,1%).

Gráfico 19 - Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade, segundo os grupos de idade - Brasil - 2013-2014



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

Gráfico 20 - Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade, segundo os grupos de anos de estudo - Brasil - 2013-2014



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

Considerando o nível de instrução, observou-se que as proporções de utilização da Internet aumentam continuamente até o nível superior incompleto, que alcançou o valor máximo de 95,0%, decaindo, depois, para 92,6% no grupo que possui superior completo.

Em 2014, dos 95,4 milhões de usuários da Internet, 30,4% (29,0 milhões) eram estudantes. Ao analisar a rede de ensino frequentada, observou-se que, dos 36,5 milhões de estudantes no País, 74,3% (27,1 milhões) eram da rede pública e, desses, 73,3% (19,9 milhões) utilizavam a Internet. Na rede privada, encontravam-se 9,4 milhões de estudantes, dentre os quais 97,2% (9,1 milhões) utilizavam a Internet. Entre os estudantes, a proporção dos que acessavam a Internet (79,5%) foi maior do que a dos não estudantes (47,8%). Novamente, o fator idade pode estar influenciando essa diferença.

Utilização da Internet, segundo a situação de ocupação e os grupamentos ocupacionais e de atividade

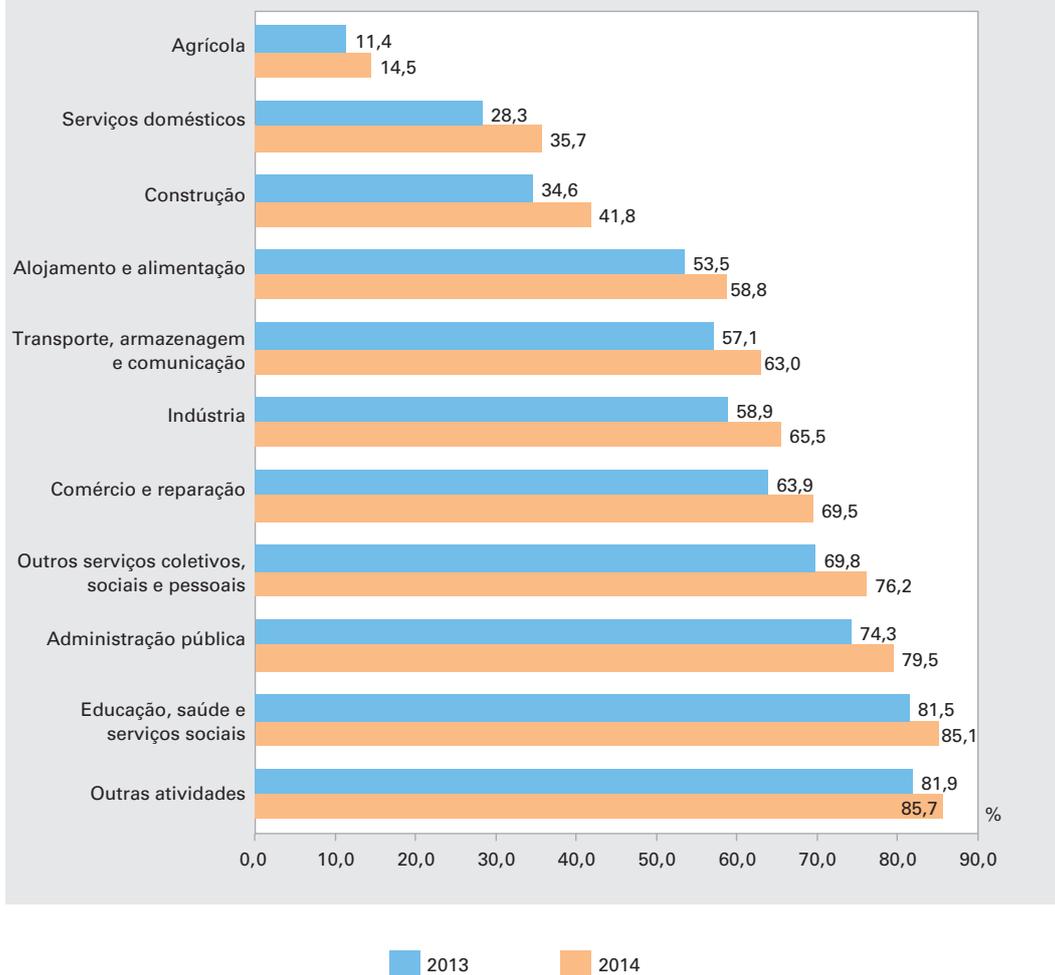
Em 2014, mais da metade (59,2%) das pessoas ocupadas utilizava a Internet, enquanto entre as não ocupadas essa proporção chegava a 48,2%. Os dois grupos apresentaram aumento em relação a 2013: 5,4 e 4,3 pontos percentuais, respectivamente. Todos os grupamentos ocupacionais registraram crescimento da proporção de pessoas que utilizaram a Internet no período de referência. Os membros das forças armadas e auxiliares registraram a maior proporção de pessoas que utilizavam a Internet (94,9%), seguidos pelos profissionais das ciências e das artes (93,7%), trabalhadores dos serviços administrativos (89,3%), técnicos de nível médio (87,1%) e dirigentes em geral (86,1%). Em todos os grupamentos ocupacionais, as proporções foram superiores a 50%, com exceção dos trabalhadores dos serviços (49,7%) e dos trabalhadores agrícolas (13,8%).

Segundo a posição na ocupação e a categoria de emprego no trabalho principal, as maiores proporções foram estimadas para os militares e funcionários públicos estatutários (82,7%), empregadores (78,0%) e empregados com carteira de trabalho assinada (73,0%). Por outro lado, a menor proporção foi estimada para os trabalhadores na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso (10,2%).

Em relação aos grupamentos de atividade, as pessoas ocupadas em Outras atividades¹³ (85,7%) e em Educação, saúde e serviços sociais (85,1%) apresentaram as maiores proporções, enquanto nas atividades Agrícola (14,5%), Serviços domésticos (35,7%) e Construção (41,8%) menos da metade das pessoas ocupadas utilizaram a Internet em 2014. As pessoas ocupadas nos Serviços domésticos registraram o maior aumento em relação ao ano anterior, com expansão de 7,4 pontos percentuais.

¹³ Inclui as seguintes atividades: *Intermediação financeira, exclusive de seguros e previdência privada; Seguros e previdência privada; Atividades auxiliares da intermediação financeira; Atividades imobiliárias; Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores e de objetos pessoais e domésticos; Atividades de informática e conexas; Pesquisa e desenvolvimento; Serviços prestados principalmente às empresas; e Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.*

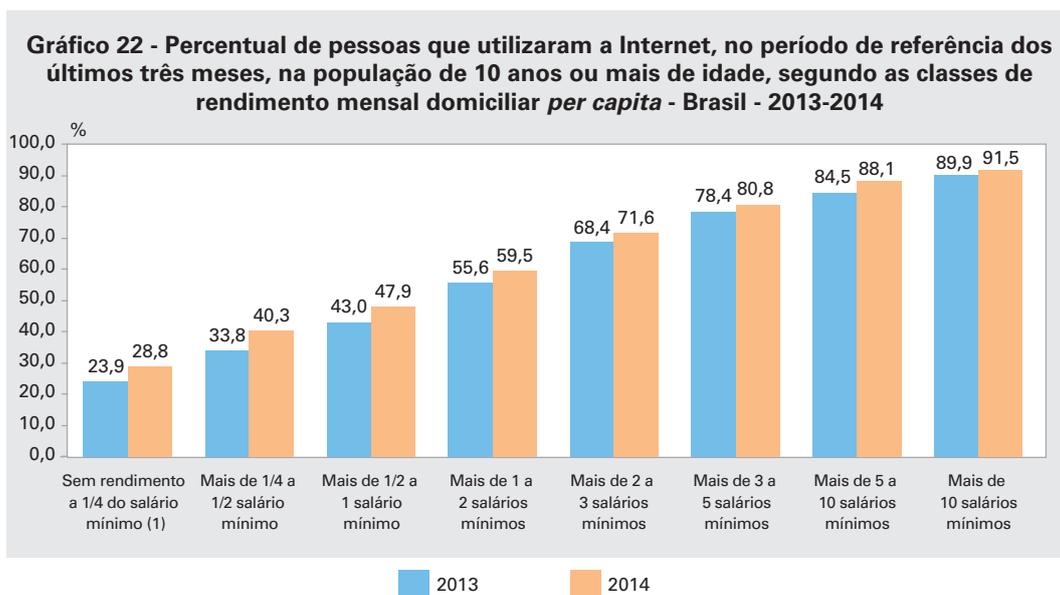
Gráfico 21 - Percentual das pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal - Brasil - 2013-2014



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

Utilização da Internet, segundo as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*

As proporções de pessoas que utilizaram a Internet aumentam continuamente, conforme aumenta a classe de rendimento mensal domiciliar *per capita*. Todas elas apresentaram crescimento em relação a 2013. O padrão de 2014 se manteve o mesmo do ano anterior: a maior proporção (91,5%) foi observada na classe de mais de 10 salários mínimos, enquanto a menor (28,8%), na classe sem rendimento a ¼ do salário mínimo.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) Inclusive as pessoas moradoras em unidades domiciliares cujos componentes recebiam somente em benefícios.

Posse de telefone móvel celular para uso pessoal

As estimativas do Suplemento TIC 2014 mostram que o contingente de pessoas de 10 anos ou mais de idade que tinham telefone móvel celular para uso pessoal era de 136,6 milhões, o que corresponde a 77,9% da população do País nessa faixa de idade. Em relação a 2005, esse contingente aumentou 142,8% (80,3 milhões de pessoas); em relação a 2008, o acréscimo foi de 56,7% (49,4 milhões de pessoas); e, comparando-se com 2013, o crescimento foi de 4,9% (6,4 milhões de pessoas).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2014.

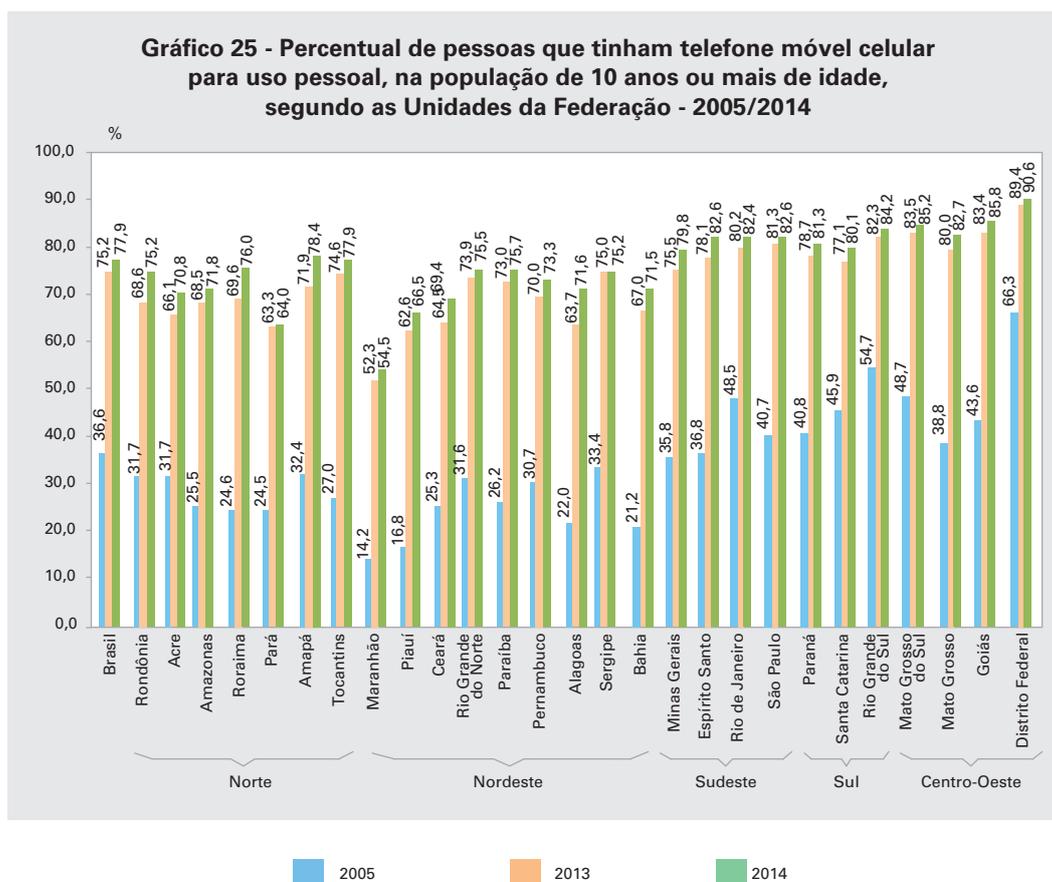
O Gráfico 24 mostra que o número estimado de pessoas que tinham telefone celular para uso pessoal, em 2014, apresentou aumento de 41,3 pontos percentuais em relação a 2005; 24,2 pontos percentuais em relação a 2008; e 2,7 pontos percentuais em relação a 2013. A Região Centro-Oeste continuou registrando a maior proporção de pessoas com telefone celular (86,0%), seguida pelas Regiões Sul (82,2%) e Sudeste (81,9%). Apesar de possuírem as menores proporções de pessoas com esse tipo de equipamento no total da população, as Regiões Norte e Nordeste registraram os maiores crescimentos desse contingente entre 2013 e 2014 (2,7 e 3,8 pontos percentuais, respectivamente).

Gráfico 24 - Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões - 2005/2014



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2014.

A Unidade da Federação com a maior proporção de pessoas com telefone celular foi, em 2014, assim como em 2013, o Distrito Federal (90,6%), seguido por Goiás (85,8%) e Mato Grosso do Sul (85,2%), todos na Região Centro-Oeste. Por outro lado, as menores proporções encontravam-se no Maranhão (54,5%) e Pará (64,0%). As Unidades da Federação em que ocorreram os maiores aumentos de posse desse equipamento, entre 2013 e 2014, foram: Alagoas (7,9 pontos percentuais), Rondônia (6,6 pontos percentuais), Amapá (6,5 pontos percentuais) e Roraima (6,4 pontos percentuais).

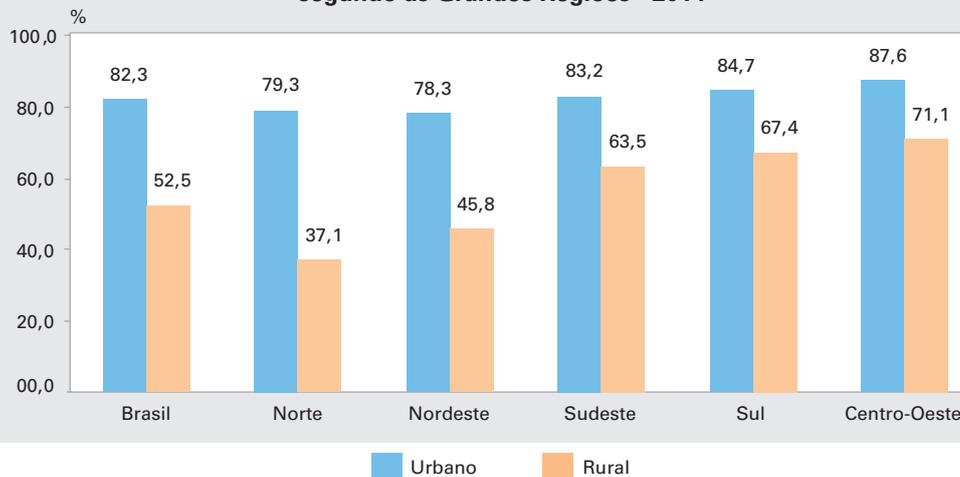


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2014.

Posse de telefone móvel celular para uso pessoal, segundo a situação do domicílio, o sexo e os grupos de idade

Em 2014, as proporções de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal na população de 10 anos ou mais de idade, por situação do domicílio, foram: 82,3% na área urbana e 52,5% na área rural. Tanto a área urbana como a área rural apresentaram aumento em relação a 2013, sendo que na área rural houve maior expansão (4,6 pontos percentuais), de maneira que mais da metade da população rural passou a contar com telefone celular em 2014. Em termos regionais, a Região Centro-Oeste assinalou as maiores proporções desse equipamento, tanto na área urbana (87,6%) quanto na área rural (71,1%). Em todas as Grandes Regiões, as proporções observadas na área urbana foram maiores do que as da área rural, entretanto a diferença entre elas diminuiu em todas as Grandes Regiões em relação a 2013. A diferença de acesso, segundo a situação do domicílio, foi mais acentuada na Região Norte, onde 79,3% das pessoas da área urbana e 37,1% das pessoas da área rural possuíam telefone celular. O local que registrou maior crescimento foi a área rural da Região Sudeste, com 5,6 pontos percentuais a mais do que em 2013.

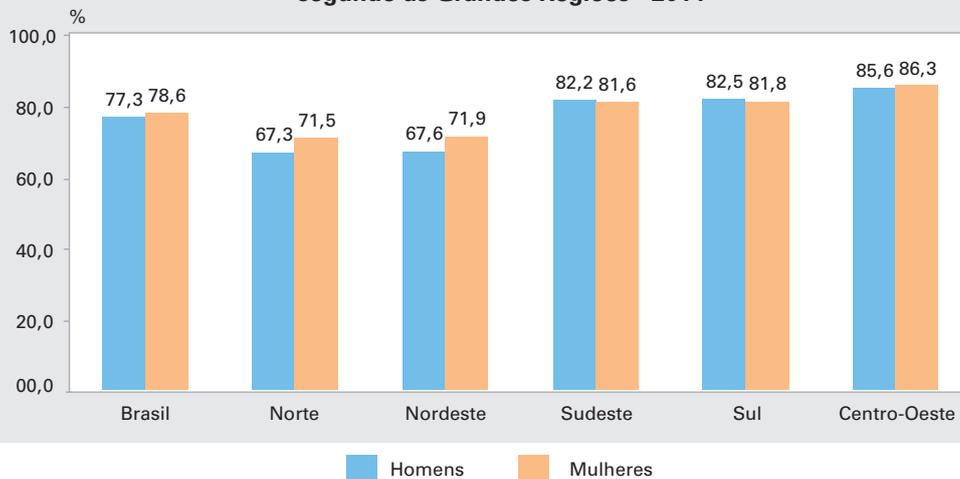
Gráfico 26 - Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 2014



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

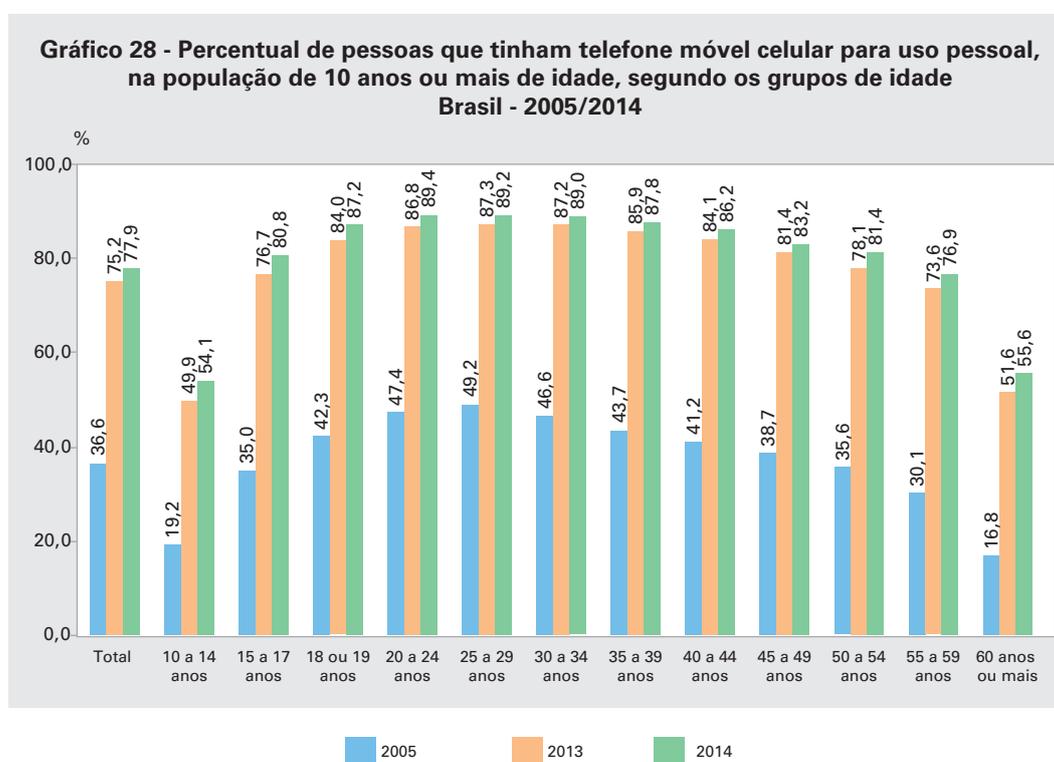
A posse de telefone celular pelas mulheres (78,6%) foi ligeiramente maior do que entre os homens (77,3%) em 2014. Na análise segundo as Grandes Regiões, apenas nas Regiões Sudeste (82,2%) e Sul (82,5%), a proporção de homens com telefone celular foi maior do que a de mulheres. A Região Centro-Oeste apresentou as maiores proporções, tanto para homens (85,6%), como para mulheres (86,3%). A posse de telefone celular pelos homens da Região Nordeste registrou a maior expansão entre os anos de 2013 e 2014 (4,2 pontos percentuais).

Gráfico 27 - Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2014



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

A análise da posse de telefone celular conforme os grupos de idade mostrou que houve aumento da proporção de pessoas com esse equipamento em todos os grupos, entre 2013 e 2014. A posse de celular apresentou comportamento crescente, atingindo seu máximo no grupo de 20 a 24 anos de idade, decrescendo a partir de então. Os grupos de idade de 15 a 54 anos registraram proporções superiores a 80%, destacando-se o grupo de 20 a 24 anos, com 89,4% de acesso. As menores proporções continuaram sendo registradas entre os mais jovens, no grupo de 10 a 14 anos (54,1%), e entre as pessoas de 60 anos ou mais de idade (55,6%). Cabe ressaltar que, em 2005, as pessoas com 60 anos ou mais de idade registraram proporção menor que a verificada no grupo de 10 a 14 anos de idade. Os grupos de idade que apresentaram os maiores aumentos entre 2013 e 2014 foram: 10 a 14 anos (4,2 pontos percentuais); 15 a 17 anos (4,1 pontos percentuais); e 60 anos ou mais (4,0 pontos percentuais).



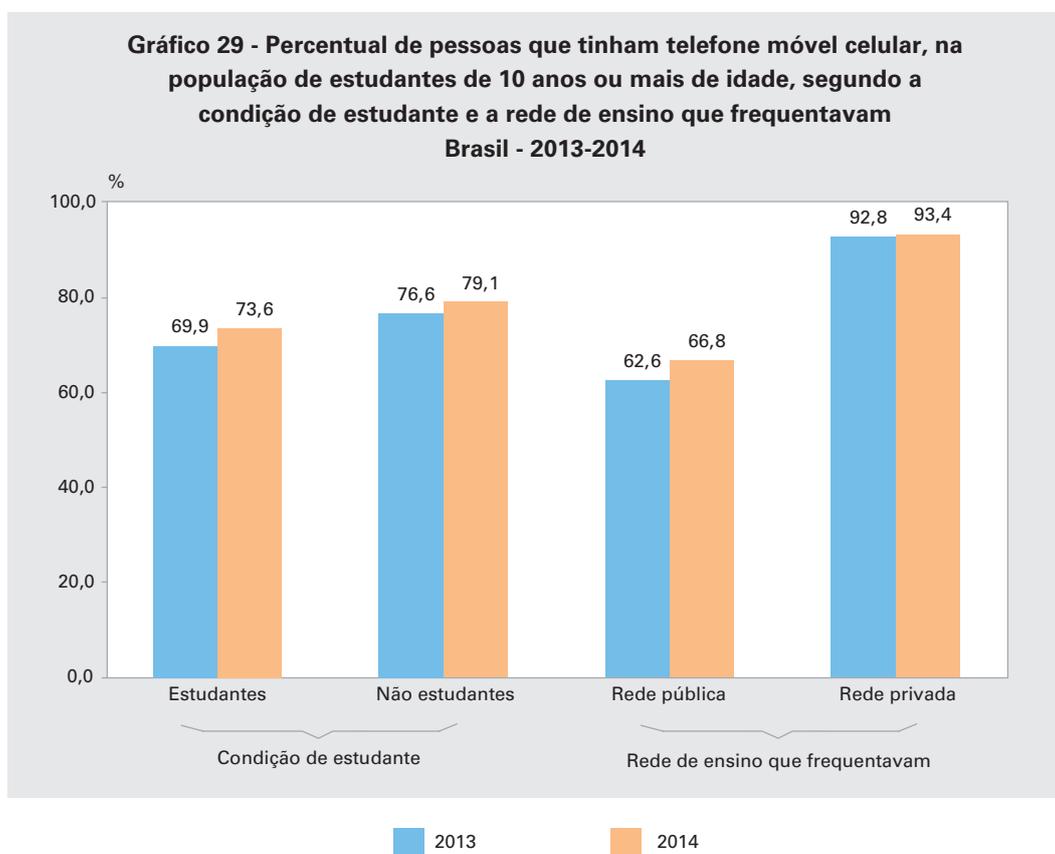
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2014.

Posse de telefone móvel celular para uso pessoal, segundo a condição de estudante, a rede de ensino frequentada e os anos de estudo

A posse de telefone móvel celular para uso pessoal difere conforme a condição de estudante, o que pode estar relacionado às diferenças encontradas na análise por grupos de idade. Em 2014, a proporção de pessoas com telefone celular foi maior entre os não estudantes (79,1%), do que entre os estudantes (73,6%). Como visto

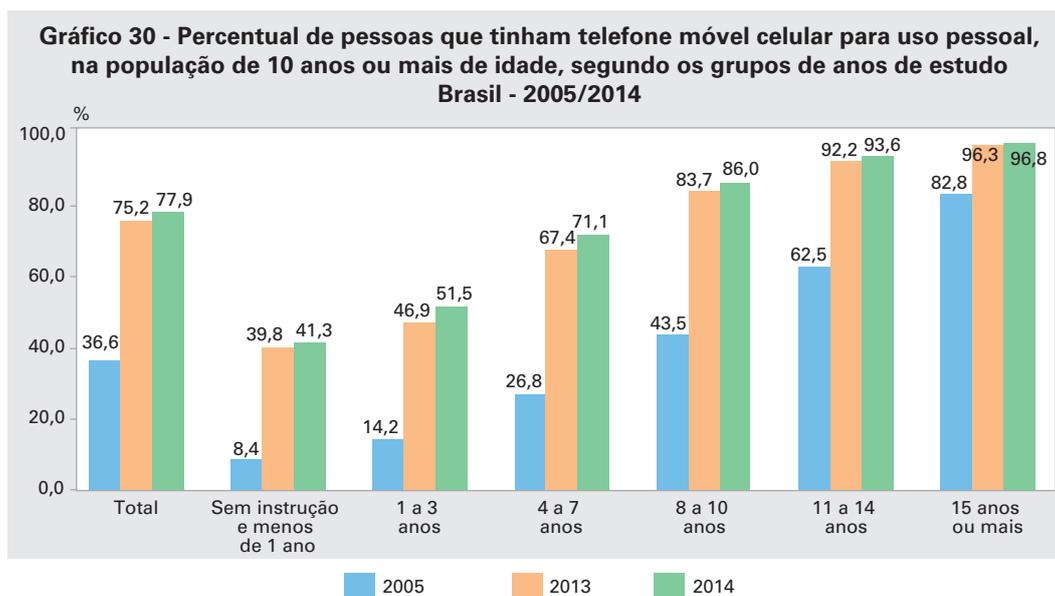
anteriormente, a posse desse equipamento foi menor entre aqueles com idade de 10 a 14 anos, que é um dos grupos etários em que se espera a maior presença de estudantes.

Quando se analisam apenas os estudantes, observa-se que a posse de telefone celular variou segundo a rede de ensino frequentada: enquanto na rede privada a proporção foi de 93,4%, na rede pública, esta proporção era de 66,8% em 2014. Como a maioria dos estudantes frequentava a rede pública de ensino (74,3%), a proporção de pessoas que tinham telefone celular entre os estudantes com 10 anos ou mais de idade foi mais próxima da encontrada para os estudantes da rede pública.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

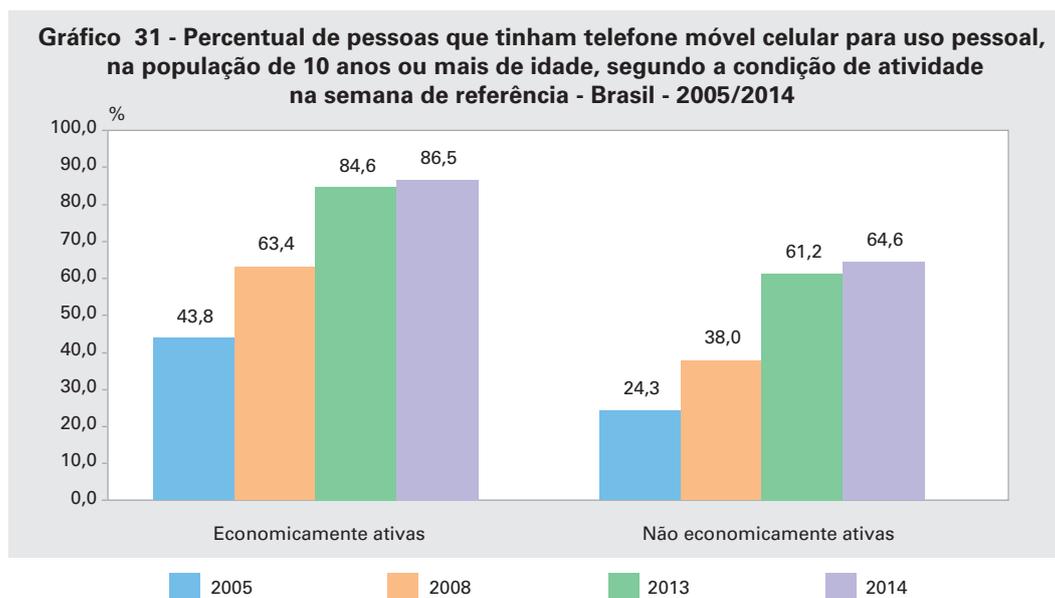
A proporção de pessoas com telefone celular, segundo os anos de estudo, teve acréscimo em todos os grupos, de 2013 para 2014. Similar ao comportamento do acesso à Internet, as proporções de pessoas que possuíam telefone celular aumentam continuamente, conforme aumenta o número de anos de estudo. As pessoas com até sete anos de estudo apresentaram proporções abaixo da média nacional. A proporção de pessoas com esse equipamento na faixa de 11 a 14 anos de estudo foi 93,6%, alcançando 96,8% entre aquelas com 15 anos ou mais de estudo. Os maiores crescimentos no período ocorreram nos seguintes grupos: 1 a 3 anos de estudo, que passou de 46,9% para 51,5%; e 4 a 7 anos de estudo, que passou de 67,4% para 71,1%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2014.

Posse de telefone móvel celular para uso pessoal, segundo a condição de atividade, a situação de ocupação e os grupamentos ocupacionais e de atividade

Tanto para o conjunto de pessoas economicamente ativas quanto para aquelas não economicamente ativas, a proporção das que possuíam telefone móvel celular para uso pessoal vem aumentando a cada ano da série – entre as pessoas economicamente ativas, passou de 43,8%, em 2005, para 63,4%, em 2008, alcançando 86,5% em 2014; entre as pessoas não economicamente ativas, a proporção foi de 24,3%, em 2005, passando para 38,0%, em 2008, e 64,6% em 2014.

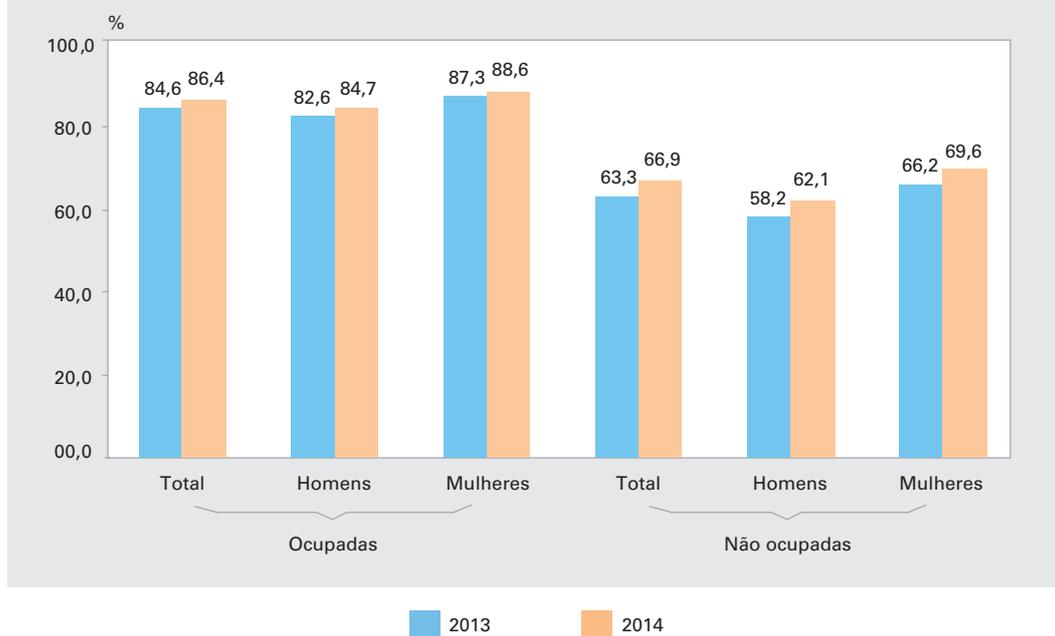


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2014.

A proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, que tinham telefone celular, foi de 86,4% em 2014, o que corresponde a 85,9 milhões de pessoas. Entre as não ocupadas, essa proporção foi de 66,9%, ou 50,7 milhões de pessoas.

A posse de telefone celular, em 2014, foi maior entre as mulheres ocupadas (88,6%), em comparação com os homens ocupados (84,7%). O mesmo ocorreu entre as pessoas não ocupadas, porém com intensidade maior (7,5 pontos percentuais de diferença entre mulheres e homens). A proporção de mulheres com telefone celular foi maior do que a dos homens, independentemente da condição de ocupação.

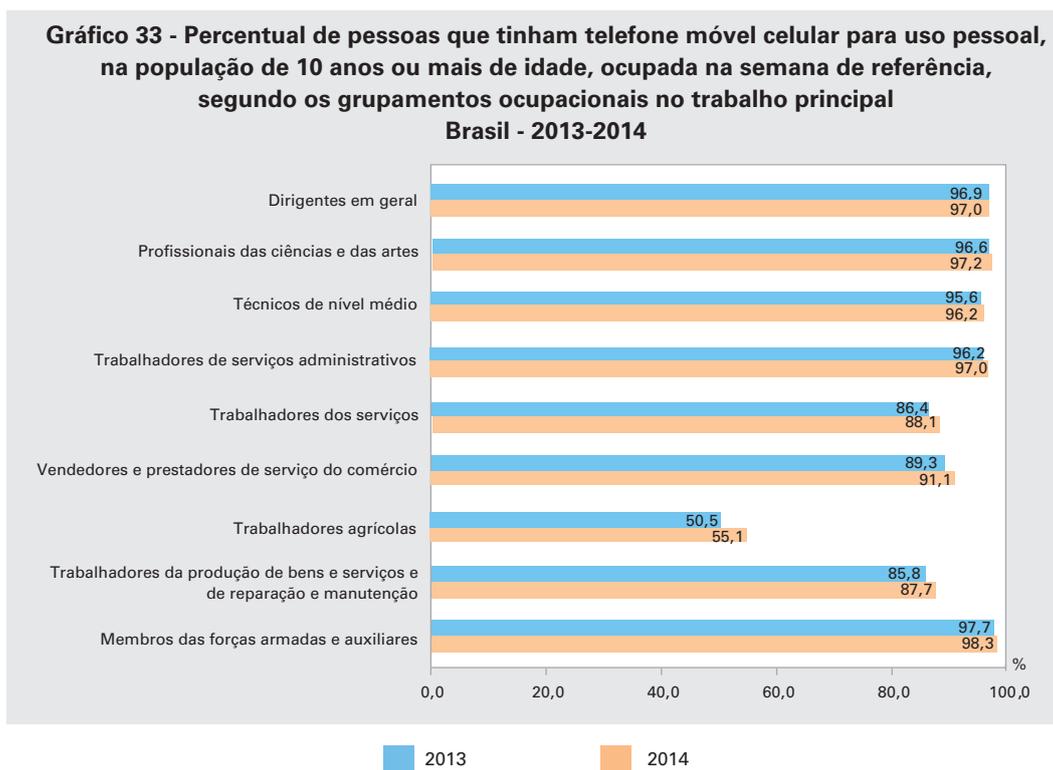
Gráfico 32 - Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade, segundo o sexo e a situação de ocupação na semana de referência - Brasil - 2013-2014



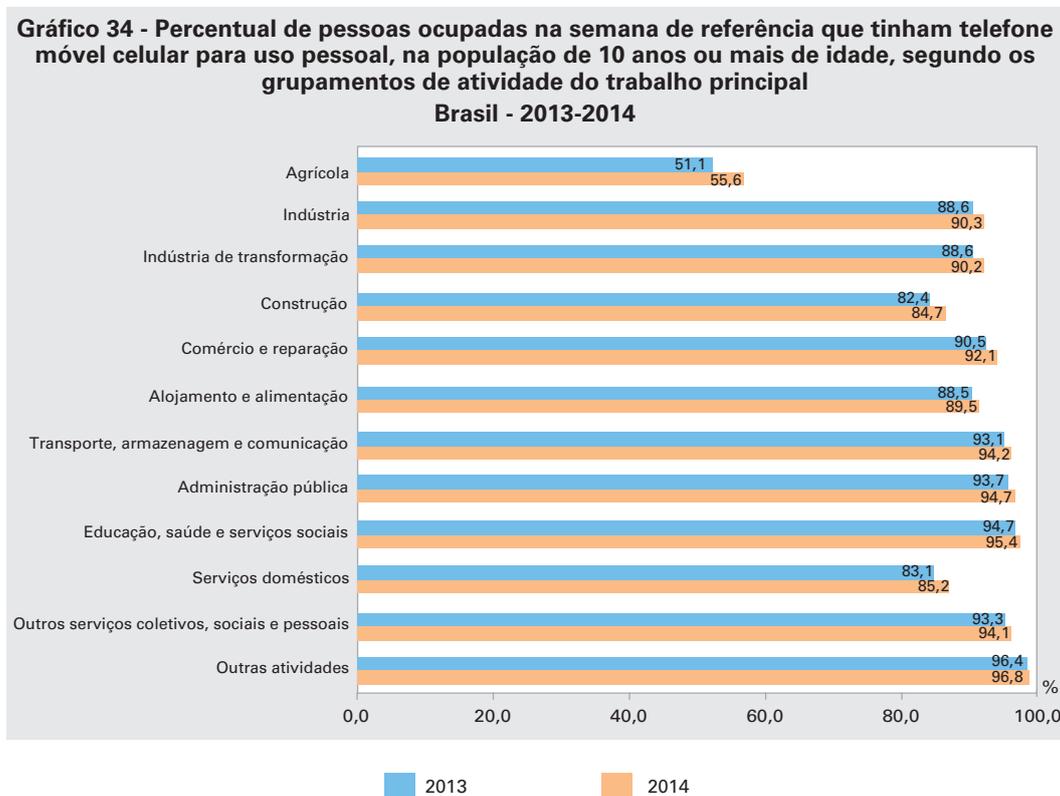
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

A proporção de pessoas ocupadas com telefone celular na população de 10 anos ou mais de idade, conforme o grupamento ocupacional, foi menor que 90,0% apenas nas seguintes categorias: trabalhadores dos serviços (88,1%); trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção (87,7%); e trabalhadores agrícolas (55,1%). Os membros das forças armadas e auxiliares continuaram apresentando a maior proporção (98,3%) em 2014.

Em 2014, em quase todos os grupamentos de atividade, a posse de telefone celular esteve acima de 80%, com destaque para os seguintes: Educação, saúde e serviços sociais (95,4%); Administração pública (94,7%); e Outros serviços coletivos, sociais e pessoais (94,1%). A exceção ocorreu no grupamento Agrícola, em que 55,6% das pessoas ocupadas possuíam esse equipamento. Como visto anteriormente, em 2014, a posse desse equipamento na área rural era inferior à observada na área urbana. Foi estimado que 47,4% das pessoas que não possuíam telefone celular faziam parte do grupamento de atividade agrícola.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014.

Posse de telefone móvel celular para uso pessoal, segundo a posição na ocupação, a categoria do emprego e as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*

A posse de telefone móvel celular para uso pessoal se diferencia conforme a posição na ocupação e a categoria do emprego das pessoas ocupadas. Enquanto 95,7% dos empregadores e 95,3% dos militares e funcionários públicos estatutários tinham telefone celular em 2014, 81,4% dos trabalhadores conta própria e 61,1% dos trabalhadores não remunerados possuíam esse equipamento no mesmo período. Considerando os empregados e trabalhadores domésticos com telefone celular, a diferença entre aqueles com e sem carteira de trabalho assinada foi de 11,2 pontos percentuais, com 94,3% e 83,1%, respectivamente.

Tabela 8 - Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo a posição na ocupação e a categoria do emprego no trabalho principal - 2014

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	86,4	76,5	77,5	91,1	89,7	92,9
Empregado e trabalhador doméstico	91,1	86,5	86,3	92,8	93,2	94,2
Com carteira de trabalho assinada	94,1	92,6	93,2	94,3	94,2	95,5
Militar e funcionário público estatutário	95,3	93,8	93,7	95,7	95,9	97,7
Outro sem carteira de trabalho assinada	83,0	76,8	76,7	87,1	88,6	89,6
Empregado	91,7	87,0	86,9	93,6	93,6	94,7
Com carteira de trabalho assinada	94,3	92,8	93,3	94,6	94,2	95,7
Militar e funcionário público estatutário	95,3	93,8	93,7	95,7	95,9	97,7
Outro sem carteira de trabalho assinada	83,1	75,8	76,0	88,4	89,4	90,0
Conta própria	81,4	69,5	72,3	88,1	85,9	91,4
Empregador	95,7	91,4	93,3	96,3	96,4	97,7
Não remunerado	61,1	44,3	53,4	75,3	67,5	83,3
Trabalhador na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso	48,0	37,0	43,8	55,3	60,1	65,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Em termos regionais, a posse de telefone celular entre os trabalhadores conta própria variou de 69,5%, na Região Norte, a 91,4%, na Região Centro-Oeste, e entre os trabalhadores não remunerados, de 44,3%, na Região Norte, a 83,3%, na Região Centro-Oeste.

A análise da proporção de pessoas que tinham telefone celular, segundo as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, mostrou que a posse desse equipamento crescia à medida que o nível desse rendimento aumentava, em um

movimento similar à utilização pessoal de Internet. Na classe sem rendimento a 1/4 do salário mínimo, 53,0% das pessoas tinham telefone celular, ao passo que na classe superior a 10 salários mínimos essa proporção alcançou 95,9% em 2014. Entre as Grandes Regiões, a Centro-Oeste apresentou as maiores proporções de posse de telefone celular para as classes de rendimento até 10 salários mínimos; na classe de rendimento de mais de 10 salários mínimos, a Região Norte apresentou a maior proporção (98,1%), seguida da Região Nordeste (96,9%).

Tabela 9 - Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - 2014

Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>	Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)	77,9	69,4	69,8	81,9	82,1	86,0
Sem rendimento a 1/4 do salário mínimo (2)	53,0	42,0	49,9	65,4	61,0	72,4
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	67,4	60,3	65,1	71,5	70,0	76,5
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	74,9	72,2	70,7	77,2	75,3	81,5
Mais de 1 a 2 salários mínimos	84,4	83,0	83,0	84,3	84,6	88,3
Mais de 2 a 3 salários mínimos	89,7	90,1	90,6	88,8	89,5	93,8
Mais de 3 a 5 salários mínimos	92,6	92,8	94,5	91,7	92,5	95,2
Mais de 5 a 10 salários mínimos	95,4	94,5	93,6	95,8	94,9	96,7
Mais de 10 salários mínimos	95,9	98,1	96,9	95,7	95,0	96,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de rendimento mensal domiciliar *per capita*. (2) Inclusive as pessoas moradoras em unidades domiciliares cujos componentes recebiam somente em benefícios.

Referências

ACESSO à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 262 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acessoainternet/default.shtm>>. Acesso em: mar. 2016.

ACESSO à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 217 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acessoainternet2008/default.shtm>>. Acesso em: mar. 2016.

ACESSO à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 78 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acessoainternet2013/default.shtm>>. Acesso em: mar. 2016.

BRASIL. Decreto n. 8.166, de 23 de dezembro de 2013. Regulamenta a lei n. 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 150, n. 249, 24 dez. 2013. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: mar. 2016.

_____. Lei n. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. *Diário Oficial da União*,

Brasília, DF, ano 143, n. 27, 7 fev. 2006. Seção 1, p. 1-2. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: mar. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Benefícios assistenciais*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais>>. Acesso em: mar. 2016.

CANCEIS user's guide: canadian census edit and imputation system. Version 4.5. Ottawa: Statistics Canada, Social Survey Methods Division, 2007.

CLASIFICACIÓN industrial internacional uniforme de todas las actividades económicas - CIU. Rev. 3. Nueva York: Naciones Unidas, Departamento de Asuntos Económicos y Sociales Internacionales, Oficina de Estadística, 1990. 212 p. (Informes estadísticos. Serie M, n. 4). Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/>>. Acesso em: mar. 2016.

CLASIFICACIÓN internacional uniforme de ocupaciones - CIUO-88. Ginebra: Organización Internacional del Trabajo - OIT, 2004. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/spanish/bureau/stat/isco/isco88/index.htm>>. Acesso em: mar. 2016.

CLASSIFICAÇÃO brasileira de ocupações - CBO. 2. ed. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2002a. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/downloads.jsf>>. Acesso em: mar. 2016.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas - CNAE. Rio de Janeiro: IBGE, 2002b. 344 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1358.pdf>>. Acesso em: mar. 2016..

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas domiciliar - CNAE-Domiciliar. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/>>. Acesso em: mar. 2016.

CORE ICT indicators 2010. Geneva: International Telecommunication Union - ITU, 2010. 94 p. Preparado no âmbito da Partnership on Measuring ICT for Development. Disponível em: <http://www.uis.unesco.org/Communication/Documents/Core_ICT_Indicators_2010.pdf>. Acesso em: mar. 2016.

ESTIMATIVAS da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 8 p. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/nota_metodologica_2014.pdf>. Acesso em: mar. 2016.

FRAMEWORK for a set of e-government core indicators. Addis Ababa: United Nations Economic Commission for Africa - ECA, 2011. 41 p. Preparado no âmbito da Partnership on Measuring ICT for Development. Disponível em: <http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/coreindicators/Framework_for_a_set_of_E-Government_Core_Indicators_Final_rev1.pdf>. Acesso em: mar. 2016.

INDICADORES clave sobre TIC, 2010. Geneva: International Telecommunication Union - ITU, 2010. 100 p. Preparado no âmbito da Partnership on Measuring ICT for Development. Disponível em: <<http://www.cepal.org/socinfo/noticias/documentosdetrabajo/4/39964/CoreICT.pdf>>. Acesso em: mar. 2016.

INTERNATIONAL standard classification of occupations ISCO-88. Geneva: International Labour Organization - ILO, 1990. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/english/bureau/stat/isco/isco88/index.htm>>. Acesso em: mar. 2016.

INTERNATIONAL standard industrial classification of all economic activities - ISIC. Rev. 3. New York: United Nations, Department of International Economic and Social Affairs, Statistics Division, 1990. Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/portema/>>. Acesso em: mar. 2016.

MANUAL for measuring ICT access and use by households and individuals. Geneva: International Telecommunication Union - ITU, 2014. 207 p. Preparado no âmbito da Partnership on Measuring ICT for Development. Disponível em: <http://www.itu.int/dms_pub/itu-d/opb/ind/D-IND-ITCMEAS-2014-PDF-E.pdf>. Acesso em: mar. 2016.

METHODS for projections of urban and rural population. New York: United Nations, 1974. 125 p. (Manuals on methods of estimating population, 8). Disponível em: <<http://www.un.org/esa/population/techcoop/PopProj/manual8/manual8.html>>. Acesso em: mar. 2016.

METODOLOGIA das estimativas das populações residentes nos municípios brasileiros para 1º de julho de 2008: uma abordagem demográfica para estimar o padrão histórico e os níveis de subenumeração de pessoas nos censos demográficos e contagens de população. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 28 p. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2008/metodologia.pdf>>. Acesso em: mar. 2016.

OBSERVATORIO para la sociedad de la información en Latinoamérica y el Caribe - Osilac. In: NACIONES UNIDAS. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. *Socinfo*: sociedad de la información + innovación + desarrollo. Santiago de Chile: Cepal, [2016]. Disponível em: <<http://www.cepal.org/cgi-bin/getprod.asp?xml=/socinfo/noticias/paginas/5/44765/P44765.xml&xsl=/socinfo/tpl/p18f-st.xsl&base=/socinfo/tpl/top-bottom.xsl>>. Acesso em: mar. 2016.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios 2014. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2015a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/default_brasil.shtm>. Acesso em: mar. 2016.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 263 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005/default.shtm>>. Acesso em: mar. 2016.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 213 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/default.shtm>>. Acesso em: mar. 2016.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2013. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2015b. 289 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/default.shtm>>. Acesso em: mar. 2016.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2015c. 95 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/default_sintese.shtm>. Acesso em: mar. 2016.

PROJEÇÕES da população: Brasil e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 41 p. (Série relatórios metodológicos, v. 40). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível

em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Projecao_da_Populacao/Projecao_da_Populacao_2013/srm40_projecao_da_populacao.pdf>. Acesso em: mar. 2016

TIC domicílios 2014: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br, 2015. 428 p. Publicação bilíngue. Disponível em: <<http://cetic.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros/>>. Acesso em: mar. 2016.

TIC domicílios e empresas 2013: pesquisa sobre o uso de tecnologias de informação e comunicação no Brasil. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br, 2014. 658 p. Publicação bilíngue. Disponível em: <<http://www.cetic.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-no-brasil-tic-domicilios-e-empresas-2013/>>. Acesso em: mar. 2016.

VILLÁN CRIADO, I.; BRAVO CABRIA, M. S. *Procedimiento de depuración de datos estadísticos*. Vitoria-Gasteiz: Euskal Estatistika-Erakundea [Instituto Vasco de Estadística] - Eustat, 1990. 169 p. (Cuaderno, 20). Disponível em: <<http://www.eustat.eus/productosServicios/datos/vol0020.pdf>>. Acesso em: mar. 2016.

WSIS THEMATIC MEETING ON MEASURING THE INFORMATION SOCIETY, 2005, Geneva. *Final conclusions*. Geneva: World Summit on the Information Society - WSIS, 2005. 10 p. Disponível em: <<https://www.itu.int/net/wsis/docs2/thematic/unctad/final-conclusions.PDF>>. Acesso em: mar. 2016.

Anexos

- 1 Estimativas da população para o cálculo dos pesos para a expansão da amostra da PNAD 2014**
- 2 Grupamentos e subgrupos principais ocupacionais**
- 3 Grupamentos e divisões de atividade**

Anexo 1 Estimativas da população para o cálculo dos pesos para a expansão da amostra da PNAD 2014

O IBGE calibra as estimativas provenientes das pesquisas domiciliares por amostragem tomando por base os dados da Projeção da População que o Instituto elabora e divulga. Assim, para a expansão da amostra da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2014, são utilizados estimadores de razão cuja variável independente é a projeção da população residente de cada Unidade da Federação, segundo o tipo de área (região metropolitana e não metropolitana de divulgação da pesquisa).

Em 2013, o IBGE divulgou a Projeção da População das Unidades da Federação, por Sexo e Idade, para o período 2000-2030, pelo Método das Componentes Demográficas, o que representa um importante aprimoramento metodológico. Essa metodologia incorporou os resultados dos parâmetros demográficos calculados com base no Censo Demográfico 2010 e as informações mais recentes dos registros de nascimentos e óbitos. Nesse método, interagem as variáveis demográficas seguindo as coortes de pessoas ao longo do tempo, expostas às leis de fecundidade, mortalidade e migração. Para tanto, é necessário que se produzam estimativas e projeções dos níveis e padrões de cada uma dessas componentes. Esta se reveste na mais delicada etapa do processo como um todo, pois a formulação das hipóteses sobre as perspectivas futuras da fecundidade, da mortalidade e da migração requer o empreendimento de um esforço cuidadoso no sentido de garantir a coerência entre os parâmetros disponíveis, descritivos das tendências passadas, e aqueles que resultarão da Projeção¹. É dessa Projeção que se originam as estimativas da população para níveis geográficos mais desagregados, no caso do IBGE, os municípios.

Para estimar a população dos municípios, foi utilizado o Método de Tendência de Crescimento Populacional, denominado AiBi. Essa metodologia tem como princípio fundamental a subdivisão de uma área maior, cuja estimativa já se conhece, em áreas menores, de tal forma que seja assegurada, ao final das estimativas das áreas menores, a reprodução da estimativa, previamente conhecida, da área maior, por meio da soma das estimativas das áreas menores². Neste caso, a população da área maior considerada para a utilização do método foi a população projetada para cada Unidade da Federação, elaborada pelo Método das Componentes Demográficas para 2000 e 2010. As populações das áreas menores foram as dos municípios aferidas nos Censos Demográficos 2000 e 2010, ajustadas a partir de um processo de conciliação censitária.

As estimativas da população para calibrar a PNAD 2014 tiveram como data de referência o dia 27 de setembro de 2014.

A partir da metodologia para estimar as populações municipais, os efetivos correspondentes às regiões metropolitanas foram obtidos a partir da soma das populações de cada um dos municípios que as compõem. As populações não metropolitanas das Unidades da Federação foram obtidas por subtração das populações totais das respectivas Unidades da Federação.

¹ Para informações mais detalhadas sobre os aspectos metodológicos, consultar: PROJEÇÕES da população: Brasil e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 41 p. (Série relatórios metodológicos, v. 40). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Projecao_da_Populacao/Projecao_da_Populacao_2013/srm40_projecao_da_populacao.pdf>. Acesso em: mar. 2016.

² Para informações mais detalhadas sobre os aspectos metodológicos, consultar: ESTIMATIVAS da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 8 p. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/nota_metodologica_2014.pdf>. Acesso em: mar. 2016.

As estimativas das populações, segundo a situação de residência urbana e rural, foram calculadas aplicando-se o método proposto pelas Nações Unidas³. Esse método matemático é baseado no pressuposto de que a diferença entre as taxas de crescimento das populações urbana e rural se mantém constante ao longo do tempo (constante K). A partir dessa constante K, é possível construir uma expressão analítica (modelo logístico) de forma a se obter a projeção do percentual urbano de uma população qualquer, a partir do instante inicial t (sendo t o ano de referência do último censo demográfico). É necessário também o conhecimento da população de partida da projeção; neste caso, o percentual de população urbana ($p_u(t)$), no instante de tempo inicial.

Até 2003, utilizou-se a projeção da população residente urbana como variável independente para a expansão da amostra da PNAD das seis Unidades da Federação (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá) em que a pesquisa não cobria a área rural. A partir de 2004, a PNAD passou a cobrir tanto as áreas urbanas como as rurais dessas seis Unidades da Federação. Considerando essa situação especial, unicamente para essas seis Unidades da Federação, adotou-se a projeção da população residente, segundo a situação do domicílio (urbana e rural), como variável independente para expansão da amostra.

³ Para informações mais detalhadas sobre o método proposto, consultar: METHODS for projections of urban and rural population. New York: United Nations, 1974. 125 p. (Manuals on methods of estimating population, 8). Disponível em: <<http://www.un.org/esa/population/techcoop/PopProj/manual8/manual8.html>>. Acesso em: mar. 2016.

Anexo 2 Grupamentos e subgrupos principais ocupacionais

Dirigentes em geral

- Membros superiores e dirigentes do poder público
- Dirigentes de empresas e organizações (exceto de interesse público)
- Gerentes

Profissionais das ciências e das artes

- Profissionais policientíficos
- Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia
- Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins
- Profissionais do ensino (com formação de nível superior)
- Profissionais das ciências jurídicas
- Profissionais das ciências sociais e humanas
- Comunicadores, artistas e religiosos

Técnicos de nível médio

- Técnicos polivalentes
- Técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharia e afins
- Técnicos de nível médio das ciências biológicas, bioquímicas, da saúde e afins
- Professores leigos e de nível médio
- Técnicos de nível médio em serviços de transportes
- Técnicos de nível médio nas ciências administrativas
- Técnicos em nível médio dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos
- Outros técnicos de nível médio

Trabalhadores de serviços administrativos

- Escriturários
- Trabalhadores de atendimento ao público

Trabalhadores dos serviços

- Trabalhadores dos serviços

Vendedores e prestadores de serviços do comércio

- Vendedores e prestadores de serviços do comércio

Trabalhadores agrícolas

- Produtores na exploração agropecuária
- Trabalhadores na exploração agropecuária
- Pescadores, caçadores e extrativistas florestais
- Trabalhadores da mecanização agropecuária e florestal

Trabalhadores da produção de bens e serviços de reparação e manutenção

- Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil
- Trabalhadores da transformação de metais e de compósitos
- Trabalhadores da fabricação e instalação eletroeletrônica
- Montadores de aparelhos e instrumentos de precisão e musicais
- Joalheiros, vidreiros, ceramistas e afins
- Trabalhadores das indústrias têxteis, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas
- Trabalhadores das indústrias de madeira e do mobiliário
- Trabalhadores de funções transversais
- Trabalhadores das indústrias de processos contínuos e outras indústrias
- Trabalhadores de instalações siderúrgicas e de materiais de construção
- Trabalhadores de instalações e máquinas de fabricação de celulose, papel, papelão e artefatos
- Trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo
- Operadores de instalações de produção e distribuição de energia, utilidades, captação, tratamento e distribuição de água
- Outros trabalhadores elementares industriais
- Trabalhadores de reparação e manutenção mecânica
- Polimantenedores
- Outros trabalhadores da conservação, manutenção e reparação

Membros das forças armadas e auxiliares

- Militares da aeronáutica
- Militares do exército
- Militares da marinha
- Policiais militares
- Bombeiros militares

Ocupações maldefinidas

- Ocupações maldefinidas

Anexo 3 Grupamentos e divisões de atividade

Agrícola

Agricultura, pecuária e serviços relacionados com estas atividades

Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados com estas atividades

Pesca, aquicultura e atividades dos serviços relacionados com estas atividades

Indústria

Indústrias de transformação

Fabricação de produtos alimentícios e bebidas

Fabricação de produtos do fumo

Fabricação de produtos têxteis

Confecção de artigos do vestuário e acessórios

Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados

Fabricação de produtos de madeira

Fabricação de celulose, papel e produtos de papel

Edição, impressão e reprodução de gravações

Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool

Fabricação de produtos químicos

Fabricação de produtos de borracha e plástico

Fabricação de produtos de minerais não metálicos

Metalurgia básica

Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos

Fabricação de máquinas e equipamentos

Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática

Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos

Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações

Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios

Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias

Fabricação de outros equipamentos de transporte

Fabricação de móveis e indústrias diversas

Reciclagem

Outras atividades industriais

- Extração de carvão mineral
- Extração de petróleo, gás natural e serviços correlatos
- Extração de minerais radioativos
- Extração de minerais metálicos
- Extração de minerais não metálicos
- Eletricidade, gás e água quente
- Captação, tratamento e distribuição de água

Construção

- Construção

Comércio e reparação

- Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis
- Intermediários do comércio, comércio e reparação de objetos pessoais e domésticos

Alojamento e alimentação

- Alojamento e alimentação

Transporte, armazenagem e comunicação

- Transporte terrestre
- Transporte aquaviário
- Transporte aéreo
- Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem
- Correios e telecomunicações

Administração pública

- Administração pública, defesa e seguridade social

Educação, saúde e serviços sociais

- Educação
- Saúde e serviços sociais

Outros serviços coletivos, sociais e pessoais

- Limpeza urbana e esgoto; e atividades conexas

Atividades associativas

Atividades recreativas, culturais e desportivas

Serviços pessoais

Serviços domésticos

Serviços domésticos

Outras atividades

Intermediação financeira, exclusive de seguros e previdência privada

Seguros e previdência privada

Atividades auxiliares da intermediação financeira

Atividades imobiliárias

Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores e de objetos pessoais e domésticos

Atividades de informática e conexas

Pesquisa e desenvolvimento

Serviços prestados principalmente às empresas

Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

Atividades maldefinidas

Atividades maldefinidas

Glossário

A pesquisa abrange a população residente nas unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos). Excluem-se as pessoas residentes em embaixadas, consulados e legações e, também, as pessoas institucionalizadas residentes em domicílios coletivos de estabelecimentos institucionais, tais como: os militares em caserna ou dependências de instalações militares; os presos em penitenciárias; os internos em escolas, orfanatos, asilos, hospitais etc.; e os religiosos em conventos, mosteiros etc.

As características gerais e de educação foram pesquisadas para todas as pessoas e as de trabalho e rendimento, para as pessoas de 10 anos ou mais de idade.

A pesquisa sobre a posse de telefone móvel celular para uso pessoal e as características de utilização da Internet foi realizada para as pessoas de 10 anos ou mais de idade.

anos de estudo Classificação estabelecida em função da série e do nível ou grau mais elevado alcançado pela pessoa, considerando a última série concluída com aprovação. Cada série concluída com aprovação corresponde a 1 ano de estudo. A contagem dos anos de estudo tem início: em 1 ano, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino fundamental, de primeiro grau ou elementar; em 5 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de médio primeiro ciclo; em 9 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino médio, de segundo grau ou de médio segundo ciclo; em 12 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso superior. As pessoas que não declararam a série e o nível ou grau, ou com informações incompletas ou que não permitem a sua classificação, são reunidas

no grupo de anos de estudo não determinados ou sem declaração. Tendo em vista o período de transição da mudança da duração do ensino fundamental, a classificação segundo os anos de estudo foi construída de forma a harmonizar a duração do ensino fundamental de 9 anos para 8 anos. Na contagem dos anos de estudo para o ensino fundamental com duração de 9 anos, a primeira série concluída com aprovação foi enquadrada em menos de 1 ano de estudo, a segunda série, em 1 ano de estudo, e assim, sucessivamente, até a nona série, classificada em 8 anos de estudo.

atividade Finalidade ou ramo de negócio da organização, empresa ou entidade para a qual a pessoa trabalha. Para os trabalhadores por conta própria, classifica-se de acordo com a ocupação exercida.

categoria do emprego Classificação dos empregados em: com carteira de trabalho assinada; militares (do Exército, Marinha de Guerra e Aeronáutica, inclusive as pessoas prestando serviço militar obrigatório) e funcionários públicos estatutários (empregados regidos pelos Estatutos dos funcionários públicos federais, estaduais, municipais ou de autarquias); ou outro sem carteira de trabalho assinada. Classificação dos trabalhadores domésticos em: com carteira de trabalho assinada ou sem carteira de trabalho assinada.

Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar - CBO-Domiciliar Adaptação da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, do Ministério do Trabalho e Emprego, para as pesquisas domiciliares. Para esta adaptação às pesquisas domiciliares o IBGE utilizou a estrutura da CBO, que ainda estava sendo validada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em setembro de 1999. A CBO-Domiciliar mantém-se idêntica à CBO no nível mais agregado – grande grupo – e reagrupa algumas famílias ocupacionais, subgrupos e subgrupos principais, tendo em vista as dificuldades de sua captação com precisão em pesquisas domiciliares. A CBO tem como referência a International Standard Classification of Occupations - ISCO-88 (Clasificación Internacional Uniforme de Ocupaciones - CIUO-88).

Classificação Nacional de Atividades Econômicas-Domiciliar - CNAE-Domiciliar Adaptação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE para as pesquisas domiciliares. A CNAE-Domiciliar mantém-se idêntica à CNAE nos níveis mais agregados – seção e divisão, com exceção das divisões do comércio em que não se distingue o varejo e o atacado – reagrupa classes onde o detalhamento foi considerado inadequado para as pesquisas domiciliares e desagrega algumas atividades de serviços que têm nestas pesquisas sua única fonte de cobertura. A CNAE tem como referência a International Standard Industrial Classification of all Economic Activities - ISIC (Clasificación Industrial Internacional Uniforme de todas las Actividades Económicas - CIIU), 3ª revisão, das Nações Unidas.

condição de atividade na semana de referência Classificação da pessoa em idade ativa em economicamente ativa ou não economicamente ativa na semana de referência da pesquisa.

condição de estudante Classificação da pessoa em: estudante ou não estudante.

condição na unidade domiciliar Classificação dos componentes da unidade domiciliar, quanto à relação de parentesco ou de convivência existente entre cada membro e a pessoa de referência ou com o seu cônjuge, em: pessoa de referência - pessoa responsável pela unidade domiciliar ou assim considerada pelos demais membros;

cônjuge - pessoa que vive conjugalmente com a pessoa de referência da unidade domiciliar, existindo ou não vínculo matrimonial; filho - pessoa que é filho, enteado, filho adotivo ou de criação da pessoa de referência da unidade domiciliar ou do seu cônjuge; outro parente - pessoa que tem qualquer outro grau de parentesco com a pessoa de referência da unidade domiciliar ou com o seu cônjuge, exclusive os relacionados anteriormente; agregado - pessoa que não é parente da pessoa de referência da unidade domiciliar nem do seu cônjuge e não paga hospedagem nem alimentação; pensionista - pessoa que não é parente da pessoa de referência da unidade domiciliar nem do seu cônjuge e paga hospedagem ou alimentação; empregado doméstico - pessoa que presta serviço doméstico remunerado, em dinheiro ou somente em benefícios, a membro(s) da unidade domiciliar; ou parente do empregado doméstico - pessoa que é parente do empregado doméstico e não presta serviço doméstico remunerado a membro(s) da unidade domiciliar.

conta própria Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado.

data de referência Data fixada para o cálculo da idade e para a investigação de características de trabalho. Corresponde ao último dia da semana de referência que, para a pesquisa realizada em 2014, foi o dia 27 de setembro de 2014.

dependência doméstica Relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da unidade domiciliar.

domicílio Local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas etc., coberto por um teto, permitindo que os moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia. A independência fica caracterizada quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que os moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas. Os domicílios classificam-se em: domicílio particular ou domicílio coletivo.

domicílio coletivo Domicílio destinado à habitação de pessoas em cujo relacionamento prevalece o cumprimento de normas administrativas.

domicílio particular Domicílio destinado à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas cujo relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou, ainda, normas de convivência. O domicílio particular é classificado, quanto à espécie em: permanente ou improvisado.

domicílio particular improvisado Domicílio particular localizado em unidade que não tem dependência destinada exclusivamente à moradia (loja, sala comercial etc.) ou em prédio em construção, embarcação, carroça, vagão, tenda, barraca, gruta etc., que esteja servindo de moradia.

domicílio particular permanente Domicílio particular localizado em casa, apartamento ou cômodo e destinado à moradia.

empreendimento Empresa, instituição, entidade, firma, negócio etc., ou, ainda, o trabalho sem estabelecimento, desenvolvido individualmente ou com ajuda de outras pessoas (empregados, sócios ou trabalhadores não remunerados). Um empreendimento pode ser constituído por um ou mais estabelecimentos ou não ter estabelecimento.

empregado Pessoa que trabalha para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas etc.). Nesta categoria, inclui-se a pessoa que presta o serviço militar obrigatório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos.

empregador Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado.

equipamento utilizado para acessar a Internet Classificação dos tipos de equipamentos utilizados pela pessoa para acessar a Internet em qualquer local: microcomputador (de mesa ou portátil); telefone móvel celular; *tablet*; televisão; ou outro equipamento eletrônico, como tocador portátil de música (MP3 ou MP4 *players*, *iPod* etc.), leitor de livro eletrônico (*e-reader*), relógio, máquina fotográfica etc.

equipamento utilizado para acessar a Internet no domicílio Classificação dos tipos de equipamentos utilizados por moradores para acessar a Internet, no domicílio particular permanente, em: microcomputador de mesa; microcomputador portátil (*laptop*, *notebook*, *ultrabook*, *netbook*; *palmtop* etc.); telefone móvel celular; *tablet*; televisão; ou outro equipamento eletrônico, como tocador portátil de música (MP3 ou MP4 *players*, *iPod* etc.), leitor de livro eletrônico (*e-reader*), relógio, máquina fotográfica etc.

estudante Pessoa que frequenta curso regular (ensino fundamental, ensino médio ou superior de graduação), de mestrado ou doutorado, pré-escolar, alfabetização de adultos, supletivo ministrado em escola, ou pré-vestibular. A pessoa que frequenta somente curso sequencial de educação superior, de especialização profissional, de extensão cultural (idioma, costura, datilografia etc.) ou supletivo por meio de rádio, televisão ou correspondência não é classificada como estudante.

grupos de atividade Agrupamento das divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar - CNAE-Domiciliar em: agrícola; indústria; indústria de transformação; construção; comércio e reparação; alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; administração pública; educação, saúde e serviços sociais; serviços domésticos; outros serviços coletivos, sociais e pessoais; e outras atividades. A composição dos grupos de atividade encontra-se no Anexo 3.

grupos ocupacionais Agrupamento dos subgrupos principais da Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar - CBO-Domiciliar em: dirigentes em geral; profissionais das ciências e das artes; técnicos de nível médio; trabalhadores de serviços administrativos; trabalhadores dos serviços; vendedores e prestadores de serviços do comércio; trabalhadores agrícolas; trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção; membros das forças armadas e auxiliares. A composição dos grupos ocupacionais encontra-se no Anexo 2.

idade Idade calculada, em anos completos, na data de referência da pesquisa, com base no dia, mês e ano do nascimento da pessoa, ou idade presumida da pessoa que não sabe a data de nascimento.

morador Ver em população residente

mês de referência Mês fixado para a investigação dos rendimentos. Para a pesquisa realizada em 2014, foi o mês de setembro de 2014.

microcomputador Existência de microcomputador, inclusive portátil, no domicílio particular permanente.

não remunerado Pessoa que trabalha sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana: em ajuda a membro da unidade domiciliar que é conta própria ou empregador em qualquer atividade ou empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura); em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou como aprendiz ou estagiário.

nível de instrução Classificação estabelecida em função da série e do nível ou grau que a pessoa frequenta ou havia frequentado e da sua conclusão, compatibilizando os sistemas de ensino anteriores e o vigente, nos seguintes níveis: sem instrução; fundamental incompleto; fundamental completo; médio incompleto; médio completo; superior incompleto; ou superior completo; não determinado.

nível fundamental completo Para a pessoa que: a) frequenta: a 1ª série de curso do ensino médio, regular ou da educação de jovens e adultos; b) não frequenta, mas já frequentou e concluiu, com aprovação: curso do médio primeiro ciclo, regular do primeiro grau ou do ensino fundamental com duração de 8 anos ou 9 anos, da educação de jovens e adultos ou supletivo do primeiro grau ou do ensino fundamental; ou c) não frequenta, mas já frequentou: curso do médio segundo ciclo, regular do segundo grau ou do ensino médio, da educação de jovens e adultos ou supletivo do segundo grau ou do ensino médio, mas não concluiu, com aprovação, a 1ª série destes cursos; ou curso de médio segundo ciclo não seriado, ou da educação de jovens e adultos ou supletivo do segundo grau ou do ensino médio não seriados, mas não concluiu estes cursos.

nível fundamental incompleto Para a pessoa que: a) frequenta: da 2ª a 8ª série de curso regular do ensino fundamental de duração de 8 anos ou da educação de jovens e adultos do ensino fundamental; da 3ª a 9ª série de curso regular do ensino fundamental de duração de 9 anos; ou b) não frequenta, mas já frequentou: curso elementar e concluiu, com aprovação, pelo menos a 1ª série deste curso; curso de médio primeiro ciclo, mas não concluiu este curso; curso regular do primeiro grau ou do ensino fundamental de duração de 8 anos, ou da educação de jovens e adultos ou supletivo do primeiro grau ou ensino fundamental e concluiu, com aprovação, pelo menos a 1ª série e, no máximo, a 7ª série destes cursos; ou curso regular do ensino fundamental de duração de 9 anos e concluiu, com aprovação, pelo menos a 2ª série e, no máximo, a 8ª série deste curso.

nível médio completo Para a pessoa que: a) frequenta: a 4ª série de curso regular do ensino médio; curso pré-vestibular; ou a 1ª série de curso superior de graduação; ou b) não frequenta, mas já frequentou e concluiu, com aprovação, pelo menos a 3ª série de curso do médio segundo ciclo, ou regular do segundo grau ou do ensino médio; c) não frequenta, mas já frequentou e concluiu, com aprovação, curso de educação de jovens e adultos ou supletivo do segundo grau ou do ensino médio; ou d) não frequenta, mas já frequentou curso superior de graduação, mas não concluiu, com aprovação, a 1ª série deste curso.

nível médio incompleto Para a pessoa que: a) frequenta: a 2ª ou a 3ª série de curso do ensino médio, regular ou de educação de jovens e adultos; ou b) não frequenta, mas já frequentou e concluiu a 1ª série ou, no máximo, a 2ª série de curso do médio segundo ciclo, regular do segundo grau ou do ensino médio, da educação de jovens e adultos ou supletivo do segundo grau ou do ensino médio.

nível sem instrução Para a pessoa que: a) nunca frequentou escola; b) frequenta: creche; classe de alfabetização; maternal, jardim de infância etc.; curso de alfabetização de jovens e adultos; a 1ª série de curso regular do ensino fundamental de duração de 8 anos ou da educação de jovens e adultos do ensino fundamental; a 1ª ou a 2ª série de curso regular do ensino fundamental de duração de 9 anos; ou c) não frequenta, mas já frequentou: creche; classe de alfabetização; maternal, jardim de infância etc.; alfabetização de jovens e adultos; curso elementar, regular do primeiro grau ou do ensino fundamental de duração de 8 anos, ou da educação de jovens e adultos ou supletivo do primeiro grau ou do ensino fundamental, mas não concluiu, com aprovação, a 1ª série destes cursos; curso regular do ensino fundamental de duração de 9 anos, mas, no máximo, concluiu, com aprovação, a 1ª série deste curso; curso da educação de jovens e adultos ou supletivo do primeiro grau ou do ensino fundamental não seriados, mas não concluiu estes cursos.

nível superior completo Para a pessoa que: a) frequenta curso de mestrado ou doutorado; b) não frequenta, mas já frequentou curso de mestrado ou doutorado; ou c) não frequenta, mas já frequentou e concluiu, com aprovação, curso superior de graduação.

nível superior incompleto Para a pessoa que: a) frequenta da 2ª a 6ª série de curso superior de graduação; ou b) não frequenta, mas já frequentou curso superior de graduação e concluiu, com aprovação, pelo menos a 1ª série, mas não concluiu o curso.

nível não determinado Para a pessoa que frequenta curso de educação de jovens e adultos do ensino fundamental não seriado ou do ensino médio não seriado.

normas de convivência Regras estabelecidas para o convívio de pessoas que moram juntas sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica.

número de trabalhos Número de empreendimentos em que a pessoa tem trabalho na semana de referência. O trabalho na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso somente é contado para a pessoa que não tem qualquer outro trabalho remunerado ou sem remuneração no período de referência especificado.

ocupação Cargo, função, profissão ou ofício exercido pela pessoa.

período de referência de 365 dias Período fixado para a investigação de características de trabalho. Abrange a semana de referência da pesquisa e os 358 dias que a antecedem. Para a pesquisa realizada em 2014, foi o período de 28 de setembro de 2013 a 27 de setembro de 2014.

período de referência dos últimos três meses Período utilizado para a investigação das características de acesso à Internet. Abrange os últimos 90 dias que antecedem ao dia da entrevista.

pessoa desocupada Pessoa sem trabalho na semana de referência, mas que toma alguma providência efetiva de procura de trabalho nesse período.

pessoa economicamente ativa Pessoa classificada como ocupada ou desocupada na semana de referência da pesquisa.

pessoa em idade ativa Pessoa de 10 anos ou mais de idade.

pessoa não economicamente ativa Pessoa que não é classificada como ocupada nem como desocupada na semana de referência da pesquisa.

pessoa não ocupada Pessoa que não é classificada como ocupada na semana de referência da pesquisa.

pessoa ocupada Pessoa que tem trabalho durante toda ou parte da semana de referência da pesquisa, inclusive a pessoa que não exerce o trabalho remunerado que tem nessa semana por motivo de férias, licença, falta, greve etc.

população residente Pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e, na data da entrevista, estão presentes ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

posição na ocupação Relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalha. Segundo a posição na ocupação, a pessoa é classificada em: empregado, trabalhador doméstico, conta própria, empregador, não remunerado, trabalhador na produção para o próprio consumo ou trabalhador na construção para o próprio uso.

posse de telefone móvel celular para uso pessoal Classificação da pessoa quanto à posse de telefone móvel celular para uso pessoal em: possui ou não possui.

procura de trabalho Tomada de alguma providência efetiva para conseguir trabalho, tal como: contato estabelecido com empregadores; prestação de concurso; inscrição em concurso; consulta a agência de emprego, sindicato ou órgão similar; resposta a anúncio de emprego; solicitação de trabalho a parente, amigo, colega ou por meio de anúncio; tomada de medida para iniciar negócio; etc.

rádio Existência de rádio, mesmo que faça parte de conjunto que acople outros aparelhos, tais como: radiogravador, rádio toca-fitas etc., no domicílio particular permanente.

recepção de sinal digital de televisão aberta Existência de televisão conectada a um conversor para receber sinal digital de televisão aberta, no domicílio particular permanente com televisão.

rede de ensino Classificação da escola ou creche, de acordo com a sua subordinação administrativa, em: pública (federal, estadual ou municipal) ou particular.

rendimento mensal Soma do rendimento mensal de trabalho com o proveniente de outras fontes.

rendimento mensal de outras fontes Rendimento mensal, no mês de referência da pesquisa, normalmente recebido de: a) jubilação, reforma ou aposentadoria paga por instituto de previdência (federal, estadual ou municipal, inclusive Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL) ou pelo governo federal; complementação ou suplementação de aposentadoria paga por entidade seguradora ou decorrente de participação em fundo de pensão; pensão paga por instituto de previdência (federal, estadual ou municipal), governo federal, caixa de assistência social, entidade seguradora ou fundo de pensão, na qualidade de beneficiária de outra pessoa; pensão alimentícia, espontânea ou judicial; abono de permanência em serviço; aluguel, inclusive sublocação e arrendamento de móveis, imóveis, máquinas, equipamentos, animais etc.; doação ou mesada proveniente de pessoa não moradora na unidade domiciliar; programa oficial de auxílio educacional (como o Bolsa Escola) ou social (Renda Mínima, Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC-LOAS, e outros); e b) rendimento médio mensal, no mês de referência da pesquisa, proveniente de aplicação financeira (juros de papel de renda fixa e de caderneta de poupança, dividendos etc.); parceria; etc.

rendimento mensal de trabalho Rendimento mensal em dinheiro e valor, real ou estimado, do rendimento em produtos ou mercadorias do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, provenientes do trabalho principal, do trabalho secundário e dos demais trabalhos que a pessoa tem na semana de referência da pesquisa, exceto o valor da produção para consumo próprio. Para empregados e trabalhadores domésticos - remuneração bruta mensal a que normalmente têm direito trabalhando o mês completo ou, quando o rendimento é variável, remuneração média mensal relativa ao mês de referência da pesquisa. Entende-se por remuneração bruta o rendimento sem excluir o salário família e os descontos correspondentes aos pagamentos de instituto de previdência, imposto de renda, faltas etc., e não incluindo o 13º salário (14º, 15º salários etc.) e a participação nos lucros paga pelo empreendimento aos empregados. A parcela recebida em benefícios (moradia; alimentação; roupas; vales refeição, alimentação ou transporte; etc.) não é incluída no cômputo do rendimento de trabalho. Para empregadores e conta própria - retirada mensal normalmente feita ou, quando o rendimento é variável, retirada média mensal relativa ao mês de referência da pesquisa. Entende-se por retirada o ganho (rendimento bruto menos despesas efetuadas com o empreendimento, tais como: pagamento de empregados, matéria- prima, energia elétrica, telefone etc.) da pessoa que explora um empreendimento como conta própria ou empregadora. Para a pessoa licenciada por instituto de previdência, considera-se o rendimento bruto mensal normalmente recebido como benefício (auxílio doença, auxílio por acidente de trabalho etc.), relativo ao mês de referência da pesquisa. Os empregados e trabalhadores domésticos que recebem apenas alimentação, roupas, medicamentos etc. (benefícios), à guisa de rendimento de trabalho, são incluídos no grupo "sem rendimento".

rendimento mensal domiciliar Soma dos rendimentos mensais dos membros da unidade domiciliar, exclusive os das pessoas de menos de 10 anos de idade e os daquelas cuja condição na unidade domiciliar é de pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

rendimento mensal domiciliar *per capita* Resultado da divisão do rendimento mensal domiciliar pelo número de componentes da unidade domiciliar, exclusive aqueles cuja condição na unidade domiciliar é de pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

salário mínimo Remuneração mínima do trabalhador, fixada por lei. Para apuração dos rendimentos segundo as classes de salário mínimo, considera-se o valor em vigor no mês de referência da pesquisa que, em setembro de 2014, era de R\$ 724,00 (setecentos e vinte quatro reais).

semana de referência Semana fixada para a investigação de características de trabalho. Para a pesquisa realizada em 2014, foi a semana de 21 a 27 de setembro de 2014.

situação de ocupação na semana de referência Classificação da pessoa em idade ativa em ocupada ou não ocupada na semana de referência da pesquisa.

situação do domicílio Classificação da localização do domicílio em urbana ou rural, definida por lei municipal vigente por ocasião da realização do Censo Demográfico. A situação urbana abrange as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites. Este critério e, também, utilizado na classificação da população urbana e rural.

tablet Existência de *tablet*, que é um microcomputador em forma de prancheta que não possui teclado acoplado e é operado basicamente por meio de uma tela sensível ao toque, no domicílio particular permanente.

telefone Existência de linha telefônica fixa (telefone fixo convencional) instalada, mesmo que seja compartilhada com outra unidade, domiciliar ou não residencial, de ramal de uma central telefônica comunitária etc., ou de linha telefônica móvel (telefone móvel celular), no domicílio particular permanente.

televisão Existência de televisão em cores ou em preto e branco, no domicílio particular permanente.

televisão com antena parabólica Existência de televisão com recepção de antena que captava sinais de televisão transmitidos por satélite (antena parabólica), no domicílio particular permanente com televisão.

televisão por assinatura Existência de televisão com acesso a canais de televisão pagos, adquirido de um serviço de acesso condicionado a pagamento, no domicílio particular permanente com televisão.

tipo de conexão à Internet no domicílio Classificação dos tipos de conexão usados para acessar à Internet no domicílio particular permanente, por meio dos equipamentos utilizados por moradores, em: discada - quando a conexão é feita por meio de chamada telefônica, o que requer a conexão do microcomputador com cabo de telefonia fixa; banda larga fixa - quando a conexão é feita por meio de cabo de cobre de telefonia (*Asymmetric Digital Subscriber Line - ADSL* ou *Very high bit-rate Digital Subscriber Line - VDSL*), cabo de televisão por assinatura (cabo coaxial), cabo de fibra ótica, satélite ou rádio (como WI-FI ou WIMAX); ou banda larga móvel - quando a conexão é feita por meio de rede celular de terceira (3G) ou quarta (4G) gerações de padrões a tecnologias da telefonia móvel.

tipo de televisão Classificação dos tipos de aparelhos de televisão existentes no domicílio particular permanente em: tela fina - quando o aparelho de televisão é de tela de cristal líquido (*Liquid Crystal Display - LCD*), cristal líquido com diodo emissor de luz (*Light Emitting Diode - LED*) ou plasma; ou tubo - quando o aparelho de televisão é de tubo de raios catódicos (*Cathode Ray Tube - CRT*).

trabalhador doméstico Pessoa que trabalha prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares.

trabalhador na construção para o próprio uso Pessoa que trabalha, durante pelo menos uma hora na semana, na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

trabalhador na produção para o próprio consumo Pessoa que trabalha, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

trabalho Exercício de: a) ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) na produção de bens e serviços; b) ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) no serviço doméstico; c) ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços,

desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana: em ajuda a membro da unidade domiciliar que tem trabalho como empregado na produção de bens primários (atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador; em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou como aprendiz ou estagiário; d) ocupação desenvolvida, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens, do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; ou na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias, exceto as obras destinadas unicamente à reforma, para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

trabalho principal da semana de referência Único trabalho que a pessoa tem na semana de referência da pesquisa. Para a pessoa com mais de um trabalho, isto é, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento na semana de referência, considera-se como principal o trabalho da semana de referência no qual tem maior tempo de permanência no período de referência de 365 dias. Em caso de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considera-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa dedica normalmente maior número de horas semanais. Adota-se este mesmo critério para definir o trabalho principal da pessoa que, na semana de referência, tem somente trabalhos não remunerados que apresentam o mesmo tempo de permanência no período de referência de 365 dias. Em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas, considera-se como principal aquele que proporciona normalmente o maior rendimento.

unidade domiciliar Domicílio particular ou unidade de habitação (apartamento, quarto etc.) em domicílio coletivo.

utilização da Internet Utilização da Internet feita pela própria pessoa por meio de qualquer equipamento, tal como: computador de mesa ou portátil (*laptop, notebook, ultrabook, netbook, palmtop, pocket pc, handheld* etc.); telefone móvel celular; *tablet*; televisão, a cabo ou satélite; ou *game* console ou outro equipamento eletrônico. Não é considerada como utilizando a Internet a pessoa que solicita a outrem para fazer o acesso do seu interesse por não saber usar microcomputador ou a Internet.

utilização da Internet no domicílio Classificação da existência de utilização da Internet no domicílio particular permanente em: existe - quando algum morador acessa a Internet no domicílio por qualquer meio: microcomputador de mesa ou portátil (*laptop, notebook, ultrabook, netbook, palmtop* etc.); telefone móvel celular; *tablet*; televisão, a cabo ou satélite; ou *game* console ou outro equipamento eletrônico; ou não existe - quando nenhum morador utiliza a Internet no domicílio por qualquer meio.

utilização da Internet, no período de referência dos últimos três meses Classificação da pessoa quanto à utilização da Internet em algum local (domicílio, local de trabalho, escola, centro de acesso gratuito ou pago, domicílio de outras pessoas ou qualquer outro local), no período de referência dos últimos três meses, em: utiliza ou não utiliza.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Trabalho e Rendimento

Cimar Azeredo Pereira

Gerência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD

Maria Lucia França Pontes Vieira

Análise dos resultados

Helena Oliveira da Cruz Monteiro

Elaboração do plano tabular

Vandeli dos Santos Guerra (Consultora)

Tabulação dos resultados

Daniel Luiz Fonseca de Aguiar

Rosângela Antunes (Consultora)

Cálculo dos coeficientes de variação

Rosângela Antunes (Consultora)

Elaboração dos gráficos

Helena Oliveira da Cruz Monteiro

Revisão e preparo de originais

Adriana Araujo Beringuy

Helena Oliveira da Cruz Monteiro

Crítica centralizada

Rosângela Antunes (Consultora)

Seleção, controle e expansão da amostra

Fabiane Cirino de Oliveira Santos

Marcus Paulo Soares de Freitas

Controle e acompanhamento da coleta

Marcia Barbosa de Almeida Vargas

Rosangela Lago de Souza Barbosa

Colaboradores**Diretoria de Pesquisas****Coordenação de População e Indicadores Sociais**

Bárbara Cobo

Gerência de Estudos e Análise da Dinâmica Demográfica

Leila Regina Ervatti

Gerência de Estimativas e Projeções de População

Izabel Magalhães Marri

Marcio Mitsuo Minamiguchi

Leandro Okamoto Silva

Diretoria de Informática**Coordenação de Projetos Especiais**

Claudio Mariano Fernandes

Gerência de Desenvolvimento e Suporte a Projetos Especiais e Produtos Especialistas

Luigino Italo Palermo

Carlos Brandão Fernandes da Silva

Eduardo da Costa Romero

Dulce Maria Rocha Barbosa

Ronaldo Rodrigues Raposo Junior

Said Jorge Miguel Passos Filho

Gerência de Desenvolvimento de Sistema de Censos

Ataide José de Oliveira Venâncio

Carlos Emilio de Mattos Strauch

Davi Faria Rocha

Edson Orofino de Souza

Marcos Rodrigues Pinto

Gerência de Suporte e Desenvolvimento de Sistemas de Microdados

Bianca Fernandes Sotelo

Marcello Willians Messina Ribeiro

Magali Ribeiro Chaves

Gerência de Suporte e Desenvolvimento de Sistemas de Dados Agregados

Luiz Antonio Gauziski de Araujo Figueredo

Anderson Almeida França

Gerência de Sistemas Populacionais e Sociais

Solange Ferreira Pinto

Vania da Silva Boquimpani

André Bruno de Oliveira

Humberto Lopes Chapouto

Coordenação de Operações e Serviços de Informática

Bruno Gonçalves Santos

Gerência de Implantação e Administração dos Serviços em Produção

Georgia de Souza Assumpção - Gerente de área

Paulo Lincoln Ribeiro de Oliveira - Analista de Produção
Rozani Souza Gomes de Carvalho - Técnica em Informática

Unidades Estaduais

Supervisores Estaduais

RO - Jurandir Soares da Silva
AC - Lara Torchi Esteves
AM - Jose Ilcleson Mendes Coelho
RR - Luca da Silva Gomes
PA - Max Elias Calil Gomes
AP - Ananias do Carmo Picanço
TO - João Paulo Dantas Arantes
MA - Patrícia de Oliveira Borges e Souza
PI - Ranieri Ferreira Leite
CE - João Batista Canário Neto
RN - Rosana Lúcia Passos de Oliveira Siqueira
PB - Cláudio Vinícius Santos de Araujo
PE - Isaílda Maria Barros Pereira
AL - Haroldo Alves Farias
SE - Ewerton Fernando Santana Coelho
BA - Artur Constantino Figueiredo Machado
MG - Fernanda de Sousa Gerken
ES - Fernando Francisco de Paula
RJ - Geraldo Louza da Veiga
SP - Eugênio Carlos Ferreira Braga
PR - Laura Castegnaro
SC - Gilmar Orsi
RS - Raquel Eloísa Eisenkraemer
MS - Cecília de Fátima Argemon Ferreira
MT - Nivaldo de Souza Lima
GO - Valperino Gomes Oliveira Filho
DF - Maiara Santos Santana

Coordenadores de Informática das Unidades Estaduais

RO - Carlos Souza Menandro
AC - Raphael Lopes Dias
AM - Darlan Viana Cavalcante
RR - José Carlos Ramires
PA - Sílvio Costa de Souza
AP - Fabrício Alves Reis
TO - Manuela Almeida Bittencourt
MA - Wellington Luis Mineiro Franca
PI - João José de Sousa Santos
CE - Manuel Ozanan Rodrigues Filho
RN - Edson Moreira de Aguiar

PB - Haroldo Paulino de Medeiros
PE - Gliner Dias Alencar
AL - Plínio José Medeiros C. de Araújo
SE - Carlos Alberto Lavy
BA - André Luiz Ferreira Uripia
MG - Diva de Souza e Silva Rodrigues
ES - Eric Alves Buhr
RJ - Carlos Eduardo Portela
SP - Wlamir Almeida Pinheiro
PR - Luciano Lopes Martins
SC - Luis Augusto de Souza Bevacqua
RS - Octavio Jose Dedavid Filho
MS - Ronaldo Mendes Lamare
MT - Fabricio Eustaquio Vargas
GO - Rogerio Arantes Gaioso
DF - Jose Magno de Avila Junior

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual, tabular e de gráficos

Beth Fontoura

Katia Vaz Cavalcanti

Marisa Sigolo

Diagramação tabular e de gráficos

Beth Fontoura

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Diagramação textual

Solange Maria Mello de Oliveira

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Produção do e-book

Roberto Cavararo

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização bibliográfica

Ana Raquel Gomes da Silva

Edgar de Albuquerque Santanna (Estagiário)

Elizabeth de Carvalho Faria

Karina Pessanha da Silva (Estagiária)

Lioara Mandoju

Maria Socorro da Silva Araújo

Nadia Bernuci dos Santos

Solange de Oliveira Santos

Vera Lúcia Punzi Barcelos Capone

Padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quartas capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Impressão e acabamento

Maria Alice da Silva Neves Nabuco

Gráfica Digital

Impressão

Ednalva Maia do Monte